

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) ADAUTO BUNHEIRÃO

O PERTURBADOR DRAGÃO SILENCIOSO DO ATLÂNTICO SUL:

Uma análise de caso da Nigéria e os reflexos para o Poder Marítimo Brasileiro

RIO DE JANEIRO, RJ

2022

CMG (FN) ADAUTO BUNHEIRÃO

O PERTURBADOR DRAGÃO SILENCIOSO DO ATLÂNTICO SUL:

Uma análise de caso da Nigéria e os reflexos para o Poder Marítimo Brasileiro

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de
Mattos.

RIO DE JANEIRO, RJ

2022

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão ao meu orientador, CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, Professor de Geopolítica da Escola de Guerra Naval, exemplo de instrutor que abdicou de suas horas de lazer para as orientações e correções deste trabalho científico. Um profissional motivado, com amplo conhecimento, que contribuiu de forma decisiva para a finalização desta pesquisa.

Destaco as contribuições do CMG (RM1) Manoel Luiz Ferreira Romualdo, responsável pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Marinha do Brasil; do Cel do Exército Almyr Costa dos Santos, Adido de Defesa da Nigéria; do CMG Sandro Baptista Monteiro, Encarregado da Divisão de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada; e do CF (FN) José Luis Melo Espiúca, Encarregado da Divisão de Assuntos Internacionais do Departamento de Doutrina do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Os Oficiais citados contribuíram sobremaneira com o desenvolvimento do trabalho, ampliando o meu conhecimento específico sobre a Nigéria, país com uma literatura atual escassa. Registro a minha gratidão a esses valorosos profissionais.

Registro agradecimento especial ao CMG (RM1) Osmar da Cunha Penha pelas orientações iniciais que me foram concedidas, antes do curso, e pela valiosa contribuição e empréstimo de seu vasto material didático.

Aos colegas da Turma Independência, do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2022, pelo clima cordial e pela amizade eterna.

E finalmente, agradeço a minha esposa e filhas pela paciência e pelo apoio incondicional.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.

(PESSOA, 1934)

RESUMO

Abordar reflexos da “Grande Estratégia” chinesa para o Atlântico Sul, em especial no Golfo da Guiné na República Federativa da Nigéria, interrelacionados à expressão militar do Brasil, em um ambiente complexo, exige multidisciplinaridade. A República Popular da China apresenta-se como um Perturbador Silencioso do Entorno Estratégico Brasileiro, por meio da “Pequena Estratégia” de Cooperação Sul-Sul e da vertente marítima da *One Belt One Road Initiative*. Considerada um ator global, a China valoriza os “cinco princípios da coexistência pacífica”: respeito mútuo pela integridade e soberania territorial uns dos outros; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos uns dos outros; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica. Sua “Grande Estratégia” une a dissuasão, por meio de uma Força Naval de Águas Azuis, com presença no exterior, mas também atua na vertente econômica, financiando obras de infraestruturas que apoiam as necessidades logísticas chinesas em países hospedeiros. Nesse contexto, a Nigéria se apresenta como um promissor país do Golfo da Guiné, com uma economia baseada na exportação de petróleo e gás, que por razões históricas possui uma liderança natural na Costa Oeste Africana; ademais apresenta uma perspectiva de grande crescimento populacional. No colar de pérolas chinês, a Nigéria foi o primeiro país africano a ter um acordo de parceria com a China, com grandes projetos ferroviários, rodoviários e portuários, como por exemplo a inauguração do Porto de águas profundas de Lekki. O Brasil tem interesses no Golfo da Guiné, principalmente nas importações de petróleo leve da Nigéria, sendo assim, o Brasil possui relações com a Nigéria e contribui para a Segurança Marítima do Golfo da Guiné, participando de Operações conjuntas na Região. Ao Brasil, esse cenário abriga oportunidades, podendo ampliar proeminência e ameaças, obrigando o Poder Naval Brasileiro preparar-se para crises e aumentar a colaboração já existente em espaços marítimos e terrestres africanos, em especial a Nigéria. Desse modo, o presente trabalho, após uma análise das relações da China com a Nigéria, bem como da presença chinesa no Atlântico Sul, apresenta propostas estratégicas para o Poder Marítimo brasileiro na conjuntura atual.

Palavras-chave: China. Nigéria. Golfo da Guiné. Marinha do Brasil. Diplomacia Naval. Estratégia.

概括

在复杂的环境中，解决中国对南大西洋，特别是在属于尼日利亚联邦共和国的几内亚湾的“大战略”的反应，与巴西的军事表达相互关联，需要多学科合作。通过南南合作的“小战略”和“一带一路”倡议的海洋方面，中华人民共和国将自己展示为巴西战略环境的无声破坏者。作为全球参与者，中国重视“和平共处五项原则”：相互尊重彼此的领土完整和主权；互不侵犯；互不干涉内政；平等互利；和和平共处。它的“大战略”将通过蓝海海军的威慑与海外存在相结合，但也在经济方面开展工作，为支持中国在东道国的后勤需求的基础设施工程提供资金。在这种情况下，尼日利亚将自己定位为几内亚湾的一个有前途的国家，其经济以石油和天然气出口为基础，由于历史原因，它在西非海岸具有天然的领导地位，此外还有巨大的前景。人口增长。在中国的珍珠链中，尼日利亚是第一个与中国达成合作伙伴协议的非洲国家，拥有重大铁路、公路和港口项目，如莱基深水港的开放。巴西在几内亚湾有利益，主要是从尼日利亚进口轻油，因此，巴西与尼日利亚有关系，并通过参与该地区的联合行动为几内亚湾的海上安全做出贡献。对于巴西来说，这种情况蕴藏着机遇，可以增加知名度和威胁，迫使巴西海军为危机做好准备，并加强在非洲海洋和陆地空间，特别是尼日利亚的现有合作。因此，目前的工作在分析了中国与尼日利亚的关系以及中国在南大西洋的存在后，为巴西海上强国在当前形势下提出了战略建议。

关键词：中国、尼日利亚、几内亚湾、巴西海军、海军外交、战略。

ABSTRACT

Addressing the reflexes of the Chinese “Grand Strategy” for the South Atlantic, especially in the Gulf of Guinea a belonging to the Federative Republic of Nigeria, interrelated with the military expression of Brazil, in a complex environment, requires multidisciplinary. The People's Republic of China presents itself as a Silent Disruptor of the Brazilian Strategic Environment, through the “Small Strategy” of South-South Cooperation and the maritime aspect of the One Belt One Road Initiative. Considered a global player, China values the “five principles of peaceful coexistence”: mutual respect for each other's territorial integrity and sovereignty; no mutual aggression; mutual non-interference in each other's internal affairs; equality and mutual benefit; and peaceful coexistence. Its “Grand Strategy” combines deterrence through a Naval Force of Blue Waters, with a presence abroad, but also work on the economic front, financing infrastructure works that support Chinese logistical needs in host countries. In this context, Nigeria presents itself as a promising country in the Gulf of Guinea, with an economy based on the export of oil and gas, which for historical reasons has a natural leadership on the West African Coast, in addition to the prospect of large population growth. In the Chinese string of pearls, Nigeria was the first African country to have a partnership agreement with China, with major rail, road and port projects, such as the opening of the deepwater port of Lekki. Brazil has interests in the Gulf of Guine, mainly in light oil imports from Nigeria, therefore, Brazil has relations with Nigeria and contributes to the maritime security of the Gulf of Guine by participating in Joint Operations in the Region. For Brazil, this scenario harbors opportunities, which can increase prominence and threats, forcing the Brazilian Naval Power to prepare for crises and increase the existing collaboration in African maritime and land spaces, especially Nigeria. Therefore, the present work, after analysis of China's relations with Nigeria, as well as the Chinese presence in the South Atlantic, presented strategic proposals for the Brazilian Maritime Power within the current conjuncture.

Keywords: China. Nigeria. Gulf of Guine. Brazilian Navy Naval Diplomacy. Strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Perturbador Silencioso.....	134
Figura 2 – Matriz energética da China 2019	114
Figura 3 – Porta-aviões das principais Marinhas	114
Figura 4 – Mapa dos componentes marítimos e terrestres da BRI original	115
Figura 5 – Investimentos na Costa Oeste africana desde 2010	115
Figura 6 – Mapa 1. Mapa da Nigéria.....	116
Figura 7 – Concepção do Porto Leikki	116
Figura 8 – Principais Portos da Nigéria	117
Figura 9 – Mapa dos países do Golfo da Guiné.....	117
Figura 10 – Arquitetura marítima regional do Golfo da Guiné	118
Figura 11 – Organograma das Forças Armadas Nigerianas.....	118
Figura 12 – Operações militares em curso na Nigéria.....	119
Figura 13 – Porto de Lekki.....	119
Figura 14 – Carros de combate de batalha VT-4.....	120
Figura 15 – Obuses autopropulsados SH-5 e outros equipamentos	120
Figura 16 – Veículo de Transporte de Pessoal recebido da China	120
Figura 17 – Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)	121
Figura 18 – Adidâncias Navais brasileiras na África	121
Quadro 1 – Aquisição de meios e instalações da Marinha nigeriana 2021/2022.....	135
Gráfico 1 – Comparação da população dos países do Golfo da Guiné	122
Gráfico 2 – População total e por grupo etário, Nigéria: 1950-2100.....	122
Gráfico 3 – Casos da pandemia Coronavírus na Nigéria	123
Gráfico 4 – Produção de petróleo e gás da Nigéria	123
Gráfico 5 – Matriz energética da Nigéria	123
Gráfico 6 – Produto Interno Bruto dos países do Golfo da Guiné referente ao ano de 2020.....	124
Gráfico 7 – Evolução do Produto Interno Bruto da Nigéria em comparação ao PIB da África do Sul e da Ucrânia.....	124
Gráfico 8 – Orçamento de Defesa dos países do Golfo da Guiné.....	125
Gráfico 9 – Militares na ativa por país no Golfo da Guiné.....	125

Gráfico 10 – Produtos exportados (derivados de petróleo e não derivados).....	125
Gráfico 11 – Composição do comércio e parceiros.....	126
Gráfico 12 – Número de incidentes no Golfo da Guiné e no resto do mundo.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação geral da Nigéria.....	127
Tabela 2 – Exportações brasileiras para a Nigéria, Angola e África do Sul.....	128
Tabela 3 – Importações brasileiras da Nigéria, Angola e África do Sul.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Ação Estratégica Naval
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ANSARU	Vanguarda para a proteção dos Mulçumanos na África Negra
AS	Atlântico Sul
BID	Base Industrial de Defesa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOOT	<i>Build, Own, Operate and Transfer</i>
BRI	<i>Belt Road Initiative</i>
CADF	<i>China Africa Development Fundo</i>
CAS	<i>Chief of Air Staff</i> (Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica)
CCECC	<i>China Civil Engineering Construction Corporation</i>
CDS	<i>Chief of Defence Staff</i>
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEAO	<i>Communauté Economique de l'Afrique de l'Quest</i>
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CGDCC	<i>Chinese Global Development and Construction Company</i>
CGG	Comissão do Golfo da Guiné (<i>Gulf of Guinea Commission</i>)
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
Ch EMD	Chefe do Estado-Maior de Defesa
CHEC	<i>China Harbour Engineering Company Nigeria Limited</i>
CIGS	Centro Internacional de Guerra na Selva
COAS	<i>Chief Of Army Staff</i> (Chefe do Estado-Maior do Exército)
COpPazNav	Centro de Operações de Paz Naval
CMC	Centro de Coordenação Multinacional
CMHI	<i>China Merchants Holding International</i>
CMP	<i>Coordinated Maritime Presences</i> (Presenças Marítimas Coordenadas)
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
CNS	<i>Chief Of the Naval Staff</i> (Chefe do Estado-Maior da Marinha)

CPLP	Cooperação dos Países da Língua Portuguesa
CRESMAC	<i>Regional Maritime Security Centre for Central Africa</i> (Centro de Coordenação Regional de Segurança Marítima da África Central)
CRESMAO	<i>Regional Maritime Security Centre for West Africa</i> (Centro Regional de Coordenação de Segurança Marítima da África Ocidental)
CSS	Cooperação Sul-Sul
DHQ	<i>Defence Head Quarter</i> (Estado-Maior de Defesa)
DIA	<i>Defence Intelligence Agency</i> (Agência de Inteligência de Defesa)
EB	Exército Brasileiro
ECCAS	<i>Economic Community of Central African States</i> (Comunidade Econômica dos Estados da África Central)
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i> (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
EEB	Entorno Estratégico Brasileiro
EGN	Escola de Guerra Naval
EMA	Estado-Maior da Armada
EMD	Estado-Maior de Defesa
EMGEPON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EN	Estratégia Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FMI	Fundo Monetário Internacional (<i>International Monetary Fund</i>)
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
F Sing	Forças Singulares
GAT-FN	Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais
GdG	Golfo da Guiné
GEC	Grande Estratégia Chinesa
GGC	Comissão do Golfo da Guiné
GISIS	<i>Global Integrated Shipping Information System</i>
GIT	Índice Global do Terrorismo

GNL	Gás Natural Liquefeito
GNPOC	<i>Greater Nile Petroleum Operating Company</i>
G7++FoGG	Grupo G7 dos Amigos do Golfo da Guiné
ICC	<i>Interregional Coordination Centre</i> (Centro de Coordenação Interregional)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMB	Bureau Marítimo Internacional
IMCREMEX	<i>International Maritime Security and The Regional Maritime Exercise</i>
IMO	Organização Marítima Internacional
IPOB	Povos Indígenas de Biafra
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Padronização)
ISWAP	Estado Islâmico da Província da África Ocidental
JTF	<i>Joint Task Force</i> (Forças Tarefas Conjuntas)
JNIM	<i>Jama'at Nusrat al-Islam wal Muslimin</i>
KFR	<i>Kidnaping For Ransom</i>
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	Linha de Comunicação Marítima
LPLEL	<i>Lekki Port LFTZ Enterprise Limited</i>
LRMT	Linha Vermelha de Trânsito de Massa Ferroviária de Lagos
MA	Marinhas Amigas
MAN	Missões de Assessoria Naval
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MEND	Movimento pela Emancipação do Delta do Níger
MEPL	Marinha do Exército Popular de Libertação
MN	Marinha da Nigéria
MOU	Memorando de Entendimento
NBLC	Base Naval Lago Chade
NCDC	Centro de Controle de Doenças da Nigéria
NDA	Vingadores do Delta do Níger
NDC	<i>National Defence College</i>
NPA	Autoridade Portuária da Nigéria

OBOR	<i>One Belt and One Road Initiative</i>
ODS	Órgão de Direção Setorial
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
OMI	Organização Marítima Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORCRIM	Organizações Criminosas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAREP	Programa de Representações
PCC	Partido Comunista da China
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Poder Nacional
PNB	Poder Naval Brasileiro
PND	Política Nacional de Defesa
RFN	República Federativa da Nigéria
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SBS	<i>Special Boat Service</i>
SI	Sistema Internacional
TI	Tecnologia da Informação
TICT	<i>Tincan Island Container Terminal Ltd.</i>
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

NOTA SOBRE GRAFIA DE NOMES CHINESES

A grafia dos nomes chineses citados no trabalho foi padronizada, de acordo com o método de romanização Pinyin. Em 1958, a forma de escrita Pinyin foi aprovada, na República Popular da China (RPC), e considerada como padrão internacional desde 1982 pela Organização Internacional de Padronização (ISO – *Internacional Organization for Standardization*) (DE ALMEIDA, 2012).

Para facilitar a leitura e dirimir possíveis dúvidas, alguns nomes escritos em chinês poderão ter os acentos ou caracteres gráficos omitidos. Dessa forma, como exemplo, a grafia do líder chinês “Máo Zédǒng” poderá ser encontrada como “Mao Zedong”, conforme o Pinyin. Ressalta-se que existe o terceiro método amplamente utilizado nos países de língua inglesa até a década de 1970: o método Wade-Giles de escrita. A grafia do exemplo mencionado que segue esse conceito é “Mao Tse-tung” (DE ALMEIDA, 2012).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1	A Geopolítica e a Oceanopolítica	26
2.2	A Diplomacia Marítima e a Diplomacia Naval	28
2.3	Conceito de Grande Estratégia	30
2.4	O Perturbador de Castex e o Perturbador Silencioso	31
3	O PERTURBADOR DRAGÃO SILENCIOSO	33
3.1	Contexto histórico do Dragão.....	33
3.2	A Grande Estratégia do Dragão Silencioso.....	35
3.3	O Dragão voraz	39
3.4	O voo do Dragão para o mar	41
3.5	O Dragão e a <i>One Belt and One Road Initiative</i>	43
4	NIGÉRIA: A PÉROLA NEGRA DO DRAGÃO	47
4.1	Fatores físicos e suas implicações	47
4.1.1	Oceanopolítica	48
4.1.2	Golfo da Guiné	50
4.2	Fatores Humanos	53
4.3	Fatores Históricos e Políticos	55
4.4	Fatores Energéticos	57
4.5	Fatores Econômicos	58
4.6	Fatores Militares	62
4.6.1	Exército da RFN	63
4.6.2	Estado-Maior de Defesa, <i>Joint Task Force</i> e a Força Aérea da RFN	64
4.6.3	Marinha da RFN	65

5	RELAÇÕES DA NIGÉRIA COM A CHINA E O BRASIL, COM ÊNFASE NOS P MARÍTIMO, MILITAR E NAVAL	68
5.1	Aspectos condicionantes das relações sino-nigerianas	68
5.1.1	O Dragão, o Colar e a Pérola Negra na atualidade	72
5.1.2	O Dragão, a Pérola Negra e as Armas: relações afetas aos Poderes Marítimo, Militar e Naval	74
5.2	Aspectos condicionantes das relações Brasil-Nigéria	77
5.2.1	A Nigéria e o Entorno Estratégico Brasileiro	78
5.2.2	Brasil, Nigéria e as Armas: relações afetas aos Poderes Marítimo, Militar e Naval.....	79
6	ENSINAMENTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PODER MILITAR, MARÍTIMO E NAVAL DAS RELAÇÕES DO BRASIL, DO DRAGÃO E DA PÉROLA NEGRA NO ATLÂNTICO SUL.....	86
6.1	Medidas estratégicas referentes à China	86
6.1.1	Presença constante da China no EEB	86
6.1.2	Parcerias tecnológicas com a MEPL	87
6.2	Medidas estratégicas referentes à Nigéria	88
6.2.1	Fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira	88
6.2.2	Fomento da ZOPACAS	89
6.2.3	Estreitamento de laços entre a MB e a MN – Diplomacia Naval	89
6.2.4	Participação em Operações da Paz da ONU no EEB	90
6.2.5	Implantação do GAT FN Nigéria	91
6.2.6	Ampliação da consciência situacional marítima do GdG	91
6.3	Medidas estratégicas referentes ao Brasil	92
6.3.1	Desenvolvimento do conceito de EEB	92
6.3.2	Inserção de conceitos geopolíticos relacionados ao EEB no Sistema de Ensino Naval	92
6.3.3	Fomento da indústria de construção naval e da Economia Azul	93
6.4	Considerações finais	93
7	CONCLUSÃO.....	95

REFERÊNCIAS	
ANEXO A.....	114
ANEXO B.....	122
ANEXO C.....	127
ANEXO D.....	130
APÊNDICE A	134
APÊNDICE B	135
APÊNDICE C	136
APÊNDICE D	170
APÊNDICE E	173

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório apresenta o tema e os objetivos a serem alcançados nesta pesquisa, bem como a delimitação e a relevância do estudo para a Marinha do Brasil (MB). Seguindo as perspectivas da geopolítica, da oceanopolítica, da estratégia e das expressões dos Poderes Nacionais (PN), a proposta é verificar como a presença da República Popular da China (RPC) na República Federativa da Nigéria¹ (RFN) impacta o “Poder Marítimo” da República Federativa do Brasil. Uma justificativa para tal abordagem será apresentada e detalhada a seguir.

1.1 Contextualização do Tema

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (2020c) assegura, no capítulo inicial, que o Sistema Internacional (SI) contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o período Pós-Guerra Fria (1989), tem se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre Estados. O referido capítulo ainda menciona que a coexistência entre potências tradicionais e potências emergentes traz desafios para a defesa do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)².

A coexistência citada, na visão geopolítica da RPC, conforme descrito no *White Paper* denominado “*China’s National Defense in the New Era*”, afirma que o mundo ainda não é um lugar tranquilo e que existem fatores desestabilizadores e incertezas na segurança do SI. Destaca-se ainda que a multipolaridade dos atores geopolíticos e as cooperações são tendências irreversíveis nas relações internacionais, em que todos ganham (CHINA, 2019).

Segundo Alves (2010), a RPC subordina sua política externa aos próprios objetivos desenvolvimentistas, conciliando defesa e política econômica por meio da diplomacia. Essa postura visa atender uma necessidade constante de matérias-primas e fontes de energia, fazendo com que o país esteja permanentemente em busca de regiões do planeta onde possa garantir contratos de exploração de petróleo, gás e carvão.

¹ A República Federal da Nigéria poderá ser mencionada como Nigéria, forma mais comum de utilização. Fonte Elaboração própria, 2022.

² A Política Nacional de Defesa (PND) (2020a) define o EEB como a “Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”. O Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040) (BRASIL, 2020b), detalha o EEB e limita-o, no Oceano Atlântico, ao Norte, pelo paralelo.

Como consequência da política externa voltada à garantia de fontes energéticas e de recursos alimentares, a RPC busca estreitar relações comerciais e diplomáticas com países localizados no Atlântico Sul (AS). Para tal, utiliza o princípio da “coexistência pacífica” como base da política exterior, pautando-se por respeito à soberania e não intervenção em assuntos internos (ALVES, 2010).

Conforme destacam Cintra *et al.* (2015), o objetivo estratégico da RPC é a garantia dos recursos necessários para o desenvolvimento chinês. Para tanto, necessita da criação de uma versão da antiga Rota da Seda, conhecida como *One Belt One Road*³ (OBOR). A referida estratégia consiste em um cinturão de infraestrutura logística de grande porte, como malhas rodoviárias e ferroviárias, portos e oleodutos. A iniciativa possui dois componentes principais: *The Silk Road Economic Belt*, composta pelos corredores rodoviários e ferroviários, que passam por 21 países, ligando a China à Europa e o corredor marítimo, denominado *21st Century Maritime Silk Road*.

O corredor marítimo da OBOR necessita de grande infraestrutura portuária, tanto para escoamento de recursos de interesses da RPC, como para servir de bases para a Marinha Chinesa. Patrocínio (2019) destaca que o conjunto de bases navais, portos comerciais e centros de inteligência, estrategicamente posicionados pela China, formam um cordão que pode ser entendido como “Colar de Pérolas”, cujo objetivo é garantir a influência na região e o avanço chinês no cenário internacional.

Com 70% das importações chinesas de petróleo, oriundas do Oriente Médio e da África, todas transportadas pelo mar, e a necessidade do fluxo contínuo de fornecimento com segurança, a estratégia da RPC acrescentou ramificações na OBOR, incluindo ramificações no AS, tanto direcionadas ao Golfo da Guiné (GdG) quanto aos países da América do Sul. Parte desta pesquisa abordará essa presença chinesa mais próxima ao principal país do GdG: a Nigéria.

A Nigéria representa um país de grande valor na estratégia da RPC: é um dos maiores produtores de petróleo africano; possui um mercado consumidor que cresce exponencialmente; tem previsão de ser o terceiro país mais populoso do mundo em 2100; e tem posição privilegiada em relação ao AS, sendo fonte de matéria-prima para a sociedade chinesa. As relações sino-nigerianas ocorrem principalmente por vias marítimas, por meio da

³ Importante ressaltar que a Política Externa da RPC nunca usou esse termo. Em português, é conhecido como Nova Rota da Seda. Fonte: Elaboração própria, 2022.

ramificação do AS na OBOR.

Essa expansão geopolítica da China que ocorre no EEB traz desafios para a MB, devendo ser foco de estudo para verificar oportunidades e ameaças para a soberania brasileira. O Poder Naval Brasileiro (PNB) não pode passar ao largo desses acontecimentos e deve possuir capacidade de emprego, em caso de necessidade, em prol dos interesses nacionais. Destaca-se que a situação geopolítica descrita, mais especificamente da MB, não se enquadra somente no campo da Defesa. Parcerias culturais, sociais e econômicas com a Nigéria são essenciais para o aumento da influência brasileira na região, aferindo vantagens para a aplicação do PNB.

O presente trabalho contribuirá para alguns dos objetivos propostos pela Política Nacional de Defesa (PND) brasileira, ao promover o incremento da “projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”. Além disso, a tese fornecerá subsídios para que a MB promova ações que contribuam com “a estabilidade regional, a paz e a segurança internacionais” (BRASIL, 2020a).

1.2 Tema e Pergunta

1.2.1 Tema

A Geopolítica das potências estrangeiras e seus reflexos no EEB.

1.2.2 Pergunta

Como a presença da China no EEB, mais especificamente na Nigéria, impacta o Poder Marítimo brasileiro?

1.3 Objetivos e Estruturação da Pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral (OG) deste trabalho é analisar a presença da China no EEB, em especial na Nigéria, a fim de identificar possíveis desafios para a MB, bem como propor medidas de caráter estratégico para aproveitar / mitigar os pontos identificados.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos (OE) permitirão alcançar o OG, conforme apresentados abaixo:

OE A. Definir conceitos das teorias geopolíticas, de Relações Internacionais (RI) e militares necessárias ao entendimento do Tema;

OE B. Identificar a estratégia da China para o EEB;

OE C. Descrever a importância da Nigéria para o EEB;

OE D. Examinar a visão geopolítica e as relações sino-nigerianas e do Brasil com a Nigéria; e

OE E. Analisar e propor medidas de caráter estratégico, de acordo com a confrontação das ações da RPC referentes à RFN e com os interesses da MB na região estudada.

1.3.3 Estruturação da Pesquisa

Visando responder à pergunta inicial, o presente trabalho será estruturado em 6 capítulos. A pesquisa está assim delineada:

No capítulo 2, serão descritos conceitos teóricos importantes para a compreensão da pesquisa, como geopolítica, oceanopolítica, diplomacia marítima e naval, dentre outros. Destaca-se a apresentação do novo conceito geopolítico proposto pelo autor, “O Perturbador Silencioso”, sendo o termo incluído no título do trabalho.

Após a fundamentação teórica, o trabalho irá propor o entendimento da Grande Estratégia Chinesa (GEC), consoante com a metodologia. O capítulo 3 apresentará questões fundamentais para o entendimento da presença chinesa no AS, como a descrição das necessidades energéticas da China, da iniciativa OBOR e da sua estratégia marítima.

Para compreensão da chegada da China no AS, após a leitura dos capítulos iniciais, será necessário conhecer um pouco mais sobre a Nigéria, um dos principais atores

internos do AS. Nesse contexto, o capítulo 4 apresentará a RFN e utilizará a metodologia de análise geopolítica da Escola de Guerra Naval (EGN).

No capítulo 5, a pesquisa identificará as principais relações da Nigéria com a China e com o Brasil, apesar de o contexto de apresentação geral das relações abordar vários aspectos das expressões do PN. Observa-se que a tese buscou enfatizar as relações inerentes ao Poder Marítimo e Militar⁴, por serem o foco da pesquisa.

Após a identificação das principais relações entre os países, será realizado um estudo comparativo entre as tais ações bilaterais e serão apresentadas as propostas estratégicas para a MB, no intuito de mitigar a presença chinesa no EEB, de superar possíveis desafios no AS, e de aproveitar oportunidades apresentadas pelos ensinamentos adquiridos. Esses serão os propósitos apresentados no capítulo 6.

A pesquisa será encerrada com o capítulo da conclusão, em que serão consolidados os principais aspectos abordados no trabalho.

1.4 Justificativa

Na palestra⁵ realizada na EGN, o Chefe do Estado-Maior da Armada (EMA) destacou a importância estratégica do GdG para a MB e mencionou aspectos importantes como a segurança, a arquitetura de Yaoundé⁶, descrevendo uma proposta de estratégia marítima para a região. Assim o tema da Tese é de grande interesse para a MB, com potencial de contribuir para definição da estratégia marítima brasileira para o GdG.

Justifica-se ainda o presente estudo, a fim de antever os possíveis desafios para a MB, decorrentes da ramificação no AS da *21st Century Maritime Silk Road* no EEB, permitindo antecipar medidas de caráter estratégico para mitigá-los e/ou aproveitá-los. Destarte, o Brasil terá melhores condições de atender às demandas e explorar as oportunidades de parcerias que apresentar-se-ão no campo militar naval, com efeitos na região considerada.

⁴ Para uma visualização didática do trabalho, apesar de o Poder Naval estar incluído no Poder Militar e no Poder Marítimo, a pesquisa considera, principalmente, nos capítulos finais, o Poder Naval incluído no Poder Marítimo, e o Poder Militar, na parcela correspondente das outras Forças (Exército e Aeronáutica). Fonte: Elaboração própria, 2022.

⁵ Aula inaugural do Curso de Política e Estratégia Marítima 2022 ministrada pelo Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire que versou sobre "O Golfo da Guiné e a importância para a Marinha do Brasil". Fonte: Elaboração própria, 2022.

⁶A *Arquitetura Yaoundé* compreende o Centro de Coordenação Interregional (ICC), a estrutura de coordenação e troca de informações que liga o Centro de Coordenação Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) e o Centro Regional de Coordenação de Segurança Marítima da África Ocidental (CREMAO) (ROMUALDO, 2022).

A tese contribui para análise do Estado Brasileiro, como líder geopolítico regional, e colabora ainda para respostas sobre questões de desenvolvimento e segurança do EEB, conforme previsto na PND (BRASIL, 2020a).

1.5 Referencial Teórico

A pesquisa terá como fulcro estudos científicos pautados em conceitos geopolíticos e de RI, dados de documentos e relatórios de instituições com credibilidade ilibada, pesquisa de campo sobre a Nigéria, documentos oficiais das Forças Armadas (FA) e questionários com questões respondidas pelos Adidos Militares e especialistas.

Gray (2017) define a relação entre política e estratégia, e menciona que a política entrega o propósito à estratégia e a estratégia entrega à política o caminho, com o qual se deve alcançar o propósito. A Geopolítica é usada como ferramenta metodológica multidisciplinar, de análise e síntese, que identifica fatores e atores envolvidos, permitindo posicionamento político adequado e aplicação da melhor estratégia (REIS, 2020).

No contexto supracitado, para perfeita harmonia entre política, estratégia e geopolítica, é importante a análise de pensadores teóricos e documentos chineses, como o *White Paper* (CHINA, 2019), bem como a análise de pensadores clássicos como Coutau-Bégarie (2010), Spykman (1942) e Colin Flint (2017).

Documentos condicionantes da política externa brasileira serão essenciais para definições necessárias ao trabalho, assim como para entendimento da estratégia das relações externas brasileiras no EEB, sob a luz da geopolítica. Nesse campo, é importante destacar: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (2020a); o PEM-2040 (2020b); e o Livro Branco de Defesa Nacional (2020c).

Ressalta-se ainda que, devido à pandemia da COVID-19, dados comparativos sociopolíticos e econômicos estão reduzidos aos anos anteriores ao de 2019. Ademais, existe uma escassez de documentos referentes às relações bilaterais entre Brasil-Nigéria no campo da Defesa. Com intuito de preencher possíveis lacunas no estudo, serão realizados questionários, para os Adidos de Defesa e outros especialistas do assunto em tela.

1.6 Metodologia

1.6.1 Definição e delimitação do objeto de pesquisa

O EEB foi estabelecido pela PND (BRASIL, 2020a) como uma área de interesse nacional prioritário. A pesquisa se orienta à região compreendida por parcela do EEB, especificamente: o AS, o GdG, a RFN e a área de influência *21st Century Maritime Silk Road* da OBOR.

Ainda, com a finalidade de melhor delimitar os aspectos relevantes ao estudo, a pesquisa descritiva e a coleta de conhecimentos restringem-se aos reflexos surgidos a partir de ações originárias das expressões militares e econômicas dos atores envolvidos. Tal delimitação contribuirá decisivamente para a garantia de que os reflexos possam ser comparados às capacidades da MB, conforme a metodologia abaixo.

1.6.2 Método de Abordagem

A pesquisa descritiva dos fatos, dos processos reais e teóricos conduzirá à consolidação e à análise qualitativa dos conhecimentos obtidos, que enfocarão a área efetiva do estudo. Com base nos dados coletados e nas teorias previstas no referencial teórico, produzir-se-á a conclusão, com o intuito de proposições estratégicas para a MB.

O estudo de documentos governamentais e da estratégia chinesa serão essenciais para o entendimento da presença chinesa na região. No mesmo diapasão, observar documentos de origem nigeriana ajudará no entendimento de questões geopolíticas da região estudada.

Nos capítulos referentes às análises de relações entre os atores, a metodologia de trabalho será a combinação de pesquisa documental e bibliográfica, por meio de consulta às fontes mencionadas no Referencial Teórico ou outras que versem sobre o tema. As proposições estratégicas serão alinhadas com os documentos governamentais da República Federativa do Brasil e com os aspectos da teoria geral geopolítica, das RI e da doutrina militar. A referida pesquisa elucidará os aspectos que impõem ao Brasil a condição de potência geopolítica regional, bem como levantará os fundamentos da política externa brasileira na atualidade, contribuindo com as propostas estratégicas para a região estudada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo analisará os aspectos envolvidos nos conceitos de Geopolítica, Oceanopolítica, Diplomacia Marítima e Diplomacia Naval, bem como ilações sobre o novo conceito de Perturbador Silencioso, que são primordiais para o tema. Nesse sentido, esta seção fornecerá informações úteis aos aspectos sistêmicos e ambientais, que serão discutidos nos capítulos estruturantes do trabalho.

2.1 A Geopolítica e a Oceanopolítica

O termo Geopolítica teve origem em 1905, no ensaio científico do jurista sueco Rudolf Kjellén, intitulado “As Grandes Potências” e definido como a “ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. Interessante notar que Rudolf Kjellén, por ser um leitor atento de Ratzel⁷, visualizava a Geopolítica como a interseção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado, assim, a Geopolítica não só seria uma ciência pautada no conhecimento, como também uma disciplina responsável por tornar o Estado forte no SI (VESENTINI, 2011). Entretanto, reduzir as relações de Estados em uma metodologia teórica acadêmica, como a interseção de diversas ciências, é algo bastante complexo, porque existe uma incerteza significativa nos padrões do desenvolvimento dos fenômenos sociais, que tende a simplificar os modelos apresentados para análise. Conforme mencionou Renouvin⁸ (1967, *apud* REIS, 2020, p.35), a Geopolítica transcende o conceito de ciência, sendo um método de análise e interpretação dos efeitos advindos das interações entre os atores estatais, ampliado pelas interferências de atores não estatais e a correlação com o fator tempo.

Diferente de Flint (2017), que assevera o Estado como sendo o único ator relevante no SI, Cohen (2015), alinhado com o pensamento de Reis (2020), alerta para a evolução do conceito da Geopolítica e comenta sobre a redução da importância do Estado no conceito geopolítico, em prol da ascensão de novos representantes, como empresas transnacionais, organizações intergovernamentais e outros atores não *estatais*.

⁷ Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um pensador alemão, considerado como um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geopolítica. Seus artigos deram origem à Geografia Política. (MATTOS, 2011).

⁸ Pierre Renouvin (1893-1974) foi um historiador francês especializado na história das relações internacionais. É autor da obra *Les Origines immédiates de la guerre*. Além disso, organizou uma coleção monumental em torno da história das relações internacionais. Fonte: WIKIPÉDIA. Pierre Renouvin. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/entity/m0gg9309?hl=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Com fulcro nos conceitos supracitados, o termo Geopolítica pode ser definido como um método de análise e interpretação do conjunto de ações e práticas de atores estatais na esfera das expressões do PN⁹, ampliado pelas interferências de atores não estatais e a correlação com o fator tempo, considerando aspectos da ciência política e do posicionamento geográfico, com intuito de projetar o poder do Estado no SI. Essa definição permite afirmar que a organização dos Estados em blocos econômicos e/ou militares, bem como acordos e cooperações, é a forma de reduzir vulnerabilidades geopolíticas isoladas e garantir uma projeção adequada de poder de forma conjunta.

Para o presente trabalho, quando necessário, será utilizado o Método de Análise Geopolítica da EGN (BRASIL, 2021), a fim de evitar uma análise geopolítica simplificada de um ator. Esse método considera os aspectos das expressões do PN, bem como os fatores históricos e humanos, permitindo uma visão multidisciplinar do objeto analisado. Ele será primordial no capítulo referente à RFN, porque é a estrutura básica para a demonstração da importância geopolítica do referido país.

No decorrer do tempo, surgiram vários pensadores geopolíticos. Entre esses pensadores, destaca-se Halford J. Mackinder¹⁰ (1861-1947) que desenvolveu o conceito de “Área Pivot”, que seria uma região de maior importância política estratégica, se comparada com outras áreas do planeta, e mais protegida contra possíveis ataques de potências marítimas. Como “Área Pivot”, Mackinder definiu a Europa Centro-Oriental, chamando-a de *Heartland*, e denominou a África, a Ásia e a América do Sul como “Ilhas Mundiais”. Pelas considerações e o determinismo geográfico terrestre, Mackinder é o principal pensador da Teoria do Poder Terrestre (BARBOSA JÚNIOR, 2012).

Em antítese às considerações de Mackinder, o Almirante Alfred Tayer Mahan¹¹ (1840-1914) identificou que o controle dos mares, ao longo do tempo, era um fator de força decisiva em todas as guerras, e afirmou que os Estados que possuem o domínio dos mares

⁹ O PN deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto, para compreender os seus elementos estruturais é importante estudar suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco expressões, a saber: Política, Econômica, Psicossocial, Militar, e Científica e Tecnológica (BRASIL, 2019).

¹⁰ Halford J. Mackinder desenvolveu a teoria do Heartland. Mackinder situou o Heartland na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia. A partir da teoria do Heartland, Mackinder pronunciou, em 1904, uma conferência na Real Sociedade Geográfica de Londres, quando defendeu a tese de que o controle dos mares não mais representava a chave do poder das nações marítimas. Fonte: CANCIAN, Renato. **Geopolítica** - Teoria do Heartland e do Rimland. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

¹¹ Alfred Tayer Mahan, filho de Dennis Hart Mahan, instrutor de *West Point*, nasceu em 1840, formou-se na U.S. Naval Academy em 1859, serviu na Marinha durante a Guerra de Secessão, e, a partir daí, serviu em diversos navios e cenários, até encontrar seu destino na *Naval War College*. Em 1883, ele escreveu seu primeiro livro, *The gulf and island waters*, um estudo sobre os combates navais durante a Secessão, mas foi seu segundo livro, *The influence of sea power upon history 1660-1783* (1890), que teve destaque e reconhecimento nacional (BARBOSA JR., 2012).

conseguem projeção no SI. As ilações referentes à influência dos espaços oceânicos nos destinos das Nações passaram a ser chamadas de Teoria do Poder Marítimo, cujo principal autor é o Almirante Mahan (BARBOSA JÚNIOR, 2012).

Ademais, pode-se dizer que o Brasil é uma nação marítima voltada para o AS e necessita de um método de análise e interpretação voltado para o espaço oceânico. Considerando a Teoria do Poder Marítimo, esse método de análise e interpretação é conhecido como Oceanopolítica.

Precursora do conceito de Oceanopolítica no Brasil, Castro (1983) aponta a importância dos Oceanos para a comunidade científica. Em sua análise, propôs que o planeta Terra poderia ser visualizado em dois grandes blocos, o Hemisfério Continental representado pelo Hemisfério Norte, com 54,5% de terras, e o Hemisfério Oceânico, representado pelo Hemisfério Sul, com 88,7% de águas. Castro (1983) afirmou ainda que as nações podem ser classificadas em dois grandes grupos, em relação à Oceanopolítica: as que possuem acesso e as que não possuem acesso ao mar. Com base nesses conceitos, Castro (1983) assevera que os Estados que possuem Oceanopolítica devem fiscalizar e zelar pela manutenção das vantagens oferecidas pelo mar e as que não possuem devem buscar essas vantagens.

Portanto, o espaço marítimo é importante para o desenvolvimento de uma Nação. Outrossim, os Estados que visam obter posição relevante no cenário internacional precisam expandir os domínios para os oceanos e estabelecer fronteiras marítimas, de acordo com seus próprios interesses. No Hemisfério Sul, a Oceanopolítica torna-se o principal método de análise e interpretação para o posicionamento e os interesses de uma Nação, sendo o AS um desafio para o Brasil.

2.2 A Diplomacia Marítima e a Diplomacia Naval

Segundo Barbosa (2002, p. 95), diplomacia e defesa são serviços do Estado que necessitam de alto nível de integração. A defesa está inserida no conceito de diplomacia e, em razão disso, torna-se imperioso o uso das FA como instrumento de política externa, a fim de alcançar os objetivos nacionais (CHIOZZO, 2018).

As relações dos Estados no domínio marítimo são chamadas Diplomacia Marítima, que pode ser exercida de três formas: a) *cooperativa* – corresponde às atuações

conjuntas de Estados ou instituições, quando atuam de forma colaborativa, como, por exemplo, treinamentos e coalizões; b) *persuasiva* – ocorre quando o Estado busca uma inserção de destaque no SI, por meio da demonstração de forças navais; e c) *coercitiva* – ocorre quando o Estado usa as forças marítimas para coagir o oponente em prol de um objetivo político. Ademais, ressalta-se que os tipos de Diplomacia Marítima não são excludentes e podem coexistir ao mesmo tempo (LE MIÈRE, 2014).

Comparando as assertivas de Le Mière (2014) com os conceitos geopolíticos de Castro (1983), conclui-se que, em prol dos objetivos nacionais, é imprescindível que os Estados que possuem fronteiras marítimas explorem a Diplomacia Marítima em todas as expressões do PN. Com relação à expressão "Diplomacia Naval", é a vertente militar da Diplomacia Marítima.

De acordo com Till (2018), a Diplomacia Naval é tão antiga quanto às civilizações e, devido à sua complexidade, os teóricos do pensamento marítimo não conseguem abordar o tema em sua plenitude. Os estudos sobre Diplomacia Naval podem ser separados em duas correntes: a) *clássica* – representada pelo Almirante Alfred Thayer Mahan, com o livro *The influence of sea power upon history* e pelo historiador britânico Julian Corbett, com a obra *Some principles of Maritimes Strategy*; e b) *moderna* – seus principais representantes são Geoffrey Till e Christian Le Mière (CHIOZZO, 2018).

Com relação ao conceito de Diplomacia Naval moderna, cabe mencionar a definição de Poder Brando de Nye Jr. (2004). Para ele, Poder Brando é a capacidade de um Estado influenciar as preferências do entorno sem o uso da força, de sanções ou por meio de pagamento. Considera-se esse Poder como uma capacidade de atração positiva, um exemplo a ser seguido na área de influência, com habilidade de promover aquiescência e persuasão somente pela atração (NYE JR., 2004).

Para a aplicação correta da Diplomacia Naval moderna, é necessário associar o conceito de Poder Brando de Nye Jr. (2004) com as assertivas de Le Mière (2014) sobre a Diplomacia Marítima cooperativa, em que é observada a importância das Forças Navais como instrumento de Diplomacia do Estado, por meio de exercícios conjuntos com outros atores, com a presença de Adidos Navais, com visitantes nos portos estrangeiros e com participações em operações conjuntas em águas internacionais (HOMEM, 2021).

Cabe observar que a Marinha, no exercício das atribuições no Entorno Estratégico, é um dos principais vetores de diplomacia, e, por participar cooperativamente

com outros atores, exerce o Poder Brando do Estado na plenitude.

2.3 Conceito de Grande Estratégia

De acordo com Cunha (2001, p. 333), a palavra Estratégia significa "arte (militar) de planejar e executar movimentos e operações (de tropas) etc.". Na visão de Silva (2020), Estratégia é o emprego dos meios para atingir um determinado fim. Essa palavra ganhou novas definições, ao longo dos anos. Atualmente, os teóricos ampliaram a definição para os campos da expressão do PN, como o político e o econômico. Então, de forma generalizada, o conceito pode referir-se à relação competitiva ou cooperativa entre os Estados ou para intervir em processos decisórios, alterando condutas ou regras nas relações entre os Atores (CORRÊA, 2017). Segundo Mattos (1986), a Estratégia do Estado advém de uma concepção política que define os objetivos para atender os seus interesses. Assim, a Estratégia escolhe meios e estabelece prioridades para a conquista desses objetivos.

Basil Liddel Hart (1895-1970), escritor e militar inglês, evoluiu o conceito de Estratégia para Grande Estratégia. Para ele, Grande Estratégia era a Política de Guerra vocacionada aos objetivos e amparada pelas condições para a paz. O autor também defendia a utilização da diplomacia, da economia e do campo psicossocial como formas de pressionar o inimigo (LUIZ, 2019).

Gray (1999, p.17, tradução própria) define Estratégia como "o uso de ameaças tácitas e explícitas, bem como de batalhas e campanhas reais, para avançar em propósitos políticos". No mesmo trabalho, Gray menciona que o enfoque da Estratégia não é, contudo, unicamente militar. Outrossim, ao considerar todos os instrumentos do poder do Estado de forma integrada, desde a coerção e a influência às ações práticas, descreve que tais comportamentos são parte da "Grande Estratégia" (HOMEM, 2021).

Considerando Mattos, Liddel Hart e Gray, pode-se afirmar que a "Grande Estratégia" orienta um Estado e indica os caminhos e os meios para atingir os objetivos políticos. Ela pode ser considerada como os esforços coordenados nos campos das expressões do PN, a saber: militar, econômico, psicossocial, diplomático, científico e legal, com a finalidade de alcançar os objetivos políticos nacionais. Nesse contexto, a Grande Estratégia permeia as decisões internas do próprio ator e considera outros entes ativos do SI (KENNEDY, 1991).

Diante de um cenário geopolítico instável e híbrido, entende-se que a Grande Estratégia oferece uma resposta proativa e adequada de um Estado e promove desenvolvimento e transformação de todas as expressões do poder, com orientações seguras para os rumos de um país em um SI conectado. Ademais, ela aborda assuntos como defesa, democracia, aspectos psicossociais, economia, direitos humanos, ordem internacional e aspectos legais.

2.4 O Perturbador de Castex e o Perturbador Silencioso

Uma definição relevante para este trabalho é a Teoria do Perturbador, desenvolvida por Raoul Castex¹² (1878-1968). O Perturbador é um ator geopolítico que, por força e ambição, deseja dominar o Entorno Estratégico. Suas principais qualidades são a vitalidade e os recursos humanos abundantes (WEDIN, 2016).

Castex (1938) classifica dois tipos de perturbadores: a) o *perturbador regular*: é quando o Estado, por diversas razões, busca o posicionamento geopolítico; e b) o *perturbador irregular*: é mais complexo e está ligado às desordens domésticas e ideológicas, como o comunismo russo. A Teoria de Castex é estruturada sob três conceitos principais: a) *espaço*: é a posição de isolamento de um Estado que facilita a defesa contra agressões externas, b) *posição geográfica*: resulta da posição geográfica associada à vocação dos países que se voltam para o mar em busca de recursos essenciais; e c) o *Perturbador*: refere-se ao equilíbrio de poder, periodicamente ameaçado, quando surge um Estado em busca de hegemonia geopolítica, como por exemplo, os países em desenvolvimento econômico e demográfico, com ambições expansionistas.

Em síntese, o termo Perturbador pode ser definido como um ator geopolítico que busca expansão no SI, de forma regular ou irregular, com o intuito de garantir recursos, como energéticos e alimentares para o Estado. Todavia, Castex (1938) associa o conceito de Perturbador, primordialmente, com a expressão do poder militar, em que a busca pela influência regional gera desequilíbrio e preocupação para os Estados no entorno do Perturbador.

¹² O almirante francês Raoul Castex (1878-1968), na linha de Mahan, sustentou a importância do domínio das comunicações marítimas como sustentáculo do poder nacional e, nessa perspectiva, a superioridade do poder marítimo com relação ao poder terrestre. Fonte: SEQUEIRA, Jorge Manuel de. As teorias geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, 2014. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/914>>. Acesso: 07 jun. 2022.

Ao analisar o conceito sobre o Perturbador, verifica-se a necessidade de o Estado possuir o “Poder Duro” mencionado por Nye Jr. (2004). Esse poder caracteriza-se pela utilização da força, por meio das expressões militar e econômica do PN de um ator, tendo como fontes primárias o uso e a imposição da força em busca dos objetivos, por meio da Diplomacia Marítima coercitiva (COSTA, 2019).

Por analogia, surge então, a ilação do novo conceito chamado Perturbador Silencioso (FIG.1). Para melhor definição desse conceito, é fundamental entender o “Poder Inteligente” de Nye Jr. (2011). Para ele, o Poder Inteligente é a capacidade de combinar as estratégias de “Poder Duro e de Poder Brando” de forma eficaz em diversos cenários, com aplicações alternadas ou conjuntas. Cabe enfatizar que o Poder Militar de um Estado não precisa considerar apenas meios do “Poder Duro”, uma vez que a sua utilização pode incentivar as parcerias, cooperações ou exercícios conjuntos (COSTA, 2019). Saliente-se ainda que é importante considerar, na utilização do “Poder Inteligente”, o uso de todas as expressões do PN, como a militar, política, econômica e a psicossocial, de forma coordenada em prol de um objetivo de Estado desejado.

O Perturbador Silencioso é um Estado que busca na estratégia de expansão geopolítica aliar os conceitos do Perturbador Continental de Castex com a conduta do “Poder Inteligente” definida por Nye Jr. (2011). A vocação marítima aglutina ao Perturbador Silencioso a capacidade da busca de segurança energética e alimentar, em regiões fora do Entorno Estratégico. Com uma postura de relacionamento suave com os países hospedeiros, por meio do poder econômico amparado pelo poder militar, e com investimento em infraestrutura logística de uso *dual*, tanto de escoamento de recursos, como de emprego militar, é fundamental que o Perturbador Silencioso possua uma Marinha de tamanho compatível com as ambições oceânicas, com um Poder Naval superior aos atores regionais e com capacidade de gerar um desequilíbrio geopolítico entre os Estados da região alvo.

Nesse contexto, no capítulo seguinte, serão contemplados os assuntos sobre o Perturbador Dragão Silencioso, bem como a RPC conseguiu uma posição de destaque no SI, nos últimos 40 anos, inclusive sendo destacada no Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 2022, como um desafio a longo prazo, corroborando com a visão do autor deste trabalho sobre o Perturbador Silencioso. Ademais, serão abordados os principais fatos que proporcionaram a Estratégia chinesa influenciar no EEB, consolidando parcerias com vários Estados do AS.

3 O PERTURBADOR DRAGÃO SILENCIOSO

A China, atualmente, tem adquirido posição de destaque no cenário geopolítico, atraindo a atenção de Estados, políticos, acadêmicos, analistas e atores de várias esferas de conhecimento. Em virtude disso, no intuito de entender a Grande Estratégia Chinesa (GEC), foram publicados livros, artigos e trabalhos acadêmicos que abordam os impactos nos espaços regionais, nos organismos internacionais e no próprio SI (JUNQUEIRA, 2021).

Kissinger (2012) define o papel atual da RPC, no século XXI, e afirma que é fundamental entender o contexto tradicional e histórico dessa milenar civilização. Atualmente, a China é um Perturbador Silencioso do AS. Ademais, neste capítulo, será descrita a GEC com fulcro na parte marítima que permitiu a presença no EEB, mas, antes disso, será realizado um breve relato histórico da RPC, para que seja entendida a decisão de robustecer o Poder Marítimo. Após esse entendimento, será descrita a saída da China para o mar, bem como suas implicações. Por fim, apresentar-se-á a contextualização da OBOR.

3.1 Contexto histórico do Dragão

A civilização chinesa se origina numa antiguidade tão remota que são baldados nossos esforços por descobrir seu início. Não há vestígios do estado de infância entre esse povo. Esse é um fato muito peculiar com respeito à China. Estamos acostumados na história das nações a encontrar algum ponto de partida bem definido, e os documentos, as tradições e os monumentos históricos que chegam até nós em geral nos permitem seguir, quase que passo a passo, o progresso da civilização, estar presentes a seu nascimento e assistir ao seu desenvolvimento, sua marcha adiante e, em muitos casos, suas subseqüentes decadência e ruína. Mas não é assim com os chineses. Eles parecem ter vivido sempre no mesmo estágio de progresso dos dias atuais; e os dados da antiguidade tendem a confirmar essa opinião (KISSINGER, 2012, *apud* VASCONCELOS, 2017, p. 09).

Antigamente, a RPC era denominada *Zhōngguó* que significa “Império do Meio” ou “País Central”. O termo tem origem da milenar tradição chinesa que estabelecia a premissa que o país, pela “excepcionalidade” da história e da cultura, era o centro do mundo. Ao longo da história, a China demonstrou potencial de restauração e resiliência frente às adversidades, principalmente as intempéries da guerra e da natureza. Para Kissinger (2012), a sociedade chinesa aprendeu a reerguer-se das cinzas, após cada ciclo de destruição, retornando ao papel central como um grande império asiático.

A Revolução Chinesa de 1949 é um exemplo da capacidade de superação

mencionada pelo autor (2012), sendo considerado o principal evento do século XX para a sociedade chinesa. Ela resultou na implantação do socialismo como forma de governo, tendo como bases a ideologia marxista-leninista e a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o diferencial da profunda sinergia com aspectos culturais, políticos e históricos do povo chinês. Cabe ressaltar que o modelo chinês socialista representou a continuidade do sistema tradicional asiático de um estado autoritário (BARRACLOUGH, 1985, apud LYRIO, 2010).

As tropas nacionalistas derrotadas pelo movimento revolucionário se refugiaram na Ilha de Taiwan, com a estrutura política e os meios militares restantes, declarando a cidade de Taipei como a capital da República da China. No continente sob a égide do regime socialista do Partido Comunista da China (PCC), a RPC considera Taiwan como a 23ª Província e parte integrante do seu Estado (A GUERRA..., 2022).

No período em que antecedeu a Revolução de 1949, a China era um Estado com pouco desenvolvimento econômico e tinha grandes deficiências nas suas capacidades militares e tecnológicas. Por isso, esse período ficou conhecido como “Século da Humilhação”. Nos momentos iniciais, após a Revolução, a RPC buscou parceria estratégica com a antiga URSS, com o intuito de fazer frente aos Estados Unidos da América (EUA) na oposição ao seu regime. Com o tempo, alterou a sua estratégia desenvolvendo uma diplomacia triangular, ora flertando com a URSS ora com os EUA, conforme os seus interesses (DE OLIVEIRA, 2019).

Portanto, a Revolução Chinesa de 1949 representou uma reestruturação no sistema político-social da China e, nesse momento histórico, ocorreu a ascensão ao poder do PCC e o estabelecimento da RPC, baseados no centralismo democrático, com influência marxista-leninista e características fortes das tradições da milenar sociedade chinesa. Taiwan passou a ser um símbolo de resistência e disputas entre as tensões socialistas e capitalistas de ordem bipolarizada e a China iniciou a busca da superação do período (Século da Humilhação) que representou a estagnação de todas as expressões do PN chinês.

Após 1949, a RPC passou por um período de amadurecimento com a concretização de várias reformas, como a agrária, e com a centralização política seguida da coletivização da economia. Nesse período histórico, Mao Zedong liderava o país de forma absoluta, de acordo com o modelo soviético, e buscava implementar um regime que não coadunava com a cultura tradicional chinesa (MANION, 2012).

Em 1976, após a morte de Mao Zedong, começou um período turbulento, em razão da transição da liderança chinesa. O poder absoluto estabelecido por Mao e a pouca aptidão do PCC em cultivar futuras lideranças que poderiam substituí-lo transformaram o partido em uma arena de lutas internas. Deng Xiaoping, importante líder comunista, desde os primórdios do partido, foi, por fim, cotado como o sucessor de Mao e iniciou o mandato em 1978. Então, Deng Xiaoping adotou a narrativa do “socialismo com características chinesas”, que significou uma gradual transição à economia de mercado, assegurou o poder político nas mãos do PCC e inaugurou o modelo de estado que hoje é cuidadosamente seguido na China. Com a atuação de Deng, a política chinesa se institucionaliza, a economia moderniza-se e promulga-se uma nova constituição (LANTEIGNE, 2013).

A política de Deng Xiaoping permitiu o ingresso de empresas estrangeiras com fábricas de produção no território chinês. Implementou ainda o “plano das quatro modernizações” que consistia em ações para o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia, e incluía investimentos nas FA (DE OLIVEIRA, 2019).

No início do século XXI, com Hu Jintao na presidência, o conceito de “ascensão pacífica” chinesa se fortaleceu e demonstrou para o SI o posicionamento favorável da RPC para um “mundo harmonioso”, entretanto, o PCC deste século tem resgatado a cultura tradicional chinesa e o nacionalismo do seu povo, ao mesmo tempo que enfraquece os ideais do marxismo-leninismo e do maoísmo (LANTEIGNE, 2013).

Hu Jintao agregou ao seu conceito de “ascensão pacífica” o posicionamento chinês no SI, demonstrando ao mundo o respeito que a RPC possui com a soberania de cada Estado e o apreço que demonstra para a construção de um sistema harmonioso. No próximo tópico, será abordada a GEC e serão descritos o momento atual de Xi Jinping e a “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, em que o Dragão, em um mundo interligado e com suas fronteiras terrestres com ausência de confrontações armadas, lança-se ao mar na busca de recursos que sustente o seu crescimento.

3.2 A Grande Estratégia do Dragão Silencioso

Para Holmes e Yoshihara (2018), a China não somente se distanciou dos conceitos sociais maoístas, como também alterou a sua visão econômica, quando abandonou a sua estratégia continental de desenvolvimento econômico e reorientou a sua

economia para o comércio marítimo. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o SI observou um período sem confrontação direta entre as grandes potências mundiais. Esse período de estabilidade permitiu o sucesso da Estratégia, iniciada por Deng Xiaoping, de paz e desenvolvimento. De acordo com o Contexto Histórico do Dragão (*vide* subitem 3.1), com o novo posicionamento econômico chinês de abertura de mercado e um modelo liberal de circulação de mercadorias, serviços e capitais, os mercados ocidentais mantiveram um relacionamento pacífico, comprando produtos e oferecendo acessos aos investimentos e à tecnologia (DE OLIVEIRA, 2019).

A RPC planejou, na década de 1990, uma estratégia de expansão global [*go out* (走出去 *zouchuqu*)] incluída no Décimo Plano Quinquenal (2001-2005), tendo como justificativa a crescente diferença entre os recursos e a dinâmica populacional (BAPTISTA, 2017). A estratégia *going out* chinesa priorizou o controle de recursos naturais, em especial os que garantiam a segurança energética e alimentar da sua economia, a participação internacional das grandes empresas chinesas com abertura da economia, a obtenção de tecnologias estrangeiras e a aquisição de empresas estrangeiras de prestígio para controle de marcas, redes de distribuição e tecnologias. A implementação da estratégia foi norteadada pelo Poder Brando, mas baseado na consolidação do Poder Duro e com investimentos significativos na modernização e reforço da capacidade militar (NEVES, 2013).

Nesse contexto, Xi Jinping¹³ desenvolve o conceito da “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, baseada em uma Política Externa com o propósito de uma renovação nacional, denominada “O Sonho Chinês”. Com esse objetivo, Xi implementa uma narrativa pautada na cultura tradicional chinesa agregada a uma releitura histórica, fazendo uso da estrutura burocrática e do processo político chinês, bem como de aspectos ideológicos que representam a RPC (VASCONCELOS, 2017).

Para um perfeito entendimento da GEC, na era Xi, é importante citar os 5 (cinco) princípios de Coexistência Pacífica previstos nos Livros Brancos chineses. Esses princípios norteiam as relações exteriores e são basilares na estratégia da RPC, a saber: (1) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; (2) não agressão mútua; (3) não interferência nos assuntos internos de outros Estados; (4) igualdade e cooperação para benefícios

¹³ Xi Jinping é um político chinês que tem servido como Secretário-Geral do PCC, Presidente da Comissão Militar Central, desde 2012, e Presidente da RPC, desde 2013. Xi tem sido, desde 2012, o líder político mais proeminente da China.

mútuos¹⁴; e, por fim, (5) coexistência pacífica (ONU, 1958, p. 70).

Para a OTAN, a GEC não busca a Coexistência Pacífica e apresenta uma visão que a coaduna com o conceito de Perturbador Silencioso:

As ambições declaradas e políticas coercitivas da República Popular da China (RPC) desafiam nossos interesses, segurança e valores. A RPC emprega uma ampla gama de ferramentas políticas, econômicas e militares para aumentar sua presença global e seu projeto de poder, mantendo-se opaca sobre sua estratégia, suas intenções e seu desenvolvimento militar. As operações híbridas e cibernéticas maliciosas da RPC e sua retórica de confronto e a desinformação atingem os Aliados e prejudicam a segurança da Aliança. A RPC procura controlar setores tecnológicos e industriais, infraestrutura crítica e materiais estratégicos e cadeias de suprimentos. Ela usa seu potencial econômico para criar dependências estratégicas e aumentar sua influência. Também se esforça para subverter a ordem internacional baseada em regras, inclusive nos domínios espacial, cibernético e marítimo (OTAN, 2022, Tradução própria, p. 5).

A “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, pautada em uma política externa, com o propósito de uma renovação nacional, e nos princípios da Coexistência Pacífica, é o cartão de visita da GEC para o SI. Ao lançar-se ao mar, na busca de recursos energéticos, de segurança alimentar e de mercados consumidores para os seus produtos, a RPC, amparada pela abertura da sua economia e pela centralização do poder no PCC, após a reformulação da Nova Ordem Mundial ao final da Guerra Fria, conseguiu exercer o seu poder em Estados esquecidos por essa Nova Ordem. Devido ao período sem confrontação armada, investiu e fortaleceu a vertente militar, que serve como arcabouço para a sua influência externa em busca do “Sonho Chinês”. Então a GEC começa a ser identificada pelo SI, conforme foi destacado na Concepção Estratégica da OTAN, e a bandeira do modelo de negócio chinês *win-win* passa ser considerada opaca e passa a gerar dependência estratégica de seus parceiros.

Após a compreensão da GEC, no contexto global, faz-se necessário realizar um recorte para a sua atuação no AS. Com a mudança do eixo da política externa dos EUA para região norte, especificamente a Europa e os países integrantes da OTAN, a China desenvolveu a ascensão do Sul-Global e priorizou as parcerias dos países do Hemisfério Sul; além disso, ocorreu a dinâmica horizontal das relações econômicas entre esses atores que caracterizaram a Cooperação Sul-Sul (CSS). Segundo Souza (2014), a CSS não é caracterizada

¹⁴ Este princípio representa o modelo *win-win* (ganha-ganha) de negócio. Atualmente, Xi Jinping denomina como “prosperidade comum”, termo que foi adotado por jornalistas, acadêmicos e executivos de empresas na China. Fonte: SCHUMAN, Michael. **Prosperidade comum: a grande e nova ideia de Xi Jinping para a China**. 2021. Disponível em: <<https://referencia.com/asia-e-pacifico/prosperidade-comum-a-grande-e-nova-ideia-de-xi-jinping-para-a-china/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

pelo assistencialismo, e sim por uma parceria de benefícios mútuos e horizontais nas relações, conforme mencionados nos princípios da Coexistência Pacífica. Enquanto os atores globais do Hemisfério Norte apresentam uma Cooperação Norte-Sul assistencialista e filantrópica, a CSS tem como princípios a reciprocidade e os benefícios mútuos (CHATURVEDI, 2012).

Nas décadas de 1960 e 70, a África passou por um período de movimentos de descolonização. Nesse contexto, a RPC visualizou uma oportunidade geopolítica, apoiou de forma ativa vários movimentos, e, no campo diplomático, reconheceu a independência dos países, realizando visitas oficiais ao Continente africano. No campo econômico, Pequim ofereceu ajuda financeira e o financiamento de obras de infraestrutura à CSS. O verdadeiro objetivo dessa estratégia buscava fortalecer a imagem da China como uma liderança na CSS (DOBLER, 2007).

Na visão de Nunes e Farias (2021), o fortalecimento da CSS pode se dar por meio de iniciativas, como a *Belt Road Initiative* (BRI), de participação em fóruns e fundos multilaterais e de parcerias com instituições e governos locais. Nesse sentido, a China tem intensificado essa relação, priorizando a coordenação bilateral com os governos locais e a participação em projetos de infraestrutura, principalmente na América Latina, África e Caribe.

De Almeida (2012) afirma que a política da RPC para a África tornou-se prioritariamente econômica, com o intuito de atender às necessidades de recursos da crescente potência global. Na CSS, são priorizadas as parcerias com democracias frágeis, países com grandes problemas internos e econômicos, nos quais a China fornece investimentos sólidos e contribui para a manutenção de elites governantes no poder, contrariando os anseios das populações locais. O resultado é o aumento da instabilidade interna dos países apoiados e um incremento das ameaças ao ambiente de segurança da região.

Assim, conclui-se, de forma parcial, que a CSS é uma Pequena Estratégia enquadrada na GEC. Ela se aproveitou da falta de prioridade dos atores globais do Norte e forneceu uma oportunidade de parceria e desenvolvimento para os países subdesenvolvidos do Hemisfério Sul, por meio da participação na BRI. Outrossim, sob a bandeira dos princípios de Coexistência Pacífica, com parcerias baseadas nos benefícios mútuos, a RPC fortaleceu a posição de liderança no Sul global. Atualmente, os interesses chineses transcendem a

política, alinham-se com as necessidades econômicas e de recursos do crescente Dragão voraz, e as vítimas são as democracias frágeis do AS, onde os investimentos chineses favorecem a manutenção de governos favoráveis à GEC.

Em síntese, a GEC foi consolidada durante o período de paz, após a Guerra Fria, na qual a RPC passou por uma reformulação política, econômica e social. Além de ser centralizada no PCC, a economia chinesa sofreu uma transformação por meio de uma abertura de mercado e uma renovação nacional em busca do “Sonho Chinês”. Xi, com a “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas” pautada pelos princípios da Coexistência Pacífica, ratificou que a RPC deveria desenvolver o Poder Marítimo na busca de segurança energética, alimentar e de novos mercados consumidores. Com essa visão, a China investiu na Indústria Naval como sustentáculo das suas necessidades, criou uma vertente marítima da BRI e incluiu, na GEC, o desenvolvimento do Poder Naval para amparar as suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e a sua influência global.

3.3 O Dragão Voraz

O Petróleo, os combustíveis minerais, os minérios, o óleo de soja e os equipamentos industriais são as principais necessidades de importações da China. A RPC, para sustentar o desenvolvimento econômico, possui uma forte dependência na sua matriz energética, como o petróleo, o carvão e o gás natural. A distribuição das necessidades energéticas, para alimentar o Dragão, estava dividida, antes do período de Xi Jinping, em 2012, da seguinte forma: 66% de carvão, 20% de petróleo, 8% de energias hidroelétricas, 5% de gás natural, cerca de 1% de energia nuclear, e, aproximadamente, 1% de energias renováveis. No início do governo de Xi, a RPC tornou-se a maior importadora líquida de petróleo e de seus derivados. Em razão disso, poderá ter problemas, conforme suas reservas domésticas forem se esgotando (U.S., 2015).

Na Fig. 2, observa-se que a economia chinesa está reduzindo o consumo de carvão e buscando aumentar a sua matriz de energia renovável de gás natural e nuclear para manutenção do equilíbrio energético. Cabe dizer, que apesar da redução do consumo do carvão, ele ainda continua sendo a principal fonte de energia usada no país. Ademais, cabe ainda enfatizar que a RPC consome mais da metade de todo carvão mundial (CHIAPPINI, 2020).

O minério de ferro do comércio internacional marítimo é outro exemplo de dependência do Dragão. A RPC representa 67% das importações mundiais desse produto. Por isso, é o maior importador global. O maior fornecedor desse minério para a China é a Austrália, depois se destacam o Brasil e os países africanos, que dependem de longas LCM para o transporte do produto (DE OLIVEIRA, 2019).

Além disso, a China, por possuir a maior população mundial, necessita garantir a segurança alimentar do país. Segundo a revista *on-line* A Referência (Segurança..., 2021), a RPC não possui independência na produção de alimentos e depende fortemente das importações para abastecer o país. Seus principais fornecedores de alimentos são: Brasil, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Para o fluxo contínuo de alimentos, existe a necessidade de uma frota de navios que operem nas extensas LCM.

Complementando a voracidade do Dragão, deve-se mencionar ainda que a RPC lidera a lista global de países produtores de pescado, sendo responsável por 15% da média de produção total. Os chineses pescam 15,2 milhões de toneladas por ano, principalmente em águas internacionais do Atlântico e do Pacífico (AGUIAR JR., 2022).

O que demonstra a fome do Dragão? Em uma análise clausewitziana¹⁵ do Dragão Voraz, no âmbito das expressões de poder político, econômico e psicossocial, pode-se fazer a ilação que o Centro de Gravidade¹⁶ da China é a segurança alimentar e energética que advém do mar. Com base nisso, o Poder Marítimo chinês, principalmente as LCM, tornam-se uma vulnerabilidade crítica¹⁷ da GEC. Para a proteção do Centro de Gravidade e das LCM, a RPC teve como premissa o desenvolvimento do Poder Naval e as construções de infraestruturas críticas globais que garantem o fluxo contínuo de recursos para o desenvolvimento chinês.

¹⁵ Carl Von Clausewitz (1790-1831) foi um militar prussiano especialista em estratégias de batalhas e autor do mais famoso tratado sobre o tema da guerra no Ocidente: “Da Guerra”, ou “Sobre a Guerra” (do alemão Vom Kriege), publicado em 1832. Fonte: FERNANDES, Claudio. O conceito de guerra de Clausewitz. **Revista Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/o-conceito-guerra-clausewitz.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁶ “O centro de gravidade de uma Força Armada se refere àquelas fontes de força ou equilíbrio. É a característica, a capacidade ou o local dos quais a Força extrai sua liberdade de ação, força física ou disposição para combater”. Clausewitz o definiu como “o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende”. Field Manual Operations 100-5, (Washington, DC:U.S. Government Publishing Office, 1986). [Citação da obra Da Guerra extraída da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de MICHAEL HOWARD e PETER PARET. — N. do T.]

¹⁷ Vulnerabilidades Críticas são aspectos deficientes ou vulneráveis que, se atacados, causarão efeitos decisivos ou significantes no Centro de Gravidade (WADOVSKI, 2018).

3.4 O voo do Dragão para o Mar

A China, como potência continental, marcou grande parte da sua história com grandes desafios terrestres que enfrentou. No passado, tinham obrigado a RPC incrementar o poder terrestre, em inobservância à expansão marítima. Dentre os fatores responsáveis por essa estratégia chinesa, Lord (2009) destaca os três principais que incentivaram a China no desenvolvimento de forças terrestres: as experiências de combate obtidas pela elite chinesa no período Maoísta, em grande parte pelas experiências de combate terrestres; os problemas que a extinta URSS enfrentou, na década de 1960; e a guerra contra o Vietnã, em 1979, que demonstrou a necessidade de investimento no exército chinês.

Então, com a nova ordem mundial, após o fim da Guerra Fria, e a dissolução da URSS, a RPC teve a oportunidade para reestruturar a estratégia de defesa, direcionou esforços para o mar e considerou o mundo globalizado, interligado e dependente do comércio transoceânico na nova ordem mundial proposta (MACDONALD, 2013).

Nesse contexto, o mar é um meio estrategicamente importante para os Estados que desejam ter uma posição de destaque no SI. Os oceanos possuem quatro atributos interligados que podem ser motivo de conflito ou de cooperação entre os países, tais como: recurso (segurança energética e segurança alimentar), logística (LCM para transporte de cargas), fonte de informação (as fronteiras marítimas permitem a ligação de culturas diferentes) e domínio (meio estratégico para conquista e domínio) (TILL, 2018).

O entendimento da diferença do Poder Naval e do Poder Marítimo é necessário durante a leitura deste trabalho. Segundo Huang (2009, p.30), o Poder Naval está na esfera da expressão militar do PN e é caracterizado por uma força naval poderosa e eficiente com domínio do mar. O Poder Marítimo é uma definição que permeia todas as expressões do PN e possui a capacidade de usar o mar para o desenvolvimento político-econômico, ganhar o domínio do mar de potenciais inimigos, além de controlar o comércio internacional por meio das LCM, utilizando eficientemente os recursos oceânicos, além de realizar operações com a Marinha em tempo de guerra e usá-la como elemento de diplomacia naval, dissuasão e influência política em tempos de paz.

De acordo com os conceitos citados de TILL e HUANG, a RPC enviou uma

mensagem clara ao cenário internacional, em 2012, com o discurso de Hu Jintao¹⁸ proferida no 18º Congresso Nacional do PCC, que dizia que a China visava ser uma potência marítima e estava sendo incluída na estratégia nacional. Hu Jintao deixou claro o objetivo de ampliar as capacidades marítimas chinesas, assim como as metas da política marítima e da naval (AGNOSTRI, 2013, *apud* MENEZES, 2017).

Dessa forma, a RPC, com ausências de confrontos armados com os países fronteiriços e com a nova ordem mundial proporcionada pelo fim da Guerra Fria, obteve condições necessárias para visualizar em sua estratégia que os problemas vindouros seriam marítimos, como a ilha de Taiwan e as disputas no Mar do Sul da China. Não somente problemas, mas também as oportunidades obrigaram a China se direcionar para o Mar e buscar novos parceiros, mercados consumidores e recursos para a nova economia crescente.

Segundo McCaslin (2019), Xi Jinping afirma que o “sonho chinês” encontra-se amparado em um “forte sonho militar”. Com esse lema, a RPC investiu na modernização da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL), a fim de criar uma marinha de “águas azuis” com grande capacidade de projeção e de dissuasão.

A MEPL possuía algumas classes de contratorpedeiros, fragatas e submarinos de propulsão convencional que eram compatíveis com uma marinha de pequena envergadura e longe do “forte sonho militar” (HOLMES; YOSHIHARA, 2008). Atualmente, a China produz navios de elevada complexidade, como por exemplo, os grandes navios porta-contêineres e o mais recente terceiro porta-aviões denominado *Fujian* que possui catapultas eletromagnéticas, convés plano e grande potencial tecnológico.

Portanto, além do salto tecnológico e da capacitação da MEPL, os porta-aviões e os novos meios navais representam um aumento da capacidade dissuasória da RPC (ALEXANDRE; RIBEIRO, 2022). Cabe ressaltar que a MEPL possui metade da tonelagem da Marinha dos EUA e se destaca por ser a maior marinha mundial, com 355 navios. Isso permite a China atuar em mais de uma área de conflito por sua quantidade de meios (FARIAS, 2022).

A MEPL sofreu uma transformação quantitativa e qualitativa. A construção de fragatas, submarinos convencionais e nucleares e outros vetores navais demonstram o comprometimento da RPC com a Estratégia Marítima prevista na GEC. O desenvolvimento de porta-aviões compatíveis com as maiores marinhas do mundo credencia a China como

¹⁸ Presidente da RPC, no período de 15 de março de 2003 a 14 de março de 2013. Fonte: Elaboração própria, 2022.

uma marinha de “águas azuis”, com poder dissuasório entre as principais marinhas, conforme a Fig. 3.

Com relação ao Poder Marítimo, a RPC possui a maior frota de navios-tanques para o transporte de recursos energéticos e os maiores estaleiros mundiais. Deng Xiaoping foi responsável pelo início do desenvolvimento da indústria naval. Ele construiu 220.000 toneladas brutas de navios e embarcações, na década de 80, e visava atingir 25 milhões de toneladas brutas quarenta anos depois, ou seja, a China se tornaria responsável por 35% da produção mundial de navios e embarcações. O significativo volume de contêineres manuseado nos portos chineses é uma prova do nível da atividade marítima chinesa na última década. Como resultado, a China superou diversos países portuários com o baixo custo de operação, infraestrutura de transporte de qualidade e grandes volumes de importações e exportações (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Em suma, a GEC está ancorada na Estratégia Marítima, tornando o crescimento econômico chinês dependente de recursos energéticos, novos mercados consumidores e da segurança alimentar da população. O mar foi a solução para o grande “sonho chinês”, obrigando a RPC investir na sua Força Naval, na indústria naval e nas infraestruturas logísticas portuárias. A persistência do governo nos objetivos estratégicos nacionais promoveu a transformação da MEPL para uma marinha de águas azuis, com capacidade dissuasória, e de segurança da vertente marítima da BRI. Na parte marítima, a GEC transformou a China em uma referência na construção de navios, operações de contêineres e em capacidade de realização de atividades portuárias com impactos no âmbito mundial.

3.5 O Dragão e a *One Belt and One Road Initiative*¹⁹

One Belt and One Road Initiative (OBOR) ou *Belt Road Initiative* (BRI) representa, na prática, a GEC e busca recursos além-mar necessários para o desenvolvimento do país. Isso faz parte das pretensões internacionais desse governo no crescimento econômico da RPC (VASCONCELOS, 2017). A Nova Rota da Seda, termo em português para BRI, consiste em um plano de investimentos em infraestruturas logísticas proposto pela China. Nesse plano, são englobados vários países de importância estratégica. A BRI é a principal iniciativa de

¹⁹ Em mandarim, o projeto é chamado “一带一路” (yidai yilu), que pode ser traduzido para o português como “Um cinturão, uma estrada”. Em inglês, o termo atual para se referir ao projeto é: *One Belt and One Road Initiative* – do qual advém o nome “iniciativa do Cinturão e Rota” (JUNQUEIRA, 2021).

política externa do governo Xi Jinping, proposta em 2013 (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019). No passado, a Rota da Seda consistia numa rede de rotas comerciais que interligavam a China e o Extremo Oriente Médio à Europa. Ela foi estabelecida durante a Dinastia Han, da China, no século II a.C., com objetivos comerciais (TONG, 2019).

A BRI possui a *Silk Economic Road*, rota terrestre que é constituída pela Eurásia continental, e a *Maritime Silk Road*, rota marítima composta pelos portos chineses no sudeste asiático e pelos países da Costa Africana, com as LCM que passam pelo Oceano Índico, pelo Canal de Suez, até chegar no Mediterrâneo. Em 2018, o mandatário Xi Jinping mencionou que a BRI deveria incluir a América Latina e a África na rota marítima (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019).

Conforme demonstrado na Fig. 4, a BRI se expandiu, na sua versão original, em seis corredores econômicos: 1) a Nova Ponte Terrestre Eurasiática; 2) o eixo China-Mongólia-Rússia; 3) o eixo central China-Ásia Ocidental; 4) o eixo da Península China-Indochina; 5) o eixo do Corredor Econômico China-Paquistão e, finalmente, 6) o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia e Mianmar. A BRI permite à RPC diversificar e expandir seu acesso a recursos naturais de vizinhos, como Turcomenistão e Rússia, com o objetivo de garantir a segurança energética. Assim, as melhorias realizadas na conectividade regional ampliarão o acesso a produtos chineses e integrará as províncias do interior da China aos mercados globais (HONG, 2017).

A BRI são corredores marítimos e terrestres que permitem a China sustentar toda a sua cadeia logística de recursos para o desenvolvimento econômico. Ela é contemplada inicialmente por Xi Jinping na GEC, no entorno estratégico chinês mais próximo, e justifica sua proximidade pelos patamares econômicos e militares da época, com foco apenas nas regiões da Eurásia, do Mar da China e do Oceano Índico, entretanto, com o crescimento exponencial da RPC e do Poder Marítimo, o líder chinês reajustou a sua estratégia atual, acrescentando à BRI os países da Costa Africana, América Latina e o AS.

Acrescentam-se a isso as cinco principais prioridades da Nova Rota da Seda, segundo a RPC: 1) coordenação de políticas econômicas de empréstimos a juros baixos para a assistência dos países que receberem aporte no setor de infraestrutura, via BRI, de modo a não prejudicar e/ou causar interferências danosas à economia doméstica; 2) conectividade nas áreas de infraestrutura; 3) comércio menos suscetível a obstáculos, mediante baixas barreiras fiscais; 4) integração financeira; e 5) incentivos para a conectividade entre os

cidadãos das populações envolvidas (TONG, 2019).

Conforme essas cinco principais prioridades, os países que recebem investimentos para o desenvolvimento econômico, tornam-se polos logísticos importantes na BRI. Esses pontos focais fazem parte do “Colar de Pérolas” chinês, em inglês “string of pearls”, que é a designação ocidental da estratégia chinesa de “cercar” o Mar do Sul da China e a região do Oceano Índico, por meio da construção de portos e bases navais, com o intuito de ampliar a presença chinesa nessas regiões e alcançar uma posição estratégica privilegiada em toda essa porção marítima (FRIEDE, 2019).

Na BRI, a estratégia do “Colar de Pérolas” demanda investimentos em infraestruturas de portos, aeroportos, estradas, ferrovias, geração de energia, internet e fibra ótica. Aliando-se aos princípios da coexistência pacífica, especificamente no benefício mútuo, cada Pérola do colar necessita de infraestruturas básicas para se desenvolver, e a RPC, com o “pano de fundo” do modelo *win-win*, consegue projetar as suas companhias no mercado global para implementação de infraestrutura, bem como intensificar a sua influência política, econômica e militar na região.

Na visão de Nunes e Farias (2021), pesquisas recentes demonstram que estruturas, equipamentos e instalações físicas, que são a base do crescimento econômico sustentável, são insuficientes, na América Latina e na África. Em razão dessa carência, o EEB é uma área excelente para aquisições de Pérolas e ampliação do colar chinês. Ademais, para a construção de infraestruturas, é fundamental o investimento massivo de recursos por meio de empresas chinesas.

Segundo Do Nascimento (2020), o Continente africano possui o segundo maior número de participantes na iniciativa da BRI, ou seja, possui cerca de 40 países. Dentre eles, é pertinente citar, como membros da BRI, os seguintes países: Marrocos, Egito, África do Sul, Somália, Nigéria, Serra Leoa, Djibouti, Senegal, Uganda, Guiné, Moçambique e outros. Somando-se a isso, é importante também mencionar que os projetos da BRI na África são voltados para os setores de eletricidade, telefonia, construção de estradas, rodovias, portos e fornecimento de serviços sociais e de saúde.

Na Fig. 5, verifica-se que os investimentos chineses são acima de 10 bilhões de dólares em vários setores da economia nigeriana. A RFN tornou-se signatária da BRI em 2018. Desde então, a RPC encontra-se desenvolvendo vários projetos na região do Golfo da Guiné, que serão detalhados no capítulo que trata das relações sino-nigerianas. Assim, com

base na grande quantidade de projetos em parceria com a China, na assinatura do acordo de cooperação da BRI e nos valores investidos na economia pelos chineses, pode-se afirmar que a Nigéria faz parte da Nova Rota da Seda marítima do século XXI, especificamente da derivada do AS. Além disso, devido a sua grande produção de petróleo e derivados, pode-se dizer ainda que a RFN é a “Pérola Negra” do colar chinês no AS.

Portanto, neste capítulo, a GEC foi apresentada, a evolução do pensamento maoísta chinês, no breve contexto histórico, foi percebida, e, por fim, foi verificado também que, na era de Deng Xiaoping, o seu projeto fortaleceu o Poder Marítimo chinês. Cabe ainda dizer que o período de Xi Jinping e suas iniciativas como a BRI, em busca do grande “sonho chinês”, foram relevantes para este estudo. No próximo capítulo, serão abordados os assuntos sobre a “Pérola Negra” do Dragão e a descrição dos principais aspectos das expressões do PN da Nigéria, que se destacam dos demais países africanos. Por isso, a Nigéria torna-se um ator importante no EEB.

4 NIGÉRIA: A PÉROLA NEGRA DO DRAGÃO²⁰

Após o entendimento de pontos essenciais de questões teóricas e ambientais preliminares e, em sequência, analisada a GEC e a importância da estratégia marítima para o desenvolvimento contínuo da RPC, é fundamental apresentar as razões que credenciam a RFN como uma pérola da BRI chinesa. Com intuito de analisar a estrutura da RFN, será utilizado o Método de Análise Geopolítica da EGN a seguir (BRASIL, 2021).

A Nigéria é o país com a maior população da África. Em segundo lugar africano, aparece a Etiópia que conta apenas com a metade dos habitantes da Nigéria. Desde 2014, tornou-se a primeira economia do Continente, com um Produto Interno Bruto (PIB) praticamente igual ao argentino. Logo, se a RFN fosse um país latino-americano, seria a terceira ou quarta maior economia da região e a segunda em termos de população. Por esses números, além do fato de ser um dos maiores países africanos em extensão territorial, a Nigéria é comumente conhecida como “o gigante da África” (BRASIL, 2018).

Este capítulo também tem o propósito de despertar e demonstrar a importância da Nigéria para o EEB. Na TAB. 1, os dados gerais da RFN permitem ao leitor uma visão ampla do tamanho da Nigéria e uma interpretação precisa dos aspectos geopolíticos descritos nos parágrafos subsequentes que abordam os fatores físicos, históricos, políticos, econômicos e militares.

4.1 Fatores físicos e suas implicações

Com o território, aproximadamente, nove vezes menor que o Brasil, a Nigéria divide-se em 37 estados e um distrito federal. Além disso, é o único país federativo daquele Continente (BRASIL, 2018) e tem as maiores cidades localizadas nas terras baixas do Sul. A RFN, conforme a Fig. 6, fica localizada no GdG, na costa Oeste do Continente africano, com uma extensão de 923.768 km², e possui um litoral de 853 km banhado pelo Oceano Atlântico. As fronteiras nigerianas são: Benim (773 km) a Oeste, Camarões (1.690 km) a Sudeste, Chade (87 km) a Nordeste e Níger (1.497 km) ao Norte. Com uma ampla rede hidrográfica, destacam-se os principais rios, o Níger e o seu afluente, o Benue. O ponto de

²⁰O termo “Pérola Negra do Dragão” faz referência ao Colar de Pérolas chinês da *One Belt and One Road Initiative*, e a coloração negra é referente a grande produção de petróleo e derivados do país. Fonte: Elaboração própria, 2022.

junção desses rios é a cidade de Lokoja, localizada em uma região Setentrional do território. Após essa junção, o rio corre em direção sul, forma o Delta do Níger no litoral e deságua no Oceano Atlântico (DE OLIVEIRA, 2012).

Devido ao vento seco originário do deserto do Saara, a região Norte da RFN apresenta um clima seco e favorece ao cultivo de algodão e amendoim. A parte Setentrional, menos povoada, é composta por savanas. A porção Sul da Nigéria é responsável pela produção de cacau e de palmeiras, e possui um clima tropical chuvoso com densas florestas. O Delta do Níger e parcela do litoral são compostos por diversos pântanos (DE OLIVEIRA, 2012).

A Nigéria possui uma grande extensão territorial, com uma extensa rede hidroviária, que permite o fluxo logístico do interior do país, por meio de seus rios, e possibilita atender outros países fronteiriços sem saída para o mar. Com relação ao ambiente marítimo, a RFN possui um extenso litoral, com uma posição favorável no GdG, que conecta os rios por meio dos deltas ou estuários, como por exemplo, o Delta do Níger.

4.1.1 Oceanopolítica

A posição geográfica oferece à RFN uma grande importância estratégica, por ser considerada um país marítimo e ter como ponto de passagem para a Sahel²¹ ao Norte e ao Sul. Ademais, o litoral possui projeção para o GdG e o litoral da África Central (DE OLIVEIRA, 2012).

Conforme menciona o artigo da Embaixada dos EUA em Angola (2015), o GdG é uma região focal referente ao setor energético global e responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da maioria dos países da costa atlântica africana. Com os rendimentos provenientes dos hidrocarbonetos oriundos da Economia Azul do golfo, os Estados africanos da região constroem reservas financeiras para investimentos internos. Outro aspecto importante do GdG é a passagem das principais rotas comerciais marítimas que interligam a África ao resto do planeta.

A infraestrutura portuária credita ao país um Poder Marítimo capaz de apoiar o desenvolvimento econômico e permite a projeção do Estado para novas fronteiras

²¹ Sahel ou Sael (do árabe ساحل, *sahil*, que significa "costa" ou "fronteira") é uma faixa de 500 a 700 km de largura, em média, e 5 400 km de extensão, entre o deserto do Saara, ao Norte, e a savana do Sudão, ao Sul; e entre o Oceano Atlântico, a Oeste, e ao mar Vermelho, a Leste. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sahel>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

comerciais. A RFN encontra-se com projetos de investimentos para construção e modernização de vários portos, como o *Tincan Island Container Terminal*, localizado na ilha de Tincan, que tem ligações logísticas com às principais autoestradas da área metropolitana e com os principais centros industriais (DOS SANTOS, 2022).

Segundo Johnston²² (2022), com a atracação de um supertanque chinês, na inauguração do Porto de águas profundas de Lekki, em julho deste ano, colocou a Nigéria em posição de liderança regional e com capacidade de otimizar a Área de Livre Comércio Continental Africana, impactando, aproximadamente, 1,3 bilhão de pessoas em 55 países. O Porto de Lekki (FIG. 7) possui 3 berços de contêineres, 1 berço de graneis secos e 3 berços de líquidos (DOS SANTOS, 2022). Além dessa infraestrutura, ele pode operar 5 navios ao mesmo tempo, por ter capacidade logística de 20.000 contêineres, e melhorar a capacidade portuária da RFN, que utilizava os portos alternativos de Apapa e Tin Can Island (JOHNSTON, 2022).

Como exemplo do desenvolvimento da Economia Azul²³ nigeriana, próximo ao Porto de Lekki, encontra-se o Complexo Petroquímico do Grupo Dangote, com capacidade de refino de petróleo de 650.000 barris por dia, e ao lado, a fábrica de fertilizantes de ureia e amônia. O presidente da Nigéria Muhammadu Buhari investiu US\$ 2,5 bilhões na construção da fábrica de fertilizante, sendo a maior planta industrial de produção de ureia granulada da África e a segunda mais expressiva do mundo. Ela começou operar no momento histórico da escassez do produto, ou seja, quando ocorreu o conflito entre Ucrânia e Rússia. Ambos os produtos citados, além de atender a demanda interna, serão exportados pela estrutura portuária de Lekki (JOHNSTON, 2022).

De acordo com a Fig. 8, a RFN está planejando a construção de 4 novos portos de águas profundas: Warri, Bonny, Ibom e Bakassi. A construção dos novos portos agregados ao Porto de Lekki ajudará a Nigéria recuperar os negócios marítimos perdidos. Por exemplo, devido à falta de infraestrutura dos antigos portos nigerianos, países como Níger, Chade, Burkina Faso e Mali, sem litoral, destinaram as suas operações de exportações e importações para outros países africanos, como Togo, Costa do Marfim e Gana (JOHNSTON, 2022).

²²Lauren A. Johnston é professora associada a Universidade de Sydney e pesquisadora sênior consultora do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (JOHNSTON, 2022).

²³ Também conhecida como economia do mar, a Economia Azul refere-se ao conjunto de valores e de riquezas proporcionados pelo recurso mais abundante e fundamental para a vida na Terra: a água (JOKURA, 2022).

Com investimentos chineses na estrutura portuária e por sua posição geográfica, sendo ponto comum das principais LCM que interligam a África aos principais países do mundo, a Nigéria é um país que naturalmente exerce uma posição de liderança no GdG e que deve ter uma posição de destaque no EEB.

4.1.2 Golfo da Guiné

Localizada na costa ocidental africana e banhada pelo Oceano Atlântico, a região do GdG é definida pelos países que se estendem do Senegal até Angola²⁴, como pode ser verificada na Fig. 9. A região é a maior produtora de hidrocarbonetos da África subsaariana e tem a prospecção de petróleo e gás natural como sua principal atividade econômica. A RFN possui as maiores reservas petrolíferas da região e é o principal exportador de petróleo da África para o Brasil (ESPIÚCA, 2022). O Golfo possui um contingente populacional significativo, com cerca de 407,7 milhões de pessoas. Observa-se que metade desse contingente corresponde à população da Nigéria. Isso ratifica a crescente importância de sua posição geoestratégica para o comércio internacional (DE OLIVEIRA; DA SILVEIRA, 2014).

Após um período de crise e estagnação econômicas, nas décadas de 1980 e 1990, a África observou um aumento dos fluxos comerciais marítimos, que eram interesse das potências tradicionais e internacionais, em seus recursos, bem como a interação política e econômica com os países emergentes à época: Brasil, Índia e China. Esse período importante para o Continente é conhecido como “renascimento” africano, sendo o GdG uma região pujante frente a essa realidade. Além disso, cabe enfatizar que, devido a sua importância geopolítica, a segurança do Golfo é essencial para o AS (DE OLIVEIRA; DA SILVEIRA, 2014).

Cabe ainda afirmar que a estabilidade do GdG é importante para o EEB e para as LCM do AS. A Nigéria, como principal país da região, em virtude dos fatores econômicos, militares e populacionais, exerce um papel primordial na segurança e no desenvolvimento do GdG, e investe na infraestrutura portuária e na extração de derivados de petróleo que são essenciais para a segurança energética global.

Ademais, observa-se ainda que as atividades ilícitas no Golfo, como a pirataria,

²⁴ Os países que integram a região do Golfo da Guiné são: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo e Angola (DE OLIVEIRA; DA SILVEIRA, 2014).

têm afetado diversos atores extrarregionais importantes. Esse motivo incentiva o Golfo à militarização do AS para proteger as linhas marítimas de interesse dos Estados envolvidos (ROMUALDO, 2022).

Dentre os fatores de insegurança, surgiu, em 2005, o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND)²⁵. Ele concentra sua atividade na região costeira da Nigéria, em especial no Delta do rio Níger, local da concentração da produção de petróleo *onshore* do país (DE OLIVEIRA; DA SILVEIRA, 2014). Outro movimento que merece destaque é o Boko Haram. Ele surgiu, nos anos 2000, na RFN, com objetivos religiosos de implementação das leis islâmicas, e se tornou violento no decorrer da sua existência, principalmente, durante os conflitos com as forças de segurança (HILL, 2012). Existem vários movimentos menores que promovem a insegurança da região, inclusive no Delta do rio Níger, como por exemplo, o grupo dos Vingadores do Delta do Níger (ROMUALDO, 2022).

Com o objetivo de aumentar a segurança marítima no GdG, em junho de 2013, os líderes da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) reuniram-se em Yaoundé, Camarões, para lançar as bases de uma estratégia regional comum para prevenir atividades ilícitas nas águas do Golfo. A Arquitetura de Yaoundé (FIG. 10) é um abrangente fórum regional de enfrentamento à crise de segurança marítima no GdG.

Cabe ressaltar que todas as ações internacionais e os estados africanos estão obtendo resultados na redução dos ilícitos na região e na redução das atividades de pirataria, como por exemplo, ações regionais de projetos como o *Deep Blue*²⁶ e o *Falcon Eye*²⁷ que estão operando e patrulhando por mar e ar os afluentes do Delta do Níger, onde grupos piratas tradicionalmente operam. Alinhado a isso, o novo centro C4I²⁸ da Nigéria,

²⁵O MEND constitui uma organização “guarda-chuva” formada por diversos grupos menores e possui vários objetivos. Entre eles, destaca-se um aumento da participação política e na parcela dos lucros do petróleo apropriada pela região, maiores investimentos no desenvolvimento socioeconômico regional e uma redução da militarização da região (GHOSH *et al.*, 2013 *apud* DE OLIVEIRA; DA SILVEIRA, 2014).

²⁶*Deep Blue* é um projeto de 195 milhões de dólares que reúne uma mistura de navios, aeronaves e *drones* para fazer a patrulha das linhas de navegação no largo da costa da Nigéria. Ele irá identificar potenciais áreas problemáticas e responder de forma rápida à pirataria. Além disso, surgiu depois da Lei de Supressão da Pirataria e Outras Ofensas Marítimas, promulgada pelo órgão legislador nigeriano em 2019, que fortaleceu a habilidade do Estado para lidar com a pirataria. Fonte: NIGÉRIA lança projecto para combater a pirataria no Golfo da Guiné. Africa Defense Forum [on-line]. Disponível em: <<https://adf-magazine.com/pt-pt/2021/07/nigeria-lanca-projecto-para-combater-a-pirataria-no-golfo-da-guine/>>. Acesso em: 22 jul. 22

²⁷O sistema de vigilância marítima Falcon Eye da Marinha da Nigéria foi oficialmente inaugurado em 13 de julho de 2021. O sistema está em desenvolvimento desde 2014, com o Centro Regional de Comando e Controle do Leste comissionado na base naval de Calabar em 2017. Fonte: BINNIE, Jeremy. **Nigerian Navy inaugurates Falcon Eye surveillance system**. Jane’s [on-line]. Disponível em: <<https://www.janes.com/defence-news/news-detail/nigerian-navy-inaugurates-falcon-eye-surveillance-system>>. Acesso em: 22 jul. 22.

²⁸A Sigla C², utilizada desde a época da Guerra Fria, evoluiu para C³I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência); C⁴I (inclusão de Computador). Fonte: Elaboração própria, 2022.

localizado em Lagos, foi criado e projetado para coordenar as ações levantadas pela inteligência daquele país. Essas iniciativas podem fornecer dissuasão e aplicação baseada em inteligência (ROMUALDO, 2022).

Com ações internacionais, o Grupo G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG) fomentou fóruns internacionais para coordenar o apoio à região, verificando a implementação e a operacionalização das estruturas do processo de Yaoundé, citando o ICC em Yaoundé, inaugurado em 2014; o CRESMAC, em Ponta Negra (República do Congo), em operação; o CRESMAO, sediado em Abidjan. Haverá Centros de Coordenação Multinacional (CMC), além dos centros de Cotonou (Zona E) e Douala (Zona D) que já estão ativos. Luanda está planejada para receber o CMC da Zona A, porém as Zonas F e G ainda não possuem Centros operacionalizados (PORTUGAL, 2016).

Como parte das ações de segurança marítima do GdG, em 2021, navios de guerra brasileiros, estadunidenses, britânicos, franceses, italianos, espanhóis, portugueses, russos, dentre outros, realizaram exercícios operacionais no Golfo. As Presenças Marítimas Coordenadas da União Europeia têm prestado apoio contínuo à região, enquanto os exercícios navais liderados por atores externos à região, como França, EUA e o próprio Brasil, concentram-se no desenvolvimento de capacidades e na interoperabilidade (ROMUALDO, 2022).

Para Romualdo (2022), ocorreram reduções dos números de pirataria e assaltos à mão armada no GdG, devido às ações conjuntas com países amigos, de acordo com o Centro de Relatórios de Pirataria do Bureau Marítimo Internacional, em 2021. Isso pode ser observado, ao comparar os relatórios anuais de 2020 e 2021, em que no de 2021 há uma queda de 32% nos ataques gerais. A queda é atribuída principalmente à diminuição da atividade na região do GdG e especialmente nas águas nigerianas.

As ações internacionais em conjunto com ações dos Estados do GdG, principalmente a Nigéria, apresentam um cenário favorável para a reversão do quadro de insegurança da região. Alguns fatores estão contribuindo, positivamente, para o desenvolvimento local e para a segurança marítima, tais como: números decrescentes de ilícitos marítimos, construções de centros de consciência situacional marítima, desenvolvimento das atividades de inteligência ao combate ao crime e a presença constante das Marinhas amigas em exercícios militares.

Acrescenta-se que a Organização Marítima Internacional (OMI)²⁹ encontra-se apoiando a RFN no desenvolvimento da Estratégia Nacional de Segurança Marítima, que abrange todas as expressões do PN. Esse processo tem como objetivo comprovar a estratégia nacional para ser ratificada por todos os poderes, de modo que identifique lacunas críticas e sobreposições, capacitando os líderes para moldar e utilizar os recursos de forma mais eficaz (IMO, 2021).

Logo, com a Estratégia Nacional de Segurança Marítima, com sua população que corresponde, aproximadamente, metade do somatório dos países regionais, com investimentos nas estruturas portuárias, incluindo portos de águas profundas, e com posição geográfica que favorece as suas ações de oceanopolítica, a RFN, além de ser proprietária de maior parte dos recursos energéticos do GdG, detém as principais LCM da África.

Portanto, a Nigéria é o principal ator interno do GdG e encontra-se desenvolvendo o Poder Marítimo, que inclui as ações de segurança marítima dos atores externos e internos por serem favoráveis aos projetos da RFN. Nesse contexto, qualquer país que possua o Golfo da Guiné como objetivo ou preocupações deverá adotar uma postura de cooperação com a Nigéria, principalmente nos aspectos relativos ao Poder Marítimo.

4.2 Fatores Humanos

A RFN caracteriza-se por uma grande diversidade regional, étnica e religiosa. Possui cerca de 250 etnias e diversas religiões. Destaca-se o islamismo como opção de cerca de 50% da população, o cristianismo, representando 45%, e, aproximadamente, 5% representam os cultos locais (BRASIL, 2018). De fato, a Nigéria é o país mais populoso da África e possui, aproximadamente, 206 milhões de habitantes (GRÁFICO 1). O inglês é o idioma oficial no país, porém cerca de 250 línguas e dialetos são falados por vários povos, dentre eles, os maiores são os hauçá-fulani no Norte, os iorubás no Sudoeste e os ibos no Sudeste (ALVES, José, 2018).

A RFN é o país que apresentará o maior crescimento demográfico no século atual, segundo informações de José ALVES (2018). O autor ainda afirma que a Nigéria será o

²⁹A OMI foi criada, em 1948, como um organismo especializado na estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU), com os seguintes propósitos: promover mecanismos de cooperação, segurança marítima, prevenção da poluição, e remoção dos obstáculos ao tráfego marítimo. Fonte: Marinha do Brasil [on-line]. Organização Marítima Internacional (OMI/IMO). Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/35>>. Acesso em: 22 jul. 22.

3º país mais populoso do mundo, ficando atrás apenas da Índia e da China, após 2047. Conforme as projeções da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU), a população nigeriana aumentará para 732 milhões em 2100. Para efeito comparativo, a RFN possuía 37,9 milhões de habitantes em 1950.

Os números demonstram o potencial da Nigéria quanto ao seu quantitativo populacional, pois, atualmente, possui um mercado consumidor considerável no AS e com previsões para se tornar o país mais populoso do EEB. O aumento populacional de um Estado deve ser analisado não somente por meio de números absolutos, como também pelo Bônus Demográfico³⁰ do crescimento, conforme pode ser analisado nos dados do Gráfico 2.

Observa-se, no Gráfico 1, o alto crescimento populacional absoluto, com aumento da população de 15 até 19 anos que indica uma estrutura etária rejuvenescida até 2100. Comparando o crescimento populacional de 15 até 65 anos (cores azul e amarela), que significa a população em idade ativa, com o crescimento da população dependente (cor verde), abaixo de 14 anos, indica-se que o Bônus Demográfico da Nigéria é positivo durante todo o século XXI.

Um assunto atual que merece registro é como o país sustentou a pandemia do Coronavírus, pois a Nigéria teve quatro ondas (GRÁFICO 3) de casos, sendo que a segunda onda foi a mais extensa, com duração de novembro de 2020 até março de 2021, destacando a cidade de Lagos como epicentro da pandemia, com 2/3 dos casos. Apenas 14% da população foi imunizada no país, o que representa 29,6 milhões de doses até março de 2022 (REUTERS, 2022).

Outras doenças assolam a população nigeriana, como a Febre do Rato em todo território, cólera que retirou mais vidas que a pandemia do Coronavírus em 2021, e a Malária, com altas taxas de mortalidade (ROMUALDO, 2022). Apesar do crescimento populacional, a RFN possui alta taxa de mortalidade por doenças comuns na África subsaariana que indicam que parte da sua população sobrevive abaixo da linha de pobreza, sem acesso a saneamento básico.

Conclui-se, com fulcro nos fatores humanos, que a RFN será uma potência demográfica mundial, apresentará bônus demográfico positivo, durante todo o século, e representará um mercado consumidor de vulto no cenário internacional. Para que isso

³⁰O bônus demográfico é definido pelo período em que a estrutura populacional fica favorável ao crescimento econômico, por causa da diminuição do número de nascimentos. A razão desse favorecimento é o número de crianças ser menor na população; além disso, o de idosos também não é alto (SOARES, 2008).

ocorra, algumas questões internas necessitam ser resolvidas, a fim de retirar parcela da população da linha de pobreza. Caso sejam superadas as dificuldades internas, os fatores humanos nigerianos serão essenciais para o desenvolvimento econômico do país.

4.3 Fatores Históricos e Políticos

Conforme descrevem Falola e Heaton (2008), após quase um século de colonialismo britânico, a RFN declarou a sua independência em 1º de outubro de 1960, porém, após sua independência, não conferiu ao país um estado de paz para o seu desenvolvimento interno, passou por uma guerra civil³¹, que tirou a vida de um a três milhões de pessoas, e enfrentou um intenso período de instabilidade política, com uma série de golpes militares.

Pode-se afirmar que grande parte dos problemas atuais da Nigéria são oriundos dos processos do estado colonial que controlava a economia e o cotidiano sociopolítico e eram marcados por disputas étnicas e religiosas. A instabilidade político-institucional está ligada inicialmente às disputas entre os produtores rurais e as elites governantes pelos recursos provenientes do setor agroexportador, que tem o cacau como produto principal (FALOLA; HEATON, 2008). Na década de 1970, com o crescimento de recursos oriundos da exploração do petróleo e derivados, novos conflitos e tensões foram estimulados (ALVES, Jorge, 2018).

Cabe destacar o evento histórico marcante na trajetória da Nigéria: a Guerra de Biafra. Após a independência do país, houve a reunião de algumas etnias africanas para a formação da nova nação. Destacam-se os *ibos* que eram provenientes da província de Biafra, a Leste do território, e caracterizavam a elite da RFN, em razão de terem os melhores empregos e salários, e os *hauçás*, que eram mulçumanos, provenientes do Norte e acostumados a um sistema semifeudal. No ano de 1966, um grupo de militares da etnia *ibo* assumiu o poder no país, porém seis meses depois, por meio de um contragolpe de militares da etnia *hauçás*, o recente governo foi derrubado e a etnia *ibo* passou a ser exterminada em toda Nigéria. Os *ibos* que escaparam da Guerra fugiram para a sua província de origem e declararam independência da Nigéria. A região de Biafra era grande produtora de petróleo e

³¹A Guerra Civil da Nigéria, também conhecida como Guerra Civil Nigeriana, Guerra Nigéria-Biafra ou ainda Guerra de Biafra, que durou de 6 de julho de 1967 a 13 de janeiro de 1970, foi um conflito político causado pela tentativa de separação das províncias ao Sudeste da Nigéria, como a República autoproclamada do Biafra. Fonte: Elaboração própria, 2022.

a província que sustentava economicamente o país. A guerra civil teve início em 1967 e, por não aceitar a separação, somente terminou em 1970 (PERCILIA, 2022).

Durante os primeiros anos, a RFN adotou uma política externa retraída, conservadora e ligada ao Reino Unido. Ao final da guerra civil, o governo nigeriano investiu na expansão do setor petrolífero no Delta do Níger e obteve como resultado o ingresso na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1971. Cabe destacar que ele participou do boicote realizado pela OPEP, em 1973, para o aumento do preço internacional do produto. Ao longo da década de 1970, viveu o apogeu da sua política externa, devido ao auge do preço internacional do petróleo (DE OLIVEIRA, 2012).

Apoiada pelos recursos petrolíferos, em dezembro de 1973, a Nigéria conseguiu reunir catorze Estados do Oeste africano para discussão de uma proposta de cooperação e integração. A liderança nigeriana foi decisiva na implementação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, em inglês)(FRANCIS, 2006). Em 1975, após diversas reuniões, o tratado foi assinado oficialmente. A ECOWAS foi de encontro a *Communauté Economique de l'Afrique de l'Ouest* (CEAO), uma comunidade que estava sendo fomentada pela França³² e que incluía apenas os países francófonos do Oeste africano (DE OLIVEIRA, 2012).

A terceira fase da política externa nigeriana ocorreu com Murtala Mohammed em 1975. Dentre as suas principais ações, destaca-se o reconhecimento do Movimento Popular de Libertação de Angola, com influência no reconhecimento da Organização da Unidade Africana (GAMBARI, 2008). Nesse período, a Nigéria foi liderança africana nas lutas em apoio contra o *Apartheid* pela libertação da África Austral do colonialismo com apoio financeiro, diplomático e de fornecimento de material (ADEBAJO, 2008).

Em suma, pode-se dizer que a RFN é uma liderança africana capaz de influenciar o seu entorno. Com a força dos recursos do petróleo, ela conseguiu consolidar a ECOWAS, apoiou a formação do Estado angolano e outras ações.

Segundo De Oliveira (2012), a década de 1980 foi marcada pela diminuição dos preços do petróleo e diminuição do PIB; além disso, foi um período caracterizado pela estagnação econômica do país e redução de influência no cenário internacional.

³²Durante a Guerra de Biafra, mesmo que não tenha reconhecido oficialmente o governo de Biafra, o governo francês apoiou, informalmente, a região secessionista, seja diretamente, ou por meio de suas ex-colônias, muitas das quais reconheceram formalmente a independência de Biafra (DE OLIVEIRA, 2012).

Na prática, a instabilidade política foi constante na Nigéria, pois ocorreram golpes contra governos civis (1966, 1983, 1993) e nas diferentes fases de governos militares (1966, 1975, 1976, 1985), conforme ANEXO D. Os militares nigerianos incorporaram o sectarismo étnico, religioso e regional e passaram a disputar os recursos oriundos do setor petrolífero. Ademais, a apropriação privada dos recursos e o papel central exercido nos negócios públicos condicionaram a continuidade da influência militar nos governos civis após 1999, como demonstra a eleição dos generais Olusegun Obasanjo (1999 e 2003) e Muhammadu Buhari (2015) (AKE, 1993).

É importante ressaltar que a Nigéria está apresentando grande vitalidade democrática, com eleições regulares para todos os níveis do poder executivo e do legislativo, desde a redemocratização do país, em 1999. Como mencionado, a RFN se tornou independente em 1960 e teve, em sua maioria, governos militares desde 1966, com exceção do período de 1979 a 1983, estendendo-se até o ano de 1999. As últimas eleições gerais, realizadas em 2015, tiveram desfecho histórico, pois, pela primeira vez, um candidato presidencial de oposição, Muhammadu Buhari, foi vencedor e seu adversário, Goodluck Jonathan, reconheceu a vitória antes do anúncio oficial do resultado (BRASIL, 2018).

Na visão de Montclos (2015, p.8), a Nigéria é um Estado frágil, mas não um “Estado Falido”. Com esse pensamento, conclui-se a análise histórica da Nigéria, um país líder regional, com a principal fonte de recurso oriunda da extração do petróleo e derivados, e com conflitos internos étnicos, religiosos e regionais. Embora a democracia tenha sinal de evolução nos últimos anos, a política interna sofre influência dos militares, por ter uma estrutura administrativa governamental ineficaz e prejudicada pela prática da corrupção. Quanto à política externa, pode-se dizer que ela influenciou outros Estados africanos, apoiou os movimentos de descolonização e libertação e liderou a formação da ECOWAS. Em razão dos fatores citados, a Nigéria é conhecida como "A Voz da África", com atuação reconhecida em temas regionais e nos fóruns de organismos internacionais.

4.4 Fatores Energéticos

A Nigéria é um dos principais produtores de petróleo, gás e derivados do Continente africano e possui grandes reservas nas águas do GdG (GRÁFICO 4). Antes da sua independência, ela produzia cerca de 5.100 barris/dia. Essa produção aumentou, em 1974, e

atingiu a marca de 2,3 milhões de barris/dia (FALOLA; HEATON, 2008). Nesse contexto, o petróleo corresponde a 40% do PIB e o gás natural corresponde a forma de diversificação da sua matriz energética e de parceiros, como por exemplo, a Europa. Isso inclui também projetos de gasodutos (BRASIL, 2022).

Ainda que a exploração de gás natural seja incipiente por falta de gasodutos, a RFN possui a segunda maior reserva de petróleo e gás da África. Em contrapartida, a demanda de energia elétrica total do país é de mais de 40 mil *megawatts*, porém a geração nacional é de 4.5 mil *megawatts* e as linhas de transmissões são precárias, gerando oscilações e interrupções energéticas nas principais cidades. Atualmente, esse fato é um problema para a industrialização e para o desenvolvimento do país, porque os empresários utilizam geradores locais com o intuito de proverem os seus negócios (BRASIL, 2018).

Para reduzir o problema energético, a Nigéria lançou a Iniciativa de Energia Presidencial em 2021, que visa aumentar a capacidade de geração nacional para 25.000 *megawatts* até 2025. Essa iniciativa conta com um investimento inicial de aproximadamente 2 milhões de dólares, para a substituição do carvão e dos combustíveis fósseis por hidrelétricas e energias alternativas, como eólica e solar. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Nigéria enfrenta um *déficit* energético significativo e, por isso, necessitará de 49 milhões de dólares em investimentos até 2030 (NIGÉRIA..., 2022).

No Gráfico 5, mostra a matriz energética nigeriana para o desenvolvimento interno, e, principalmente, econômico. O país necessita de grandes investimentos para suprir as suas reais necessidades e tem uma área com grande possibilidade de investimento externo. O setor energético é estratégico para qualquer nação; com isso, o governo da RFN iniciou investimentos por meio de um plano Presidencial, ainda que pequeno, nas infraestruturas críticas de energia e na diversificação da sua matriz energética, demonstrando preocupação com o setor. Quanto às exportações de petróleo e gás, a Nigéria segue como um grande produtor mundial e como um dos países responsáveis pela segurança energética mundial.

4.5 Fatores Econômicos

A Nigéria é a maior economia africana, conforme mostra o Gráfico 6. Nele, os valores do PIB dos países do GdG são menores que o valor absoluto do PIB nigeriano. Com

uma posição central no GdG e com acesso aos recursos energéticos, a RFN exerce uma posição de liderança e influência nas organizações internacionais regionais, como a ECOWAS e a União Africana (BRASIL, 2022). Cabe enfatizar que a economia da RFN é bastante dependente da exportação do petróleo, gás natural e derivados, e possui pouca diversificação de produtos.

Com o apogeu dos valores da década de 1970, o petróleo, entre 1974 e 1976, era responsável por 87% das exportações nigerianas e atingia o PIB anual de, aproximadamente, 20 bilhões de dólares, ou seja, o PIB da Nigéria era maior que a soma do PIB de todos os países vizinhos (ADEBAJO, 2008). Em contrapartida, ao longo da década de 1970, a produção agrícola, base da economia e das exportações nigerianas por muitos anos, teve índice negativo. Isso tornou o país dependente das importações de alimentos (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse período, com a entrada dos recursos oriundos do petróleo, a Nigéria elevou bastante os gastos do Governo e ampliou a estrutura de serviços públicos e investimentos em projetos de infraestruturas, como estradas e aeroportos que foram destruídos durante a guerra civil. Ademais, parcela dos recursos foi destinada para escolas e quartéis, ocorrendo um aumento das verbas alocadas para o setor de Defesa (FALOLA; HEATON, 2008).

Na década de 1980, durante o governo de Muhammadu Buhari, a Nigéria passou por graves problemas econômicos, devido à queda dos valores do petróleo no mercado internacional. Isso, conseqüentemente, implicou na queda da arrecadação do governo federal. Outro fato que agravou a crise do país foram as negociações da dívida externa, com o FMI, que à época consumia 40% de toda arrecadação federal. Para aceitar as condições para uma renegociação, o FMI exigia a adoção de um Programa de Ajuste Estrutural, ou seja, ele exigia várias medidas para estabilizar a economia, como a redução dos gastos do governo, privatizações de estatais e o fim de subsídios de controle de preços. Buhari não aceitou o programa de ajuste, pois não obteve uma folga na pressão exercida pelos juros da dívida externa. Em 1985, Buhari sofreu um golpe, sendo deposto e substituído pelo Major General Ibrahim Badamas Babangida (AKINTERINWA, 2001).

Em 1986, Babangida aceitou os termos do FMI, adotou o Programa de Ajuste Estrutural e conseguiu novas linhas de crédito (METZ, 2002). O Programa apresentou resultados imediatos, obteve sucesso em reduzir os gastos do governo, contribuiu para o

aumento do agronegócio e da produção de matéria-prima, e melhorou a vida das populações das áreas rurais. Por outro lado, o Programa ocasionou aumento nos níveis de desemprego, diminuições de salários e aumento inflacionário. Com o fim dos subsídios governamentais, os preços de combustíveis subiram 1000%, entre 1988 e 1993 (FALOLA; HEATON, 2008).

A pujança econômica da Nigéria, na década de 1970, proporcionada pelos altos preços do petróleo, foi essencial para a reconstrução do país no período pós-guerra civil, e, por meio de ajuda financeira aos países africanos do seu entorno estratégico, exerceu uma importante função de liderança regional. A década de 1980 foi marcada por graves problemas econômicos devido à baixa dos preços do petróleo e da política econômica adotada em parceria com o FMI. O aprendizado das duas décadas reflete a necessidade de a Nigéria diversificar a economia por meio de investimentos em outras vertentes, como o agronegócio, com o intuito de mitigar a dependência que possui do petróleo para a estabilidade nacional.

Em resposta aos problemas econômicos e à consequente perda de influência externa, a Nigéria reestruturou as suas relações externas, priorizou parceiros e elaborou as suas relações em quatro círculos concêntricos. Além disso, posicionou o país de forma mais assertiva no cenário internacional, com uso mais eficaz dos recursos federais (GAMBARI, 2008). Conforme essa nova estrutura, o primeiro círculo interno, representado pelos países fronteiriços, como Chade, Camarões, Níger e Benim, atenderia as questões ligadas à segurança e à independência econômica. O segundo círculo estaria diretamente ligado aos membros da ECOWAS, ou melhor, aos demais países da região, como Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal, Serra Leoa e Togo. O terceiro círculo estaria ligado às questões continentais, como manutenção da paz, cooperação e desenvolvimento da União Africana. Por último, o quarto círculo concêntrico seria aquele que trataria das relações da RFN com organizações, instituições e Estados não-africanos (ADEBAJO, 2008).

A década de 1990 foi de grande dificuldade econômica para a RFN, pois houve um abandono do Programa de Ajuste Estrutural e o regime do presidente Sani Abacha sofreu várias sanções internacionais devido à forma violenta de condução (AKINTERINWA, 2001). Como resultado, várias empresas estrangeiras retiraram investimentos do país, ocasionando uma redução no setor do petróleo. Nesse período, houve uma grande

desvalorização da moeda local que contribuiu para imagem negativa do país no SI (FALOLA; HEATON, 2008).

A transição para o governo civil, em 1999, marcou o início da recuperação econômica e da imagem internacional do país, o que norteou a Nigéria nos anos 2000. No período do presidente Olusegun Obasanjo, a RFN buscou sanar dívidas, adotou visitas internacionais em busca de parcerias e recursos e adotou uma política econômica que representou a recuperação do Plano de Ajuste Estrutural (DE OLIVEIRA 2012). Com essas medidas, o crescimento do PIB aumentou de 2,9% no ano 2000 para 4,9% em 2004, chegando a 8,9% em 2006. Outro aspecto importante foi o setor petrolífero que continuou sendo o mais importante do país, porém outros setores não ligados ao petróleo tiveram um crescimento significativo (FALOLA; HEATON, 2008). Nesse viés, em 2008, o setor agrícola representou cerca de 40% do PIB nigeriano e empregou cerca de 40% da população do país (RYSZYK, 2010).

O período de 1990 a 2010 foi de grande importância para a política econômica nigeriana, em razão de a RFN ter aprendido que uma democracia transparente e saudável é essencial para as relações exteriores. Então, por não seguir essa regra, sofreu sanções internacionais, na década de 1990, e foi obrigada a seguir novos rumos. A partir dos anos 2000, com um novo governo e um projeto econômico amparado no Programa de Ajuste Estrutural, por meio de parcerias internacionais e diversificação dos setores econômicos, a Nigéria cresceu significativamente o seu PIB e pavimentou a sua estrutura econômica para os tempos atuais.

Atualmente, a Nigéria pertence ao grupo de países conhecido como *Next Eleven*³³. Esses países, considerando a população, a modernização e o crescimento do PIB, serão atores de grande relevância em breve no SI, com possibilidade de superarem as atuais potências mundiais (REIS DA SILVA, 2013). Corroborando com a assertiva, após uma estagnação econômica em 2016, o PIB da Nigéria aumentou 0,8% em 2017, porque o crescimento econômico foi incentivado pelo petróleo e pela agricultura. Os recursos gerados pelo petróleo aumentaram devido à melhoria dos preços no mercado internacional e, internamente, por uma diminuição dos conflitos no Delta do Níger (AITALOHI; RAJI;TIMMIS, 2018).

³³ Grupo formado por Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia, Vietnã e Bangladesh. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Conforme o Gráfico 7, apesar da recessão mundial, em razão do surgimento da pandemia do Coronavírus, observa-se um viés positivo nos últimos anos. Ressalta-se ainda que a Nigéria apresenta a economia com um potencial de crescimento significativo, acrescido de um mercado interno em expansão devido ao grande crescimento populacional. Acrescenta-se a isso a necessidade de a RFN superar várias questões internas para garantir o pleno crescimento, como os elevados índices de corrupção, melhoria das infraestruturas de transporte e energia e adquirir a autossuficiência na produção de alimentos (BRASIL, 2018). Em síntese, a Nigéria é um gigante econômico, com inúmeras possibilidades de parcerias no AS, inclusive no setor de Defesa, no qual investe aproximadamente 0,6% do PIB anual (GRÁFICO 8).

4.6 Fatores Militares

Considerando a teoria geopolítica do Poder Terrestre de Mackinder (1861-1947), a Nigéria é identificada como um Estado-pivô, ou seja, um Estado capaz de desestabilizar toda a África Ocidental. De acordo com o capítulo 2, ela é um país que possui todas as condições de desenvolver o seu Poder Marítimo. A partir da análise oceanopolítica feita neste capítulo, a RFN exerce liderança regional no GdG (MONTCLOS, 2015). Essa contextualização ratifica que o Poder Militar nigeriano é essencial para a coesão territorial e para o equilíbrio geopolítico africano, corroborando com o efetivo de 143 mil militares, o maior do GdG, conforme Gráfico 9.

Segundo Dos Santos (2022), a postura estratégica das FA da Nigéria, capazes de defender todo o território nigeriano, visa garantir a segurança e o progresso nacional, por meio da dissuasão de ameaças externas e internas. Nesse contexto, todavia, os novos desafios de segurança interna, como conflitos étnicos e religiosos, pirataria e terrorismo, obrigaram as FA adaptarem a sua postura estratégica às novas ameaças, tendo como missão precípua a defesa dos interesses territoriais, dos recursos vitais e dos valores culturais nigerianos, bem como dos aspectos da segurança interna do país. A missão das FA nigerianas está baseada nos princípios da prevenção, proteção, dissuasão, rápida mobilização, projeção de poder e cooperação com aliados.

O Presidente da República é o Comandante em Chefe das FA. Ele exerce o comando e controle por meio do Ministro da Defesa e do Chefe do Estado-Maior de Defesa,

conforme organograma apresentado na Fig. 11. De acordo com a situação política do Presidente, pode ser usado o cargo do Ministro de Estado para a Defesa, que foi criado para cumprir a obrigação constitucional de prover um Ministro para cada Estado da Federação e com funções puramente protocolares (DOS SANTOS, 2022).

O Chefe do Estado-Maior de Defesa é o único Oficial General de 4 estrelas das FA nigerianas; além disso, possui seis Oficiais Gerais de 2 estrelas para assessoramento nas seguintes áreas: Treinamento, Planejamento e Operações; Logística; Administração; Comunicações; Inteligência de Defesa; e Pesquisa e Desenvolvimento. Os Chefes de Estado-Maior das três Forças são Oficiais Gerais de 3 estrelas e com funções semelhantes aos Comandantes de Força Singular no Brasil, com ligação ao Ministro da Defesa e ao Presidente, por meio do Chefe do Estado-Maior de Defesa (DOS SANTOS, 2022).

Ressalta-se que as FA da RFN não possuem Grandes Comandos Administrativos. Os Grandes Comandos Operacionais não são conjuntos. Eles estão incluídos na estrutura organizacional de cada Força Singular e são comandados por Oficiais Gerais de 2 estrelas. Somente o Quartel General de Defesa é conjunto e atua como centro de coordenação das necessidades comuns das três forças singulares, como cursos no exterior, aquisição de material de emprego militar e instituições compartilhadas, como a Escola de Defesa Nacional, a Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e a Academia Nacional de Defesa (DOS SANTOS, 2022).

Assim, pode-se dizer que as FA possuem estrutura organizacional bem definida, com independência de atuação para cada Força Singular, porém necessita desenvolver Comandos Operacionais e a doutrina conjunta. A seguir serão descritas as Forças Singulares e o Estado-Maior de Defesa, com ênfase na Marinha nigeriana (MN), por ser o foco deste trabalho. Cabe mencionar que os dados atualizados referentes às FA nigerianas são escassos. Então, para preencher as lacunas da pesquisa, foram realizados questionários com especialistas, de acordo com o Apêndice C.

4.6.1 Exército da RFN

O Exército Nigeriano está organizado em 08 Grandes Comandos Operacionais nível Divisão de Exército e 01 Brigada de Guardas independente (DOS SANTOS, 2022), desdobrados em todo país, bem como na Bacia e no Lago Chade, por meio de uma *Multi*

*National Task Force*³⁴, que envolve países como Camarões, Chade e Niger. Conforme demonstra a Fig. 12, o Exército nigeriano encontra-se realizando operações em todas as regiões com o objetivo de promover a estabilidade interna, por meio de ações de segurança no combate aos conflitos étnicos, religiosos e ilícitos penais (ROMUALDO, 2022).

Como exemplo de investimento nas FA pelo governo, o Comandante do Exército da Nigéria, Tenente-Coronel Faruk Yahaya, inaugurou um moderno Centro de Operações no Quartel General localizado na capital Abuja, em fevereiro deste ano. Essa nova instalação tem por finalidade coordenar e controlar todas as operações da Força Terrestre Nigeriana em atuação no território nacional, bem como permitir a consciência situacional das Forças com capacidade de compartilhar informações com as demais agências de segurança (ROMUALDO, 2022).

A principal área de atuação do Exército é a região Norte do país, no Sahel nigeriano, sendo o foco de extremismo violento e atividade terrorista nos últimos anos. Ações de grupos armados, incluindo o Boko Haram, interromperam os meios de subsistência, promovendo um deslocamento de 2,2 milhões de pessoas (ONU, 2022).

4.6.2 Estado-Maior de Defesa, *Joint Task Force* e a Força Aérea da RFN

O Estado-Maior de Defesa da Nigéria é organizado em Chefias/Departamentos e ocupados por Oficial General de 2 estrelas. As Chefias são compostas por militares das 3 Forças Singulares. Na Estrutura de Defesa da Nigéria, não existem núcleos de Estado-Maior Combinado ou de Comando Operacional Combinado. Destaca-se que não existe Comando Conjunto ativado para planejamento político estratégico e/ou estratégico operacional. A principal função do Estado-Maior de Defesa é a elaboração das diretrizes de preparo e emprego das Forças Singulares (DOS SANTOS, 2022).

Para Dos Santos (2022), quanto aos novos desafios impostos às FA nigerianas, a situação atual da segurança interna do país determinou a ativação, em caráter excepcional, de Comandos Operacionais Conjuntos, denominados Forças Tarefas Conjuntas, em inglês *Joint Task Force*. Essas Forças Tarefas foram compostas por elementos dos diversos Comandos Operacionais existentes nas Forças Singulares e por elementos dos Órgãos de Segurança Pública da Nigéria. As *Joint Task Force* são nível Divisão e comandadas por Oficiais

³⁴ Força-Tarefa Multinacional. Tradução do autor.

Generais de 2 estrelas. Cada Força Tarefa possui uma Área de Operações em função da missão recebida do Estado-Maior de Defesa.

Considerada uma das maiores da África, com cerca de 10.000 homens, a Força Aérea Nigeriana possui 04 Grandes Comandos Operacionais, a saber: Comando Aéreo Tático, Comando de Mobilidade Aérea, Comando de Treinamento e Comando Logístico (DOS SANTOS, 2022).

4.6.3 Marinha da RFN

A MN, com um efetivo aproximado de 20.000 homens, tem como missão constitucional defender o país de agressões externas; manter a integridade territorial e a segurança das fronteiras; atuar contra insurreições e em proveito das autoridades civis, quando convocada pelo Presidente da República, porém sob às condições prescritas em ato da Assembleia Nacional. Acrescentam-se ainda a missão, a responsabilidade com a proteção e o funcionamento do setor petrolífero *offshore*. Para cumprir as suas tarefas, a RFN possui cinco Grandes Comandos Operacionais: Comando Naval Ocidental, Comando Naval Oriental, Comando Naval Central, Comando Naval de Treinamento e Comando Logístico (DOS SANTOS, 2022).

Segundo Dos Santos (2022), a Estrutura de Comando da Marinha possui um Quartel General baseado em Abuja, dois Comandos Operacionais em Lagos e Calabar, dois Comandos de treinamento sediados em Porto Harcourt e Lagos, quatro Bases operacionais e dois Estaleiros. No Quartel General, o Chefe do Estado-Maior da Marinha, único Almirante de 3 estrelas da Força, possui sete Assessorias e uma Secretaria chefiadas por Almirantes de duas estrelas, conforme as seguintes áreas: Política e Planejamento, Treinamento Naval e Operações, Administração, Orçamento e Finanças, Logística, Engenharia Naval, Avaliação e Padrões e Secretaria da Marinha.

Além disso, cinco Comandos, comandados por Almirantes de 2 estrelas, estão subordinados ao Chefe do Estado-Maior da Marinha. Há também três Comandos Navais (Leste, Central e Oeste), um Comando de Treinamento Naval e um Comando Logístico. Os navios são desdobrados em cada Comando Naval e estão subordinados, operacionalmente, a um Comandante de Força, Almirante de uma estrela, de posto Comodoro (DOS SANTOS, 2022).

O Comando Naval do Oeste, com sede em Lagos, considerado o mais importante, tem sua área de jurisdição na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país compreendida entre a fronteira com o Benin até os 006º de longitude E, bem como as águas interiores no mesmo setor. O Comando Naval do Leste, na cidade de Calabar, abrange a área de jurisdição na ZEE compreendida entre o ponto de longitude 006º E e a fronteira com Camarões, assim como as águas interiores no mesmo setor. O Comando Naval Central, sediado na ilha de Brass, foi criado em 2012 e tem sua jurisdição nos Estados de Anambra, Bayelsa, Delta, Edo e Kogi (DOS SANTOS, 2022).

O Comando de Treinamento Naval, sediado em Lagos, apoia os Comandos Operacionais e enquadra várias escolas e estabelecimentos de treinamento espalhados pelo país. Esse Comando é encarregado pelo preparo de oficiais e praças e inclui as divisões navais da Academia de Defesa e da Escola de Comando e Estado Maior das Forças Armadas. No campo logístico da Força, existem dois estabelecimentos de apoio técnico: Estaleiro Naval de Wilmot Point, Victoria Island, Lagos e o Arsenal Naval em Porto Harcourt. O Estaleiro Naval tem um dique seco que pode receber navios de até 300 DWT³⁵ e o Arsenal Naval de Porto Harcourt encarrega-se de dar manutenção e reparos nos navios pertencentes ao Comando Naval de Este (DOS SANTOS, 2022).

Destaca-se que a Marinha da Nigéria não possui um Corpo de Fuzileiros Navais, mas tem uma unidade de forças especiais denominada *Special Boat Service*, criada em 2006, para pronta resposta aos desafios de segurança contemporâneos do terrorismo, insurgência, tomada de reféns e pirataria (DOS SANTOS, 2022).

Portanto, pode-se afirmar que a Nigéria possui Poder Militar de destaque no continente africano, com viés de crescimento. Tem uma Força Armada de aproximadamente 140.000 homens, que é considerada a maior dos países do GdG e recebe investimento anual de 0,6% do PIB nigeriano, uma porcentagem relativamente alta em comparação com outros países do continente. A MN é bem ativa no GdG, possui Comandos Operacionais regionais e aquisições de novos meios (QUADRO 1). Outrossim, ela vem obtendo sucesso no combate às ações de pirataria em parceria com outros países. Com fulcro no trabalho descrito nesta seção, qualquer Estado que deseja possuir liderança militar no AS, especialmente no GdG,

³⁵ Tonelagem de porte bruto é a medida utilizada no setor náutico para definir a diferença entre o peso total da carga suportada por uma embarcação e o peso necessário para que ele funcione como esperado. Fonte: Elaboração própria, 2022.

deve possuir ligações fortes com a MN e exercer uma Diplomacia Naval com todas as suas vertentes com a RFN.

A partir do exposto, conclui-se que a RFN obteve a sua independência em 1960 e foi considerada uma jovem democracia, com recursos oriundos da exportação de petróleo e gás. Somando-se a isso, apresenta um PIB considerável para investimento interno e, historicamente, exerce uma posição de liderança regional africana, que se destaca como potência no GdG.

Ademais, as projeções que foram apresentadas são favoráveis ao desenvolvimento dos PN nigerianos, porém as ações governamentais devem continuar para a mitigação de fatores adversos, como a corrupção e a pirataria. Atualmente, o governo desenvolve um Plano Econômico de Ajuste Estrutural que incentiva a diversificação da economia e permite investimento nas FA. No campo militar, podem se destacar novas aquisições e instalações, acrescidas da reestruturação da Força e a projeção internacional como a participação no exercício *Obangame Express*³⁶ 2022.

Ressalta-se ainda que, devido ao engajamento da Nigéria nas ações antipirataria e em iniciativas como a *Deep Blue* e a *Falcon Eye*, os números de incidentes com piratas no GdG reduziram significativamente. Com o aumento da Segurança Marítima na região, houve redução dos valores de frete do petróleo e derivados, dentre outros produtos da Economia Azul, como resultado econômico. Nesse diapasão, o trabalho apresenta a Nigéria como a Pérola Negra africana e como um dos principais atores internos do AS. No próximo capítulo, analisar-se-á as relações da RFN com a China e o Brasil.

³⁶O exercício "Obangame Express 2022" tem o propósito de treinar os países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima na região do Golfo da Guiné, por meio de adestramentos de simulação de combate à pesca ilegal, à poluição no mar, à pirataria, ao terrorismo, e de busca e salvamento. Fonte: PADILHA, Luiz. **Navio-Patrolha Oceânico Amazonas inicia a Operação "Obangame Express 2022**. Defesa Aérea e Naval. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/navio-patrolha-oceanico-amazonas-inicia-a-operacao-obangame-express-2022>>. Disponível em: 29 jul. 22

5 RELAÇÕES DA NIGÉRIA COM A CHINA E O BRASIL, COM ÊNFASE NOS PODERES MARÍTIMO, MILITAR E NAVAL³⁷.

Este capítulo descreve as relações da Nigéria com a China e o Brasil, com ênfase no Poder Marítimo, por ser o foco deste trabalho. Inicialmente, serão analisadas as relações sino-nigerianas fundamentadas em uma análise teórica. Após o entendimento das bases dessa relação, serão descritas as ações entre a China e a Nigéria relativas aos Poderes Marítimo e Militar, que consolidam essa relação.

Para cumprir o objetivo deste trabalho, serão descritas as ações entre o Brasil e a Nigéria com o mesmo padrão metodológico que foram descritas as relações sino-nigerianas.

5.1 Aspectos condicionantes das relações sino-nigerianas

A compreensão da relação sino-nigeriana exige a correta contextualização das bases orientadoras da política externa chinesa que, a partir da administração Deng XiaoPing (1978-1992), responsável pela arquitetura conferida ao processo de reformas e à abertura econômica, deixou de ser condicionada por aspectos ideológicos e voltou-se ao pragmatismo.

O programa de modernização chinês criado em 1978, conhecido como “as quatro modernizações” (agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia), reconhecia o caráter vital de um reposicionamento da política externa que passava a se subordinar à política econômica e a sua estratégia de desenvolvimento.

A China que se abria ao mundo buscava implementar o poder brando (*vide* seção 2.1.4), e estabelecia que suas relações com os países de interesse seriam guiadas pelos “cinco princípios da coexistência pacífica” (RYSZYK, 2010, p. 8), formulados pelo primeiro-ministro Zhou-Enlai³⁸, em 1950, a saber: respeito mútuo pela integridade e soberania territorial uns dos outros; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos uns dos outros; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica. Essa opção

³⁷Os termos Poderes Marítimo, Militar e Naval, em que pese o Poder Naval, está inserido no Poder Marítimo e no Poder Militar, e têm o objetivo didático de destacar as ações em cada área, a saber: Poder Marítimo mencionará as ações da Economia Azul e infraestruturas portuárias; o Poder Militar abordará os aspectos inerentes às FA, excetuando a Marinha; e o Poder Naval cuidará exclusivamente dos aspectos inerentes às Marinhas de Guerra dos países. Fonte: Elaboração própria, 2022.

³⁸Importante membro do Partido Comunista que exerceu a função de chefe de governo chinês, no período de 1949 a 1976. Como Ministro das Relações Exteriores, nos anos de 1949 a 1958, formulou a concepção da coexistência pacífica com o mundo ocidental. Os princípios foram formulados pela primeira vez no “Acordo sobre comércio e relações entre a Região do Tibet da China e a Índia”, de 28 de abril de 1954 (WEQIAN, 2011).

deve ser compreendida considerando-se o passado colonial chinês e seu processo de libertação que viria a modelar as relações com os recém-constituídos Estados, fruto das lutas contra o neocolonialismo (PEREIRA, 2006).

Em termos práticos, a coexistência pacífica significava que nas relações internacionais, particularmente as comerciais, a China ignoraria aspectos domésticos dos Estados, como o desrespeito aos direitos humanos ou corrupção. Aspectos internos não inviabilizariam a realização de negócios, o que não ocorre com empresas ocidentais, que são desestimuladas a realizá-los. Essa postura, na maioria das vezes, acaba por colocar a China em uma condição preferencial ao lidar com Estados que se enquadram nessa situação, já que enfrenta baixa concorrência de empresas ocidentais (ALVES, 2010).

O caso sudanês é bem significativo. Ao final dos anos 1980, os Estados ocidentais orientaram suas multinacionais a deixarem o país em função do grave quadro de instabilidade social e dos inúmeros conflitos étnicos e da eclosão da Segunda Guerra Sudanesa (1983-2005). Nesse contexto, a Chevron deixou um espaço no setor petrolífero do país africano que rapidamente foi ocupado por empresas petrolíferas chinesas (ALVES, 2010). Em 1997, as empresas que permaneceram no país, lideradas pela Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), constituíram um consórcio, o *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC). O controle do consórcio era detido pela CNPC que possuía 40% das ações.

O Sudão carecia da infraestrutura necessária ao escoamento do petróleo o que dificultava a exploração por parte das empresas ocidentais que deixaram o país, o que foi revertido com os investimentos realizados pela CNPC, destacando-se a construção do oleoduto de 1.500 km que ligava a região produtora de Muglada ao porto do Sudão. As escolhas chinesas possibilitaram que o Sudão se tornasse um efetivo exportador de petróleo em 1999 (MAIA; FERABOLLI, 2020).

O princípio de não interferência e de respeito à soberania dos Estados com os quais estabelece relações comerciais não deve ser interpretado de uma forma absoluta, pois essa abordagem possui uma sofisticação muito maior que, novamente utilizando o exemplo do Sudão, tentar-se-á demonstrar. Mesmo diante dos evidentes sinais do genocídio em Dafur (abril de 2003), a China não abandonou a sua postura de não interferência. Então quando ela interferiu, fez para convencer o governo sudanês a aceitar o estabelecimento de uma missão da ONU (ALVES, 2010).

A abordagem dos chineses no Continente africano, além da não interferência, distingue-se profundamente das práticas adotadas pelas empresas ocidentais. Empresas estatais e investidores privados não têm focado exclusivamente na obtenção das matérias-primas e recursos energéticos necessários ao crescimento da economia chinesa. Os investimentos chineses vão além disso, inclusive não se detém a promoção da infraestrutura necessária ao escoamento desses recursos, o que acentuaria a dependência econômica exclusivamente.

Para a África, a China tem sido um mercado, um doador, um financiador e investidor, um empreiteiro e construtor. Embora a ajuda historicamente tenha sido de grande importância, duas mudanças significativas ocorreram desde a virada do novo século. Como o comércio e o investimento se tornaram muito mais significativos em volume do que os fluxos de ajuda, as relações econômicas entre a China e a África são claramente comerciais e não orientadas para a ajuda. Enquanto isso, o setor privado deu um passo para o centro do palco. Aqui, as relações econômicas externas da China refletem mudanças em sua economia doméstica. As trocas econômicas China-África tornaram-se muito mais descentralizadas e amplas”³⁹ (WANG, 2007, p.23).

A China promove investimentos de natureza social, destinados à construção de escolas, hospitais, infraestrutura pública, entre outros financiados com empréstimos sem juros ou com juros muito baixos, passíveis de serem reprogramados e renegociados. Quanto aos investimentos nos projetos geradores de receita, fundamentalmente relacionados ao setor e *commodities*, o financiamento se dá por intermédio de empresas financeiras estatais e o seu retorno vincula-se à concretização do negócio e materialização da capacidade produtiva. De forma simples, o planejamento dos pagamentos dos financiamentos realizados alinha-se à evolução da concretização do empreendimento, ajustando-se ao êxito do negócio. Tal estratégia é empregada nos empreendimentos relacionados ao setor energético (WANG, 2007).

No caso da Nigéria, ponto focal desta pesquisa, o interesse no setor energético, na extração do petróleo e na produção de seus derivados, é o maior interesse chinês, já que o país ocupa a posição do 15º maior produtor de petróleo (o maior produtor do Continente

³⁹Versão original na língua inglesa: “*For Africa, China has been a market, a donor, a financier and investor, and a contractor and builder. While aid historically was of major importance, two significant changes have occurred since the turn of the new century. Because trade and investment have become much more significant in volume than aid flows, economic relations between China and Africa are clearly commercial rather than aid-driven. Meanwhile, the private sector has stepped to center stage. Here China’s foreign economic relations mirror changes in its domestic economy. China-Africa economic exchanges have become much more decentralized and broad-based*” (WANG, 2007, p. 23).

africano) e de 18° na produção de gás natural⁴⁰. Contudo, os investimentos chineses não se limitam ao setor energético.

As relações entre os dois países ganharam maior expressão em 1994 com a constituição da câmara de comércio sino-nigeriana que resultou em diversos acordos bilaterais, muitos dos quais nunca se concretizaram. Foi a partir de 2000 que a presença chinesa no país se tornou mais concreta, após a ocorrência do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizado na cidade de Pequim, ao qual o Estado nigeriano enviou representantes que retornaram impressionados com o desenvolvimento chinês (RYSYDK, 2010, p. 90). Já em 2002, a ZTE e a Huawei iniciaram investimentos sólidos em infraestrutura de telecomunicações. Hoje, apenas como exemplo, de cada 100 nigerianos 99,1 dispõem de algum serviço de telefonia celular (KNOEMA, 2022).

Os investimentos chineses na Nigéria sofreram forte condicionamento de políticas públicas estatais nativas, particularmente as voltadas para o desenvolvimento da economia nigeriana. O país optou por prover o que se denomina por “substituição das importações”, mas vinha fracassando em função de diversos aspectos, entre os quais a carência de mão de obra qualificada e a competição com os produtos asiáticos, que atingiu duramente o setor têxtil nacional (CHEN *et al.*, 2016, p. 2). Em 2014, de acordo com o Banco Mundial, a economia nigeriana começou a manifestar sinais de desenvolvimento além do setor de *commodities*. O setor de manufaturas se tornou o segundo setor com maior crescimento, isso graças a uma rígida política que impede a importação de determinados produtos finalizados, como pneus, móveis, automóveis usados (algo comum no Continente africano), e produtos da indústria farmacêutica, o que proporcionou a geração de 30.000 empregos, no período de 2010 a 2012 (CHEN *et al.*, 2016).

O interesse chinês em realizar investimentos na Nigéria justifica-se por um conjunto de fatores, além do interesse energético. Baixa competição, baixos custos e um dos maiores mercados consumidores domésticos do Continente motivaram o interesse das empresas chinesas no país. Os investimentos em alguns setores, como o de construção civil e o setor automotivo, manifestam casos de transferência de tecnologia (CHEN *et al.*, 2016).

⁴⁰Dados de 2020 sobre produção de petróleo. Fonte: MAIORES produtores mundiais de petróleo em 2021. Ibp - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás [on-line]. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundiais-de-petroleo-em-2020/>>. Acesso em: 27 jul. 2022; e dados de 2020 sobre produção de gás natural. Fonte: MAPA comparativo entre países. Index mundi [on-line]. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/map/?v=136&l=pt>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Em suma, a presença chinesa na RFN vai além dos interesses relacionados às necessidades energéticas. Os investimentos chineses na Nigéria estão condicionados a políticas públicas estatais nativas voltadas ao desenvolvimento do Estado, com presença de empresas de infraestruturas chinesas pagas com recursos governamentais. Ressalta-se a importância nigeriana como mercado consumidor e os investimentos no setor automotivo. No próximo tópico, abordar-se-á na prática como a relação chinesa é consolidada na Nigéria.

5.1.1 O Dragão, o Colar e a Pérola Negra na atualidade

Conforme China... (2021), publicação do portal People.cn, a China e a Nigéria firmaram, na visita do Ministro das Relações Exteriores chinês, em janeiro de 2021, Wang Yi, um acordo para aprofundar a cooperação bilateral baseado em sete importantes consensos: 1. apoio chinês no combate à pandemia do Coronavírus; 2. criação de um comitê intergovernamental para coordenar e impulsionar a cooperação de benefício mútuo em diversos âmbitos; 3. alinhamento da BRI com o novo plano de desenvolvimento da Nigéria; 4. construção de projetos-chaves para a industrialização nigeriana; 5. investimento na economia digital e economia verde em prol do desenvolvimento diversificado da RFN; 6. coordenação estreita em assuntos regionais e internacionais, praticando o multilateralismo e proteção dos interesses comuns; e 7. intensificação da cooperação militar e de segurança, visando ampliar as Capacidades nigerianas para proteger a segurança nacional.

Wang ainda afirmou que o volume do comércio bilateral cresceu 1.900 vezes, desde o início das relações diplomáticas entre os dois países até o ano de 2019. Ainda afirmou que ambos os países tiveram ganhos na cooperação em construção de ferrovias, parques de livre comércio, permuta de divisas locais, lançamentos de satélites e outros campos (CHINA..., 2021). Não resta dúvida sobre a presença chinesa na RFN, conforme menciona Dos Santos (2022), pois a China investe substancialmente na Nigéria, sendo o país considerado o primeiro “parceiro estratégico” africano chinês. Alinhado com a afirmativa, a RFN possui um total de 140 empresas chinesas, sendo 70 empresas de construção, 40 investimentos e 30 empresas comerciais, que representaram em 2018 um total de USD\$ 17 bilhões em contratos de construção para as empresas chinesas. Em contrapartida, os projetos empregam um número significativo de jovens nigerianos.

Como exemplo de projetos da BRI, foi inaugurada, em dezembro de 2020, a linha

férrea entre a cidade de Lagos e Ibadan, com uma extensão de 156 quilômetros e avaliada em USD\$ 1,5 bilhão. A BRI da “Pérola Negra” africana ainda inclui, no setor de transporte ferroviário, uma linha que interliga a capital Abuja à cidade de Kaduna, um centro comercial; e a ferrovia Lagos até a cidade de Kano, um projeto ambicioso que liga duas importantes cidades. Ainda no contexto da BRI, a empresa *China Civil Engineering Corporation* iniciou a construção da primeira fase do projeto da Linha Vermelha de Trânsito de Massa Ferroviária de Lagos, que envolve um sistema de transporte coletivo de massa com uma extensão de 28 Km e um custo estimado de USD\$ 680 milhões (ROMUALDO, 2022).

Observa-se grande preocupação chinesa em investimento de infraestrutura que apoia o escoamento logístico de produtos nigerianos, principalmente do setor de energia e *commodities*. Ademais, grandes partes dos recursos terminam em empresas chinesas, sendo a contrapartida nigeriana a contratação da população como mão de obra operária nas construções.

Segundo João Alves (2019), o saldo comercial entre a Nigéria e a China é negativo. O Dragão consegue absorver somente 3,2% da exportação da Pérola Negra, sendo principalmente petróleo, gás e derivados. Em contrapartida, 28% das importações nigerianas são originadas da China, tais como maquinários e equipamentos de transportes, produtos têxteis, metais, produtos químicos e outros produtos manufaturados. O autor afirma ainda que o padrão das relações sino-nigerianas é a China exportar produtos manufaturados e industrializados e importar produtos agrícolas, minerais, petróleo, gás e derivados.

Em que pese o desenvolvimento nigeriano, para a China, a Nigéria é um grande negócio. Além disso, há vantagens comerciais, por meio da balança desfavorável, pois a China empresta recursos com juros baixos para atender obras de infraestruturas nigerianas que, de alguma forma, atendem os interesses energéticos chineses (PEREIRA, 2011). Nesse diapasão, João Alves (2019) comenta que a falta de capacidade da Nigéria honrar com as dívidas, restará apenas ao país pagar com seus ativos estratégicos, como o Petróleo.

Ratificando a preocupação de João Alves (2019), destaca-se a afirmativa do atual Adido de Defesa do Brasil na Nigéria:

Em resumo, a presença chinesa na região é muito forte e a Nigéria depende dos investimentos do gigante asiático para melhorar a sua infraestrutura que é muito deficitária. No entanto, essa relação pode ser prejudicial para Nigéria, pois, em algum momento, a China pode exigir o pagamento de seus empréstimos, impondo algumas condições que ameacem à soberania e a independência deste país (DOS SANTOS, 2022).

Para De Oliveira (2021), as relações sino-nigerianas encontram-se amparadas pela Teoria da Interdependência Complexa⁴¹, em que a Nigéria apresenta vulnerabilidade em relação à China, com dependência a médio e/ou longo prazo. Por outro lado, a China depende muito pouco da RFN, podendo obter as suas necessidades em outros países africanos.

Por fim, conclui-se que as relações sino-nigerianas possuem uma assimetria que tende favoravelmente para a China. Os grandes investimentos em infraestruturas da BRI que visam atender os interesses energéticos e alimentares chineses, de certa forma, promovem o desenvolvimento nigeriano, incluindo o aumento da taxa de emprego do país, porém os empréstimos para as obras e o uso de empresas chinesas, a médio e/ou longo prazo, serão responsáveis por uma dependência econômica e o pagamento com ativos energéticos se tornará a principal solução. Outrossim, caso haja ocorrência de reservas nigerianas do GdG passarem ao controle chinês como pagamento de dívida, afetará as importações do Estado brasileiro da região.

5.1.2 O Dragão, a Pérola Negra e as Armas: relações afetas aos Poderes Marítimo, Militar e Naval

As relações sino-nigerianas afetas ao Poder Marítimo são principalmente ligadas à vertente marítima da BRI, com a construção de infraestruturas que permitam o escoamento dos recursos energéticos nigerianos para atender às demandas chinesas. Corroborando com o fato, foi inaugurado o Porto de Lekki, conforme descrito no capítulo 4, cuja obra foi financiada pelo Banco de Desenvolvimento da China e construído pela Lekki Port LFTZ Enterprise, uma empresa pertencente a um grupo de investidores liderado pela estatal *China Harbour Engineering* e *Tolaram Group*. Ressalta-se que o novo porto funcionará como ponto obrigatório de passagem da China na África Ocidental, ampliando a cauda logística chinesa de acesso às Américas e uma redução de tempo de viagens. Como dados significativos, Lekki fica a 5,1 mil quilômetros de Salvador, 6,1 mil do Rio de Janeiro e 6,37 mil de Santos (GIRON, 2022).

Anterior às parcerias chinesas atinentes ao porto de Lekki, em 2010, a Nigéria já

⁴¹Interdependência complexa é a dependência mútua entre dois ou mais atores. O conceito cunhado por Robert Keohane e Joseph Nye em seu livro "Power and Interdependence" (1977) defende que existe uma dependência entre os países, no entanto, ela não é traduzida de forma simétrica (DE OLIVEIRA, 2021).

havia concedido a administração do porto da ilha de Tincan, o *Tincan Island Container Terminal Ltd.*, para um conglomerado chinês formado pelas empresas *China Merchants Holding International* e a *China Africa Development Fund* (DOS SANTOS, 2022).

No que tange ao Poder Marítimo, verifica-se que a RPC na “Grande Estratégia” define pontos focais de interesses estratégicos para investimentos pesados de infraestruturas logísticas portuárias. A Nigéria foi escolhida como um ponto focal de interesse estratégico, pois os investimentos chineses estão voltados para construções de portos no litoral nigeriano, como os portos Lekki e Tincan. O terminal do porto de Lekki permite o desenvolvimento do setor marítimo nigeriano, o aumento do tráfego de navios nas LCM da Costa Oeste Africana e o emprego, caso necessário, de uma base naval no AS para navios de guerra chineses.

Na expressão do Poder Militar, a China possui dois militares creditados na Nigéria, sendo um Adido de Defesa e um Adjunto (DOS SANTOS, 2022). Ademais, a China busca uma liderança militar no Continente Africano, por meio de financiamento da Força de Reserva da União Africana, participando em missões de paz, bilateralmente com países africanos, com acordos, exercícios e fornecimento de materiais da Base Industrial de Defesa (BID) (ROMUALDO, 2022).

No que concerne ao desenvolvimento da BID, o Embaixador chinês *Zhou Pingjian*, em 2019, assinou um memorando de entendimento com o Ministro da Defesa nigeriano *Mansur Muhammad Dan Ali*, que inclui investimentos chineses para aquisições de equipamentos militares e execução de treinamentos, com o objetivo de apoio às operações do governo contra os militantes do *Boko Haram*. Como resultado, já em 2020, a RFN recebeu carros de combate de batalha VT-4, obuses autopropulsados SH-5, dentre outros equipamentos, todos incluídos em um contrato de USD\$ 152 milhões com a empresa chinesa NORINCO. Em 2021, a Escola de Infantaria do Exército recebeu 60 veículos blindados de transporte de pessoal, do tipo Z chinês, sendo mencionada na cerimônia de entrega a importância da empresa NORINCO para a segurança da Nigéria (ROMUALDO, 2022).

Em suma, na expressão do Poder Militar, as relações chinesas visam a consolidação da BID no território nigeriano, por meio de fornecimento de materiais militares principalmente para o Exército da Nigéria, com uma roupagem de preocupação com os movimentos insurgentes do Norte, como o *Boko Haram*. Outrossim, busca a liderança no campo militar com a presença nas Operações de Paz da ONU, no Oeste africano, e o

fomento do financeiro para a União Africana. Outro aspecto relevante é a presença de Adidos que demonstra a preocupação no campo da Diplomacia e do zelo dos interesses militares chineses no país.

Finalizando o tópico, analisar-se-á as relações sino-nigerianas no campo do Poder Naval. Segundo Galante (2014), em abril de 2012, a Nigéria assinou contrato com a China para construção de dois navios-patrolhas *offshore* da classe P-18N, sendo o primeiro, NSS Centenary, entregue em 2014, no Estaleiro de Wuhan pela Corporação Estatal de Construção Naval, *China Ship Building Industry Corporation*. A segunda unidade, o NSS Unity, teve a finalização da construção na Nigéria, visando o incremento da indústria naval, e entrando em operação em 2016 (XINHUANET, 2016).

Demonstrando o progressivo interesse chinês no GdG, em 2014, o 16º Esquadrão naval de Escolta da MEPL, composto por duas fragatas, a YANCHENG e a LOUYANG, juntamente com o navio de apoio TAIHU e cerca de 660 militares, realizou uma visita de quatro dias na RFN. O Comandante da Força Naval, o Senior Captain Li Pengcheng afirmou que a visita representava a forte ligação entre as duas marinhas e, conseqüentemente, entre ambos os países. A visita naval contou com reuniões entre autoridades navais dos dois países, intercâmbio profissional e exercícios conjuntos (VELLOSO, 2014).

Executivos de empresas estatais chinesas têm pressionado o governo chinês por uma Força Naval expedicionária na África, que possui mais de 10.000 empresas chinesas, aproximadamente 1 milhão de imigrantes chineses e cerca de 260.000 trabalhadores chineses incluídos nos projetos da BRI. Dessa forma, existe uma probabilidade da construção de uma segunda base naval no Continente africano, desta vez na Costa Atlântica. Caso sejam concretizadas as projeções, a África terá uma base naval permanente chinesa no AS para defender os seus interesses e os seus nacionais (NANTULYA, 2022). Tal fato corresponde uma preocupação para o EEB, conforme menciona Dos Santos (2022), apesar de afirmar que é de baixa probabilidade a construção de uma base naval chinesa na RFN.

Referente ao Poder Naval, a China possui uma estreita relação com a MN, apesar de não realizarem exercícios bilaterais recentemente. Observa-se que a RPC construiu dois navios patrulhas *offshore* para o aumento da capacidade naval da MN no GdG e possui visitas constantes de autoridades governamentais chinesas para manutenção dos laços de cooperação.

Em síntese, a China busca uma liderança militar regional, por meio da presença

em Operações de Paz na África e do desenvolvimento da BID chinesa, fornecendo materiais e equipamentos militares, como a construção de navios. Por fim, as relações, no âmbito do Poder Marítimo, com investimentos chineses em portos com operações de contêineres, tornam a Nigéria um ponto focal da LCM da Costa Oeste africana, desenvolvendo a Economia Azul. No que se refere ao Poder Naval, a China demonstra uma grande preocupação com a Segurança Marítima do GdG, que incluem a construção de dois navios patrulhas e a realização de exercícios conjuntos.

5.2 Aspectos condicionantes das relações Brasil-Nigéria

O Brasil possui relações com a RFN desde 1961, logo após a independência do país africano. Cabe observar que somente em 1970 as relações econômicas intensificaram-se entre ambos. Relembra-se que foi na década de 1970 que a Nigéria obteve o apogeu da política de preços do petróleo, sendo esse produto o principal item de importação brasileiro da RFN, enquanto eletrodomésticos, alimentos e automóveis eram os principais produtos exportados pelo Brasil para aquele país. Desde esse período, a RFN tornou-se um importante parceiro comercial do Continente africano. As relações comerciais favoráveis seguiram durante a década de 1980, porém com a grave crise do petróleo da década de 1990, que obrigou a Nigéria a implementação de um Programa de Ajuste Estruturado econômico, fragilizou sobremaneira as relações comerciais com o Brasil (ALVES, Jorge, 2018). No período entre 2000 e 2014, o intercâmbio comercial aumentou substancialmente, em razão de todo o petróleo leve que o Brasil ainda importa. Observa-se que cerca de 72% desse produto são oriundos da África (FARIAS, 2017).

As relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria, nos tempos atuais, são favoráveis ao país africano, conforme uma análise comparativa entre as TAB. 2 e 3. O *superavit* nigeriano ocorre devido às grandes importações brasileiras do petróleo e derivados, demonstrando uma certa dependência econômica dos recursos energéticos oriundos do GdG.

Em 2019, Brasil e Nigéria desenvolveram em parceria o projeto *Green Imperative*, que consiste na maior iniciativa agropecuária da África com um investimento inicial de USD\$ 1,1 bilhão, divididos entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Deutsche Bank. O projeto contempla, em um primeiro momento, a

exportação de 10 mil tratores e cerca de 50 mil máquinas, e envolve todos os elos da cadeia produtiva da RFN, com o objetivo de maximizar a produção, a distribuição, a armazenagem, as vendas e o uso de insumos por parte de produtores e agroindústrias (DOS SANTOS, 2022).

Outra parceria que se destaca é a aquisição de ureia e fertilizantes que o Brasil importa da Nigéria, em 2021, da planta de Dangote, sendo capaz de suprir um terço do total da necessidade brasileira. Com o conflito entre Rússia e Ucrânia, é esperado um grande salto nas importações brasileiras de fertilizantes nigerianos, que terá como principal via de fornecimento o meio marítimo. O Adido de Defesa ainda destaca que, com a intensa presença chinesa na Nigéria, a RPC pode desenvolver parcerias no agronegócio, por meio de novas tecnologias. Essas parcerias poderiam impactar a balança comercial entre o Brasil e a Nigéria, visto que parcela das importações nigerianas são oriundas do agronegócio (DOS SANTOS, 2022).

Em suma, o Brasil possui expressivas relações comerciais com a Nigéria, com ênfase nos produtos petrolíferos, e mais recentemente produtos químicos de fertilizantes, sendo tal relação favorável ao país africano que possui o *superavit* da relação. Observa-se que essa relação demonstra uma fragilidade da economia brasileira com relação às origens dos recursos energéticos e de fertilizantes para o agronegócio; além disso, ratifica a importância da Segurança Marítima no GdG para manutenção dos preços aceitáveis dos recursos energéticos e alimentares brasileiros. No campo econômico, o Brasil deve manter atenção com o relacionamento sino-nigeriano, não somente pelas ações prejudiciais à balança comercial, como o agronegócio, mas principalmente pelo equilíbrio do fornecimento de recursos energéticos da região.

5.2.1 A Nigéria e o Entorno Estratégico Brasileiro

Na Fig. 17, verifica-se que a PND (2020a) define o EEB, que é a área de interesse prioritário para o Brasil e, nela, estão presentes a América do Sul, o AS, os países da Costa Ocidental africana e a Antártica. No PEM 2040 (2020b), ocorre o detalhamento do EEB, mencionando que se deve observar como limites do entorno no AS o paralelo 16° ao Norte, o Continente Antártico ao Sul, os países da Costa Africana ao Oeste e o próprio litoral brasileiro à Leste.

Pelo contexto geográfico apresentado nos documentos condicionantes

governamentais, a Nigéria está enquadrada no EEB, e a posição relativa do país africano encontra-se na altura do Nordeste brasileiro. Ressalta-se que o conceito de EEB é apresentado de forma genérica, não sendo identificados países, pontos focais ou regiões que devam ser considerados esforços prioritários do Poder Naval brasileiro na sua representação. Como a GEC definiu pérolas para formação do colar de interesse chinês, o Brasil poderia definir Pontos Focais de Interesse no EEB, em que a materialidade das ações no conjunto desses Pontos representaria a consolidação da preocupação estratégica do EEB como um todo. Ademais, a China definiu a Nigéria como a Pérola Negra do GdG, em razão da sua liderança e produção de recursos energéticos no local. Por fim, com esse novo conceito de representação, a Nigéria seria apresentada como um Ponto Focal de Interesse no EEB.

5.2.2 Brasil, Nigéria e as Armas: relações afetas aos Poderes Marítimo, Militar e Naval

Toda e qualquer política comercial para a África está fadada ao fracasso, caso não se resolva a questão relativa ao transporte marítimo (MAIA, 2015, não paginado).

O Poder Marítimo é primordial para as relações entre Brasil e Nigéria. Segundo Maia (2015), nenhum outro continente está tão perto da costa brasileira como a África, em especial, a Costa Oeste Africana; entretanto, a escassez de rotas marítimas diretas de navios porta-contêineres é a razão do gargalo às exportações brasileiras de manufaturados para a África. Com a ausência da capacidade de transporte marítimo, por meio de contêineres, as exportações brasileiras devem passar pela Europa para depois serem reembarcadas para a África. Em razão disso, haverá um custo adicional nos produtos brasileiros. O impacto gerado por essa deficiência torna o preço de transporte do Brasil para a África o dobro que custa o transporte da África para a China, ou para o EUA, ou para o Brasil.

Corroborando as afirmações de Maia (2015), Lacerda (2004) menciona que as demandas por transporte de contêineres estão concentradas na região entre os portos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Isso engloba 68% das movimentações de contêineres na Costa Leste da América do Sul, sendo que os portos entre Rio de Janeiro e Manaus respondem somente por 7% das movimentações. Afirma ainda que existem três rotas principais entre a Costa Atlântica da América do Sul e o restante do planeta, ou seja, para a Europa, para a América do Norte e para a Ásia; e ratifica a inexistência de uma rota para a Costa Oeste Africana.

No que tange ao Poder Marítimo, as relações entre os dois países estão caminhando para um futuro promissor, pois a Nigéria construiu um grande porto com capacidade de operar contêineres e o Brasil já possui essa capacidade, permitindo uma LCM entre os dois países e mudando o panorama das relações do Brasil com a África no campo econômico.

O Brasil demonstra a sua preocupação com o AS no LBDN (2020c), apontando áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial, destacando o GdG como exemplo, e mencionando a construção de um ambiente cooperativo por meio da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul⁴² (ZOPACAS) (BRASIL, 2020c). O Brasil e a Nigéria participam da ZOPACAS, que possui atribuições no campo militar, por meio da manutenção da paz e da Segurança Marítima no entorno de ambos os países (SANTIAGO, [2022?]).

Na expressão do Poder Militar, a participação em Operações de Paz da ONU permite ao Brasil estreitar laços de cooperação, por meio das FA e de agências participantes, bem como ampliar a projeção brasileira no cenário internacional, e, no caso específico da África, assumir uma posição de liderança no EEB (BRASIL, 2020a). A Nigéria e o entorno enfrentam vários problemas de segurança coletiva, como deslocamento de refugiados e incursões de grupos armados, que impactam em outras regiões. Atualmente, no entorno nigeriano, pode-se citar algumas áreas com a segurança coletiva comprometida ou sob ameaça: Mali, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e a República Centro-Africana. Apesar de existir alguns observadores militares brasileiros nas missões de paz da ONU no Continente africano, o Brasil não possui contingente militar com envio de tropa, no padrão da missão da ONU no Haiti (ALVES, Jorge, 2018).

Recentemente, o Ministério da Defesa (MD) recebeu a informação da ONU que a MB, representada pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), recebeu a certificação nível 3, patamar máximo exigido pela Organização, credenciando o Brasil como tropa de referência para missões de paz. Caso necessário, o Brasil possui capacidade de envio de tropa para missões da ONU no Continente africano (BRASIL, 2022).

Ainda quanto ao Poder Militar, conforme destaca a END (BRASIL, 2020a), o Setor

⁴² Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, termo mais conhecido e difundido por meio de sua sigla, ZOPACAS, que faz referência a um fórum de diálogo e cooperação entre a totalidade das nações soberanas alinhadas através da conformação do Atlântico Sul, localizadas na América do Sul, África Ocidental, Equatorial e Meridional. A ZOPACAS foi criada com o intuito de promover a cooperação regional, manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países que aderiram a tal projeto. Além das iniciativas de cooperação, destacam-se as iniciativas de caráter político-diplomático, em especial no campo da proteção ambiental, desnuclearização e solução pacífica de conflitos entre seus integrantes.

de Defesa deverá exercer ações para o fortalecimento da BID, formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que promovam, no Brasil, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, modernização ou manutenção de produtos de defesa (BRASIL, 2020a). Nesse diapasão, a Embaixada do Brasil, em Abuja, promove eventos para aproximar as empresas da BID brasileira com os atores nigerianos, como a terceira edição do *Aviation, Defence and Security Forum*, com a presença das seguintes empresas: Embraer, Avibrás, Condor, Atech, Akaer, IVECO e IGT Motors (DOS SANTOS, 2022). Apesar de não ter seu nome nas empresas participantes da feira, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) possui bons produtos para o fortalecimento dos aspectos atinentes à defesa para a Nigéria, como os projetos do Navio de Patrulha Oceânico 500T para o patrulhamento do GdG, da Lancha de Patrulha Fluvial com aplicabilidade no Delta do Níger e as Lanchas Sociais Oceânicas para apoio social no território nigeriano.

Além da presença do Adido de Defesa, o Exército Brasileiro (EB) mantém laços com as FA nigerianas e anualmente disponibiliza cursos para Oficiais e Praças nigerianos, como: Curso Internacional de Estudos Estratégicos para Oficiais Superiores e o Curso Internacional de Operações na Selva. Em contrapartida, o EB possuía um Coronel realizando o Curso de Altos Estudos na *National Defence College* nigeriana.

Em suma, na expressão do Poder Militar, Brasil e Nigéria possuem parcerias que podem ser incentivadas, principalmente na BID, com a inserção de produtos de defesa brasileira nas FA nigerianas, como os produtos oferecidos pela EMGEPRON. Na busca por protagonismo nas questões do AS, e por possuir essa capacidade, julga-se importante a participação do Brasil, com envio de tropa, para uma missão de paz no Continente africano na área de interesse. Os intercâmbios, visitas e a presença militar na Nigéria devem ser incrementados, na busca da presença no GdG. A Nigéria é a principal marinha do GdG; além disso, cabe observar conforme Fig. 18, não existe uma Adidância Naval brasileira permanente no GdG para tratar dos assuntos entre as duas marinhas, objetivando o desenvolvimento da cooperação e da diplomacia naval brasileira.

Outro aspecto pertinente ao tema, no intuito de demonstrar como a Nigéria não possui a percepção correta do público interno das FA brasileiras, realizou-se uma pesquisa, conforme Apêndice D, com aproximadamente 600 militares. A partir da análise dessa pesquisa, chegou-se aos seguintes resultados:

- Observou-se que mais de 70% dos entrevistados nunca tiveram contato com a importância da Nigéria para o EEB; e 20% trataram do tema pontualmente, totalizando cerca de 90% dos entrevistados não possuem a percepção da importância da RFN como ator interno no AS. É lícito afirmar a importância da inserção do tema Geopolítica e Oceanopolítica em todos os níveis do Sistema de Ensino Naval com o objetivo da correta percepção dos atores que compõem o EEB; e

- O resultado da pesquisa identificou que mais de 90% dos entrevistados nunca tiveram contato com nenhuma atividade governamental com a Nigéria. Esse resultado demonstra, no âmbito da MB, que as ações de diplomacia naval devem ser incrementadas, como operações militares conjuntas, intercâmbios de militares, visitas de navios da MB, dentre outras medidas.

A pesquisa demonstra a importância não somente da divulgação do EEB de forma genérica, mas também da necessidade de apresentar um estudo mais aprofundado sobre os Atores que influenciam o AS. Com isso, pode-se inserir nos cursos de carreira a disciplina Geopolítica, com o nível e a carga horária adequada ao nível da formação. Como será descrito no próximo parágrafo, o Poder Naval deve desenvolver parcerias e cooperações com a Nigéria, e nos mais diferentes setores da estrutura organizacional da MB.

O Poder Naval é o principal vetor de presença brasileira no GdG. Por isso, conforme menciona Dos Santos (2022), existe uma atração natural entre o Brasil e a Nigéria por conta da proximidade geográfica, dos laços históricos e culturais e da entrelaçada relação diplomática entre os dois países. Em contrapartida, o relacionamento entre as duas marinhas é considerado pequeno, pois não existe um fórum de interlocução, como as reuniões de Estado-Maior realizadas com outras marinhas; além disso, os temas de cooperação não são tratados por um Adido Naval com conhecimento da Força, e sim pelo Adido de Defesa que geralmente é um Oficial do Exército (MONTEIRO, 2022).

A MB está buscando incrementar as relações entre os dois países e demonstra um viés crescente da participação brasileira nos temas referentes à Defesa entre os dois países. Segundo Monteiro (2022), atualmente a MB possui os seguintes temas de cooperação com a MN:

- Convite para um Oficial da MN participar da XXXVI Viagem de Instrução de Guardas-Marinha no NE Brasil;
- Participação da MB no exercício militar GUINEX II, com atracação de uma

Fragata na cidade de Lagos;

- Convite para participação do Curso de Operações de Paz para mulheres, a ser realizado em agosto de 2022, no Centro Conjunto de Operações de Paz de Caráter Naval, no Rio de Janeiro, com todos os custos a cargo do MD;

- Participação de um Oficial General da MB, em maio de 2022, na Conferência de Segurança Marítima Internacional e Exercício Marítimo Regional em comemoração ao Aniversário da MN, em Port Harcourt;

- Viagem de Estudos Geoestratégicos de 28 alunos do *National Defence College* (NDC) da Nigéria ao Brasil, em maio de 2022;

- Envio de meios navais para participação, em conjunto com a MN, dos exercícios militares na Costa africana, como: *Guinex II*, *Obangame Express* e *GranAfrica Nemo*; e

- Participação da Nigéria no 1º Simpósio Marítimo da ZOPACAS, ocorrido por videoconferência em 2021.

Em que pese o incremento da cooperação, o Brasil não avançou na área de ensino, por não ter militares cursando Altos Estudos na NDC, e tampouco um Oficial nigeriano cursando algum curso de estudos militares na MB (MONTEIRO, 2022). Dos Santos (2022) considera importante a participação de Oficiais-alunos brasileiros na NDC. Ainda segundo o Adido de Defesa, a MB poderia ofertar Cursos de Altos Estudos aos Oficiais da MN; entretanto, destaca-se a barreira linguística, por ser o Inglês o idioma oficial da Nigéria. Nesse contexto, caso seja julgado pertinente, poderão ser oferecidos cursos da MB na língua inglesa, como os cursos oferecidos pelo EB para esse fim, tais como: o Curso Internacional de Operações na Selva e o Curso Internacional de Estudos Estratégicos, realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A MN não possui um CFN, mas possui uma estrutura similar a dos Mergulhadores de Combate da MB (DOS SANTOS, 2022). Não ter um CFN, com meios adequados, significa optar por não ter uma capacidade importante para o país, que é a de projetar poder em terra. Outrossim, a existência de um CFN poderia ampliar as possibilidades da MN de realizar operações ribeirinhas no Delta do Níger. Conforme Espiúca (2022), o CFN não possui nenhum programa de intercâmbio ou cooperação com a MN, ou melhor, não possui nenhum vínculo Institucional com a Nigéria; mas a MB tem experiência em dar apoio às Marinhas Amigas, com o estabelecimento de Missões de Assessoria Naval e de Grupos de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), possuindo atualmente militares em Cabo Verde,

Namíbia e São Tomé e Príncipe.

Ao considerar os Objetivos Nacionais de Defesa, traduzidos para o GdG, “Contribuir para a estabilidade regional, paz e segurança internacionais” e “Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”, bem como os Objetivos Navais “Contribuir para a Defesa da Pátria” e “Apoio à Política Externa”, definidos, respectivamente, na PND (2020a) e na Política Naval (2020d), identifica-se a importância do estreitamento do relacionamento internacional da MB e, neste caso, do CFN, com os países que fazem parte do GdG. A implementação de um GAT-FN na Nigéria contribuiria para a criação e desenvolvimento de um CFN naquele país amigo, o que contribuirá para a estabilidade regional do GdG, ampliando a projeção do Brasil no cenário internacional, particularmente no AS (ESPIÚCA, 2022).

Diante disso, pode-se concluir parcialmente que o Poder Naval encontra-se buscando iniciativas para o estreitamento dos laços com a MN, porém essas ações devem ser robustecidas com uma Estratégia Naval (EN) bem definida para a Nigéria. Como iniciativa, destaca-se a realização de exercícios militares com as duas marinhas em conjunto com outros países amigos, porém inexistente um exercício bilateral entre os dois países, com objetivo de gerar a confiança mútua entre ambos. A falta de um Adido Naval permanentemente na RFN degrada bastante as relações entre as marinhas. Isso é demonstrado principalmente nas ausências de ações na área de ensino, com a ausência de militares da MB em cursos de Altos Estudos na Nigéria e vice-versa; na área da Diplomacia Naval, com visitas de navios ou viagens de estudos do Curso de Política e Estratégia Marítima; e na área naval da BID, com a participação da EMGEPRON nas feiras de defesa. Uma outra possibilidade do Poder Naval seria a proposta de implantação de um CFN na Nigéria, fruto da experiência brasileira na Costa africana. O trabalho ainda observou que a ZOPACAS deve ser o principal fórum de discussões e ações do Poder Naval, por possuir os principais países da África e atender diretamente o objetivo da cooperação entre os países para a paz e o equilíbrio do AS.

Conclui-se, portanto, o capítulo que expõe as intensas relações da Nigéria com a China e com o Brasil, que ocorrem em todos os campos das expressões do PN dos países, e que demonstra que o Brasil em alguns campos deve adotar uma postura competitiva e, em outras áreas, deve assumir um comportamento cooperativo. Ainda não se deve olvidar que a presença chinesa no AS, principalmente na Costa Oeste africana, é uma realidade, inclusive

com a previsão de construção de bases militares. Diante de tal fato, preliminarmente, torna-se mister para a MB conhecer a Doutrina Naval chinesa, por meio de militares cursando em escolas militares chinesas, intercâmbios e exercícios militares conjuntos.

Quanto à Nigéria, aprende-se que se deve incrementar as relações entre as duas marinhas, com o aumento de exercícios bilaterais, a criação de um fórum de Estado-Maior, bem como o incentivo aos intercâmbios, viagens de Estudos e visitas. Destaca-se como prioritário para a MB a criação de um cargo de Adido Naval da Nigéria. Este capítulo demonstrou o potencial da BID brasileira no mercado de defesa nigeriano e a necessidade de uma estratégia de negócio da EMGEPRON para a Nigéria. Não menos importante e com grande impacto na liderança brasileira no AS e na Costa africana, a necessidade de o Brasil assumir uma postura ativa no EEB, com envio de tropas para missões de paz da ONU no Continente Africano.

Por fim, no próximo capítulo, serão apresentados os ensinamentos, desafios e oportunidades apontados neste trabalho, bem como as Medidas de Caráter Estratégico para mitigar ou potencializar cada fato destacado, objetivando amparar a MB para uma Estratégia bem definida com a Nigéria, ampliando a cooperação entre os dois países e diminuindo o espaço de possibilidade de atuação da China no referido país.

6 ENSINAMENTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PODER MILITAR, MARÍTIMO E NAVAL DAS RELAÇÕES DO BRASIL, DO DRAGÃO E DA PÉROLA NEGRA NO ATLÂNTICO SUL

Conforme assevera Baptistella (2015), a presença chinesa na África é complexa e envolve atores oficiais e não oficiais que algumas vezes possuem interesses divergentes. O autor julga pertinente que o acompanhamento do engajamento chinês seja permanente e orientado para a identificação de estratégias militares, geoeconômicas e políticas nos principais países africanos, que concorram ou promovam obstáculos e oportunidades à projeção do Brasil. Diante de tal afirmativa, este capítulo abordará os ensinamentos coletados durante a Tese, mostrará as oportunidades e os desafios para os Poderes Marítimos, Militar e Naval, e concluirá com sugestões de abordagens estratégicas para o aproveitamento das oportunidades e a superação dos desafios.

6.1 Medidas estratégicas referentes à China

Durante o trabalho, realizou-se o estudo sobre a GEC, o voo do Dragão para o mar, a BRI, dentre outros aspectos. Chegou-se à conclusão de que a presença chinesa no AS e na Nigéria é uma realidade. Com isso, a MB deve ter especial atenção ao Tema, a fim de mitigar os desafios ou potencializar as oportunidades apresentadas. A seguir, serão destacadas as propostas estratégicas da MB, em face à presença chinesa na RFN.

6.1.1 Presença constante da China no EEB

Desafio: Presença constante da China no EEB, em especial na Nigéria	
Proposta estratégica	Conhecimento da Doutrina Naval chinesa e suas Capacidades.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none">• Presença de Oficiais e Praças em cursos e intercâmbios com a MEPL;• Realização de operações conjuntas com a MEPL; e• Criação de um fórum de discussão, nível EMA, entre a MB e a MEPL.
Descrição	Conforme mencionado no item 5.1.2, a GEC visualizou a necessidade de uma base militar na Costa Oeste Africana, a fim de garantir os chineses e as empresas chinesas. Diante de tal presença exógena no AS e fruto do posicionamento estadunidense de priorizar as relações do Hemisfério Norte, conforme mencionado na seção 3.2, a MB deve buscar ações proativas que incentivem a cooperação e as soluções, por meio de parcerias globais. Este trabalho apresenta como solução, para mitigar a presença chinesa na região, o uso do Poder Brando e da Diplomacia Naval, por meio da inserção da MB em todas as iniciativas do Poder Naval chinês no GdG e no AS.

Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Cap. 2 – Ameaças; 2.10 – Disputa por recursos naturais (2020b, p. 28). Cap. 3 – Conceito estratégico marítimo naval; 3.6 – Defesa marítima de Ampla Espectro (2020b, p. 42).
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 1 – Contribuir para a Defesa da pátria. OBNAV 2 – Prover a Segurança Marítima. OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

Durante a pesquisa, observou-se que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma Ação Estratégica Naval (AEN) que contempla a postura da MB com a presença de potências globais no AS, no EEB, apesar de as necessidades serem identificadas nos capítulos 2 e 3. Sendo assim, esse item pode ser objeto de estudo na revisão do PEM 2040. Ademais, em termos didáticos, no documento condicionante Política Naval (BRASIL, 2020d), o trabalho considera interessante a criação de um Objetivo Naval preocupado com o EEB, como a segurança do GdG, a consciência situacional do AS, dentre outras ações. Nesse contexto, o trabalho propõe a realização de estudos para inclusão do “OBNAV X – Contribuir para Paz do EEB”, conforme apresentado no Apêndice E.

6.1.2 Parcerias tecnológicas com a MEPL

Oportunidade: Parcerias tecnológicas com a MEPL	
Proposta estratégica	Desenvolvimento de projetos tecnológicos em parceria com a MEPL.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Visita do Setor de Material da MB à China; e • Identificação de projetos viáveis para a proposta de parcerias.
Descrição	Como observado no seção 3.2, a China incluiu em sua Estratégia o desenvolvimento da indústria e da tecnologia naval, culminando a recente construção de um porta-aviões. A China detém <i>expertise</i> e tecnologia que podem apoiar o desenvolvimento do PNB.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	EN 6.3 – Poder do Futuro.
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 6 – Modernizar a Força Naval. OBNAV 7 – Obter a Capacidade operacional plena.

Ainda foi observado que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma AEN que contempla o desenvolvimento tecnológico da MB em cooperação com países que detêm alta tecnologia no portfólio, como foi realizado com o modelo do Programa de Submarinos. No PEM 2040 (BRASIL, 2020b), especificamente na Estratégia Naval (EN) 6.3 – Poder do Futuro, do OBNAV 6 – Modernizar a Força Naval, poderia ser inserida uma AEN para o desenvolvimento de um meio em parceria com uma grande potência tecnológica, como por exemplo, o desenvolvimento de um porta-aviões com a China. Sendo assim, esse item pode ser objeto de estudo na revisão do PEM 2040.

6.2 Medidas estratégicas referentes à Nigéria

No capítulo 4, foi comprovado que a Nigéria deve ser considerada um dos principais parceiros estratégicos no AS, em razão de exercer uma posição de liderança no GdG e de possuir uma Marinha forte para os padrões da África, devido as suas projeções futuras de expansão populacional e mercado consumidor. Não obstante, a Nigéria é responsável pelo equilíbrio global do fornecimento de recursos energéticos, como petróleo e gás. Desse modo, com o intuito de mitigar os desafios ou potencializar as oportunidades apresentadas, destacam-se abaixo medidas estratégicas da MB em relação à RFN.

6.2.1 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira

Oportunidade: Desenvolvimento da BID	
Proposta estratégica	Inserção da BID brasileira no mercado de defesa da Nigéria.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da EMGEPRON e seus projetos em feiras e exposições na Nigéria; • Estudo do mercado de defesa da Nigéria para adequação de propostas; • Acompanhamento de representantes da BID brasileira em viagens de visitas à Nigéria; e • Convite de autoridades nigerianas para visitas ao Brasil, com o propósito de conhecer os produtos brasileiros.
Descrição	De acordo com a seção 5.2.2, a EMGEPRON possui bons produtos para o fortalecimento dos aspectos atinentes a produtos de defesa para a Nigéria, como os projetos do Navio de Patrulha Oceânico 500T para o patrulhamento do GdG, da Lancha de Patrulha Fluvial com aplicabilidade no Delta do Níger e das Lanchas Sociais Oceânicas para apoio social no território nigeriano. Apesar de não ser o foco deste trabalho, o Brasil tem empresas com grande capacidade de atuar na Nigéria, como a CONDOR de Tecnologias não-letais e a IMBEL com o fuzil de assalto IA2.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Cap. 1 – Ambiente Operacional – Capacidade Tecnológica e Industrial (2020b, p. 17).
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 4 – Cooperar com o Desenvolvimento Nacional.

Verificou-se que existe, na END, a Ação Estratégica de Defesa – 45: Promover as exportações da BID (BRASIL, 2020a). Apesar de o tema constar no documento citado, não foi encontrado no PEM 2040 (BRASIL, 2020b) uma AEN que contempla o desenvolvimento da BID e a possibilidade de exportações de produtos. Ela poderia ser inserida no OBNAV4 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, sendo uma AEN para tratar da BID amparada na END. Sendo assim, este trabalho propõe uma análise da temática sobre a BID, na próxima revisão do PEM 2040.

6.2.2 Fomento da ZOPACAS

Desafio: Fortalecimento da ZOPACAS	
Proposta estratégica	Promover o fortalecimento da ZOPACAS como o principal fórum internacional do AS, tanto na política interna como na política externa brasileira.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários internacionais sobre a ZOPACAS; • Reuniões semestrais dos países integrantes; • Operações militares conjuntas dos países participantes, padrão OTAN; • Campanha publicitária sobre a temática para conscientização da sociedade brasileira; • Inserção da abordagem sobre o tema no Sistema de Ensino Nacional, incluindo abordagem nos livros escolares de geografia; e • Fórum, trabalhos e seminários nacionais com o intuito de sensibilizar o Legislativo e o Ministério das Relações Exteriores sobre o tema.
Descrição	Segundo a seção 5.2.2, o Brasil demonstra a sua preocupação com o AS no LBDN (BRASIL, 2020c), apontando que o AS possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial, destaca o GdG como exemplo, e menciona a construção de um ambiente cooperativo no AS, por meio da Zona de Paz e Cooperação do AS (ZOPACAS). O Brasil e a Nigéria participam da ZOPACAS, que possui atribuições no campo militar, por meio da manutenção da paz e da Segurança Marítima no entorno de ambos os países.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	EN 5.1 – ZOPACAS. AEN – POLÍTICA EXTERNA 1 – Fomentar e incrementar a participação das Marinhas Amigas na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

Como demonstrado anteriormente, essa Proposta estratégica encontra-se amparada pelos documentos condicionantes da MB.

6.2.3 Estreitamento de laços entre a MB e a MN – Diplomacia Naval

Desafio: Fortalecimento dos laços entre a MB e a MN	
Proposta estratégica	Fortalecimento dos laços entre a MB e a MN
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Creditação do Adido Naval na Nigéria; • Viagens de estudos oferecidas pelo Curso de Política e Estratégia Marítima para a Nigéria; • Operações conjuntas bilaterais; • Criação de fórum de discussão entre os dois países; • Intercâmbios de Oficiais e Praças entre os dois países; • Visitas constantes de navios brasileiros aos portos nigerianos; • Proposta de cursos e estágios no Brasil para Oficiais e Praças da Nigéria; • Visita de Autoridades Navais entre os dois países.
Descrição	Na seção 4.6.3, visualizou-se que a Nigéria possui Poder Militar de destaque no Continente africano, com viés de crescimento. A Nigéria, com uma FA de aproximadamente 140.000 homens e considerada a maior dos países do GdG, recebe investimento anual de 0,6% do PIB nigeriano, que equivale a uma porcentagem relativamente alta em comparação com outros países do Continente.

	A MN é bem ativa no GdG, pois tem Comandos Operacionais regionais e aquisições de novos meios. Desse modo, vem obtendo sucesso no combate às ações de pirataria em parceria com outros países. Em suma, qualquer Estado que deseja possuir liderança militar no AS, especialmente no GdG, deve possuir ligações fortes com a MN e exercer uma Diplomacia Naval com todas as suas vertentes com a RFN.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Cap. 2 – Ameaças; 2.3 – Pirataria (2020b, p. 25).
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

A partir da análise de dados, verificou-se ainda que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma AEN que contempla a postura da MB com os principais atores internos do AS. Dessa forma, esse item pode ser objeto de estudo na revisão do PEM 2040. Outrossim, em termos didáticos, quanto à Política Naval (BRASIL, 2020d), o trabalho apresenta a solução de criação de um Objetivo Naval preocupado com o EEB, tais como a segurança do GdG, a consciência situacional do AS, dentre outras ações. Nesse contexto, o trabalho propõe a realização de estudos para inclusão do “OBNAV X – Contribuir para Paz do EEB”, conforme apresentado no Apêndice E.

6.2.4 Participação em Operações da Paz da ONU no EEB

Desafio: Participação em Operações de Paz	
Proposta Estratégica	Participação de contingente brasileiro em Operações de Paz da ONU no Continente Africano, no EEB.
Medidas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Preparo e envio de tropas, quando solicitado; • Aumento de observadores militares brasileiros nas Operações de Paz do EEB; e • Esforço político para o Comando das Operações serem representadas por Oficiais Gerais brasileiros.
Descrição	Descrito na seção 5.2.2, a participação no EEB, em Operações de Paz da ONU, permite o Brasil estreitar laços de cooperação, por meio das FA e das agências participantes, bem como ampliar a projeção brasileira no cenário internacional. A África, especificamente, assume posição de liderança no EEB (BRASIL, 2020a).
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	EN 5.2 – Operações de Paz e Humanitárias. AEN – Política Externa 2.
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

De acordo com o quadro acima, essa Proposta Estratégica encontra-se amparada pelos documentos condicionantes da MB.

6.2.5 Implantação do GAT FN Nigéria

Oportunidade: Implantação do GAT FN na Nigéria	
Proposta estratégica	Proposta de implantação do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais na Nigéria.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar uma proposta de projeto de acordo bilateral de implantação do GAT FN na Nigéria.
Descrição	Na seção 5.2.2, verificou-se que a MN não possui um CFN e tem uma estrutura similar a dos Mergulhadores de Combate da MB (DOS SANTOS, 2022). Nesse contexto, não ter um CFN, com meios adequados, significa optar por não ter uma Capacidade importante para o país: a de projetar poder em terra. Outrossim, caso houvesse um CFN, poderia ampliar as possibilidades da MN de realizar operações ribeirinhas no Delta do Níger. Conforme Espíúca (2022), o CFN não possui nenhum programa de intercâmbio ou cooperação com a MN, mais especificamente, nenhum vínculo institucional com a Nigéria. Cabe destacar que a MB possui experiência em apoiar as Marinhas Amigas com o estabelecimento de Missões de Assessoria Naval e de Grupos de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), possuindo atualmente militares em Cabo Verde, Namíbia e São Tomé e Príncipe.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Cap. 3 – Conceito estratégico marítimo naval; 3.4 – Oportunidades de Diplomacia Naval (2020b, p. 37).
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

Durante a pesquisa, observou-se que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma AEN que contempla as propostas de implantação de GAT nos países da Costa Oeste Africana. Na revisão do PEM 2040, também poderá ser realizado um estudo para verificar a viabilidade de criação de uma AEN, no OBNAV 5 – Apoiar a política externa, a EN 3 – Grupo de Apoio Técnico, com AEN POLÍTICA EXTERNA 3 – Implantação e desenvolvimento de GAT nas Nações Amigas.

6.2.6 Ampliação da consciência situacional marítima do GdG

Desafio: Ampliação da consciência situacional marítima do GdG	
Proposta estratégica	Acordo para compartilhamento de dados de Segurança Marítima no GdG.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o sistema de vigilância marítima <i>Facon Eye</i> da Nigéria e possibilitar sua integração com o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul; e • Participação, na modalidade intercâmbio, de militares da MB no Centro Regional de Comando e Controle Leste.
Descrição	Conforme apresentado na seção 4.1.2, os projetos <i>Deep Blue</i> e <i>Falcon Eyes</i> estão operando e patrulhando pelo mar e pelo ar os afluentes do Delta do Níger, onde grupos piratas tradicionalmente operam. Alinhado a isso, o novo centro C4I da Nigéria, localizado em Lagos, foi criado e projetado para coordenar as ações levantadas pela inteligência daquele país.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Cap. 3 – Conceito estratégico marítimo naval; 3.5 – Defesa proativa e reativa (2020b, p. 40). Cap. 3 – Conceito estratégico marítimo naval; 3.6 – Defesa marítima de amplo espectro (2020b, p. 42).

	EN 10 – Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul. AEN CSM 4 – Pesquisar elementos de interesse estratégico nas AJB e no AS.
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 10 – Ampliar a consciência situacional marítima nas Áreas de Interesse da MB.

Conforme apresentação do quadro acima, essa Proposta estratégica encontra-se amparada pelos documentos condicionantes da MB.

6.3 Medidas estratégicas referentes ao Brasil

No decorrer do trabalho de pesquisa, foram observados alguns ensinamentos da GEC que podem ser aproveitados pelo Brasil, guardadas as devidas proporções. Nesta seção apresentaremos as propostas estratégicas que têm como objetivo o aprimoramento do Poder Marítimo brasileiro.

6.3.1 Desenvolvimento do conceito de EEB

Ensino: Desenvolvimento do conceito de EEB	
Proposta estratégica	Reformulação da apresentação gráfica e do conceito do EEB.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Representação gráfica destacando os pontos de interesses focais. • Detalhamento do EEB com a descrição de regiões prioritárias detalhadas.
Descrição	Conforme a seção 5.2.1, o conceito de EEB é apresentado de forma genérica, não sendo identificados países, pontos focais ou regiões que devam ser consideradas esforços prioritários do PNB na sua representação. Como a GEC definiu pérolas para formação do colar de interesse chinês, o Brasil poderia definir pontos focais de interesse no EEB, pois a materialidade das ações no conjunto dos pontos focais de interesse representaria a consolidação da preocupação estratégica do EEB como um todo.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Capítulo 1 – Ambiente operacional – Entorno Estratégico Brasileiro.

6.3.2 Inserção de conceitos geopolíticos relacionados ao EEB no Sistema de Ensino Naval

Ensino: Desenvolvimento dos Conceitos de Geopolítica na MB	
Proposta estratégica	Ensino dos conceitos de Geopolítica para o público interno da MB.
Medidas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção da disciplina Geopolítica nos cursos de carreira do Sistema de Ensino Naval; e • Divulgação dos conceitos de Entorno Estratégico e Diplomacia Naval para sociedade, amparados pelas definições de Geopolítica e de Oceanopolítica.
Descrição	No Apêndice D, fruto da pesquisa realizada neste trabalho, pode ser verificado que mais de 70% dos entrevistados nunca tiveram contato com a importância da Nigéria para o EEB, e 20% trataram do tema pontualmente, ou seja, cerca de 90% dos

	entrevistados não possuem a percepção da importância da RFN como ator interno no AS. É lícito afirmar a importância da inserção do tema Geopolítica e Oceanopolítica em todos os níveis do Sistema de Ensino Naval, com o objetivo da correta percepção dos atores que compõem o EEB.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	AEN – ADM 7 – Aprimorar a comunicação da MB com o público de interesse.
Contribuição para a Política Naval (2020d)	OBNAV 12 – Aperfeiçoar a gestão administrativa.

6.3.3 Fomento da indústria de construção naval e da Economia Azul

Ensino: Fomento da indústria de construção naval	
Proposta Estratégica	Fomento da indústria de construção naval no Brasil.
Medidas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Programa de construção de Navios Patrulhas; • Criar um Programa de construção de Lanchas Sociais; e • Futuramente, criar um Programa de construções de Corvetas.
Descrição	Conforme mencionado na seção 3.4, a GEC está ancorada na Estratégia Marítima, tornando o crescimento econômico chinês dependente de recursos energéticos, de novos mercados consumidores e da segurança alimentar da população. O Mar foi a solução para o grande “sonho chinês”, obrigando a RPC investir na sua Força Naval, na indústria naval e infraestruturas logísticas portuárias. O Brasil possui características similares às da China, sem problemas de fronteiras terrestres, e tem condições de realizar o voo brasileiro para o Mar, em busca da Economia Azul e do desenvolvimento econômico. Iniciar a indústria naval por meios do Poder Naval seria o início do desenvolvimento brasileiro, com geração de emprego e retenção de tecnologia.
Enquadramento no PEM 2040 (2020b)	Capítulo 5 – Ações Estratégicas; 5.3 – Programas Estratégicos da Marinha do Brasil – Construção do Núcleo do Poder Naval (2020b, p.83). AEN – FORÇA NAVAL 4 – Obter Navios Patrulhas para compor o Poder Naval.
Contribuição para Política Naval (2020d)	OBNAV 6 – Modernizar a Força Naval.

6.4 Considerações finais

Este capítulo consolidou toda a pesquisa realizada nesta tese, buscando explorar desde os ensinamentos coletados com a GEC, passando pelas oportunidades oferecidas pelo Poder Marítimo e pela RFN, e destacando alguns desafios para a MB referentes à Segurança Marítima do AS.

Cada proposta estratégica possui uma ou mais medidas estratégicas para sua implementação. Além disso, cada proposta foi enquadrada em uma AEN do PEM 2040 e identificada com as respectivas contribuições para os Objetivos Navais da Política Naval (BRASIL, 2020d). Além das propostas estratégicas citadas, o trabalho concluiu a necessidade

de revisão do PEM 2040 para o cumprimento de algumas Estratégias Navais e apresentou, no Apêndice E - Contribuir para Paz do EEB, uma proposta de inclusão de um Objetivo Naval para a próxima revisão da Política Naval.

Por derradeiro, julga-se o trabalho pertinente para orientar a MB nas suas ações com a Nigéria e o GdG, com vistas à mitigação da presença chinesa no AS. Conclui-se que o Brasil possui um Poder Naval crível para assumir uma posição de liderança na Costa Oeste Africana, mais precisamente no GdG, por meio do fortalecimento da ZOPACAS, com capacidade de apoiar o desenvolvimento nacional, baseado na BID e no mercado de defesa nigeriano, bem como de estreitar os laços de cooperação com a Nigéria, uma potência africana com perspectiva de crescimento futuro.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta propostas estratégicas que são resultado do estudo da presença da China na Nigéria, no EEB. Além disso, medidas no espectro do Poder Marítimo e Militar brasileiro estão incluídas nessas propostas.

Nesse fito, conceitos geopolíticos foram utilizados para entender as relações entre os atores. Nesse contexto, a geopolítica pode ser definida como um método de análise e interpretação do conjunto de ações e práticas de atores estatais na esfera das expressões do PN, ampliado pelas interferências de atores não estatais e a correlação com o fator tempo, considerando aspectos da ciência política e do posicionamento geográfico, a fim de projetar o poder do Estado no SI.

Outrossim, a pesquisa conceituou a expressão “Perturbador Silencioso” como um Estado que busca, na estratégia de expansão geopolítica, aliar os conceitos do Perturbador Continental de Castex com a conduta do “Poder Inteligente”, definida por Nye Jr. (2011). Ainda mencionou que a vocação marítima aglutina ao “Perturbador Silencioso” a capacidade da busca de segurança energética e alimentar, em regiões fora do Entorno Estratégico. Esse ente possui uma postura de relacionamento suave com os países hospedeiros, por meio do poder econômico, amparado pelo poder militar, e com investimento em infraestrutura logística de uso *dual*, logístico e militar. Por isso, é determinante para o “Perturbador Silencioso” uma Marinha de tamanho compatível com as ambições oceânicas e com um Poder Naval superior aos atores regionais.

Com a definição do conceito do “Perturbador Silencioso” e uma estreita identificação com a potência chinesa, o trabalho passou para um viés de entendimento da RPC e a sua “Grande Estratégia”. Nesse diapasão, a GEC foi consolidada durante o período de paz, após a Guerra Fria, na qual a RPC passou por uma reformulação política, econômica e social. Destaca-se a transformação da economia chinesa, por meio de uma abertura de mercado e uma renovação nacional em busca do “Sonho Chinês”. O governo de Xi Jinping, com a “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas” e pautada pelos princípios da Coexistência Pacífica, ratificou que a RPC deveria desenvolver o Poder Marítimo na busca de segurança energética, alimentar e de novos mercados consumidores. Com essa visão, o país investiu na Indústria Naval, criou uma vertente marítima da BRI e incluiu, na GEC, o desenvolvimento do Poder Naval para amparar as suas LCM e a sua

influência global.

Com o Poder Marítimo consolidado, a RPC chegou ao AS como um Perturbador Silencioso, utilizando a pequena estratégia da CSS na GEC e da BRI. A RPC estabeleceu parcerias com diversos países do EEB, sob o pano de fundo dos benefícios mútuos, promovendo instabilidade, incertezas, diante de suas intenções opacas, e a busca por recursos necessários ao crescimento econômico chinês.

É interessante observar que a GEC está ancorada na Estratégia Marítima, tornando o crescimento econômico chinês dependente de recursos energéticos, de novos mercados consumidores e da segurança alimentar da população. O mar foi a solução para o grande “sonho chinês”, obrigando a RPC investir na sua Força Naval, na indústria naval e nas infraestruturas logísticas portuárias. A persistência do governo nos objetivos estratégicos nacionais promoveu a transformação da MEPL para uma marinha de águas azuis, com capacidade dissuasória de prover a segurança da vertente marítima da BRI. Na parte marítima, a GEC transformou a China em uma referência na construção de navios, operações de contêineres e em capacidade de realização de atividades portuárias no âmbito mundial.

Cabe mencionar que, no conceito da BRI, a estratégia do “Colar de Pérolas” demanda investimentos em infraestruturas de portos, aeroportos, estradas, ferrovias, geração de energia, internet e fibra ótica. Aliando-se aos princípios da coexistência pacífica, especificamente no benefício mútuo, cada Pérola do colar necessita de infraestruturas básicas para se desenvolver, e a RPC, com o “pano de fundo” do modelo *win-win*, consegue projetar as suas companhias no mercado global para implementação de infraestrutura, bem como intensificar a sua influência política, econômica e militar na região.

Nesse contexto, a Nigéria tornou-se signatária da BRI em 2018 e encontra-se desenvolvendo vários projetos, na região do GdG, com a RPC. Fruto das considerações apresentadas, a pesquisa afirmou que a Nigéria faz parte da Nova Rota da Seda marítima do século XXI, especificamente da derivada do AS.

A Nigéria possui uma grande extensão territorial, com uma extensa rede hidroviária, que permite o fluxo logístico do interior do país, por meio de seus rios, e possibilita atender outros países fronteiriços sem saída para o mar. Com relação ao ambiente marítimo, a RFN possui um extenso litoral, com uma posição favorável no GdG, que conecta os rios por meio dos deltas ou estuários, como por exemplo, o Delta do Níger.

Por sua posição geográfica, sendo ponto comum das principais LCM que interligam a África aos principais países do mundo, a Nigéria é um país que naturalmente exerce uma posição de liderança no GdG e que deve ter uma posição de destaque no EEB.

A pesquisa destacou que a Nigéria é o principal ator interno do GdG e encontra-se desenvolvendo o Poder Marítimo. Isso inclui as ações de Segurança Marítima contra pirataria no GdG. É lícito afirmar que qualquer Estado que possua o GdG como objetivo ou preocupação deverá adotar uma postura de cooperação com a Nigéria, principalmente nos aspectos relativos ao Poder Marítimo.

Ao realizar uma avaliação conjunta dos fatores físicos, econômicos e humanos, a Nigéria tem grande extensão territorial e visa ao crescimento populacional com bônus demográfico; além disso, apresenta o seu PIB entre os cinco maiores do AS. Complementando a análise, baseada na oceanopolítica, a Nigéria, devido a sua posição geográfica, destaca-se como ponto comum das principais LCM que interligam a África aos principais países do mundo, e possui um extenso litoral, onde exerce posição de liderança no GdG. Com investimentos chineses na estrutura portuária, em virtude dos interesses dos excedentes da capacidade energética explorada na região, a Economia Azul nigeriana encontra-se em expansão.

No campo político, a RFN está fortalecendo a democracia, por meio de eleições e ações governamentais que buscam reduzir os seus problemas internos, como as questões de segurança do GdG, disputas religiosas e étnicas e diferenças econômicas internas. A pesquisa observou que a RFN não deve interromper seu desenvolvimento, como a diversificação da matriz energética, o investimento nas estruturas críticas energéticas, as melhorias em sua rede logística de transporte, o combate à corrupção e ilícitos penais e, principalmente, a superação dos conflitos armados do Norte do país.

A Nigéria possui Poder Militar e destaque considerável no continente africano, com viés de crescimento. A MN exerce liderança no GdG, principalmente no combate às ações de pirataria em parceria com outros países. Atualmente, está adquirindo novos meios e construindo novas bases que demonstra seu desenvolvimento contínuo. Ressalta-se que devido o engajamento da Nigéria nas ações antipirataria e em iniciativas como a *Deep Blue* e a *Falcon Eye*, os números de incidentes com piratas no GdG reduziram significativamente. Com o aumento da Segurança Marítima na região, houve redução dos valores de frete do petróleo e derivados, dentre outros produtos da Economia Azul, como resultado econômico.

Após a identificação da importância da Nigéria no EEB, a pesquisa analisou as relações sino-nigerianas e verificou que a presença chinesa na RFN vai além dos interesses relacionados às necessidades energéticas. Os investimentos chineses na Nigéria estão condicionados a políticas públicas estatais nativas voltadas ao desenvolvimento do Estado, com presença de empresas de infraestruturas chinesas pagas com recursos governamentais.

O trabalho identificou que a China possui uma estreita cooperação com a Nigéria, apesar de terem uma relação assimétrica que reflete nas vantagens da China na balança comercial, praticamente com a RPC importando apenas petróleo, gás e derivados da RFN. Observou-se, ainda, que a RPC investe grandes recursos nas infraestruturas críticas da Nigéria devido a BRI, como portos, rodovias e ferrovias, porém os empréstimos fornecidos pela China podem gerar uma dependência econômica futura com reflexos nos ativos da RFN. No campo militar, a China busca uma liderança militar regional, por meio da presença em Operações de Paz na África e por meio do desenvolvimento da BID chinesa, fornecendo materiais e equipamentos militares, como a construção de navios. Suas relações, no âmbito do Poder Marítimo, com investimentos chineses em portos com operações de contêineres, tornam a Nigéria um ponto focal da LCM da Costa Oeste africana, desenvolvendo a Economia Azul. Nos aspectos atinentes ao Poder Naval, a China demonstra uma grande preocupação com a Segurança Marítima do GdG, pois construiu dois navios patrulhas para realização de exercícios conjuntos.

Ademais, o trabalho abordou que o Brasil possui expressivas relações comerciais com a Nigéria, com ênfase nos produtos petrolíferos, e mais recentemente em fertilizantes, sendo tal relação favorável ao país africano que possui o *superavit* da relação. Cabe observar que esse vínculo demonstra uma fragilidade da economia brasileira no que concerne as origens dos recursos energéticos e de fertilizantes para o Agronegócio, e ratifica a importância da segurança marítima no GdG para manutenção dos preços aceitáveis dos recursos energéticos e alimentares brasileiros.

Na expressão Militar, o Poder Naval está buscando iniciativas para o estreitamento dos laços com a MN, porém essas ações devem ser robustecidas com uma Estratégia Naval bem definida para a Nigéria. Como primeiro aspecto, apesar de o Brasil e a Nigéria participarem de exercícios com outros países, há necessidade de ocorrer exercícios somente entre os dois países, a fim de fortalecer os laços de cooperação. Além disso, cabe observar que o fato de não existir um Adido Naval, permanentemente, na RFN, degrada

bastante as relações entre as Marinhas.

Isso pode ser demonstrado principalmente nas ausências de ações na área de ensino; na área da Diplomacia Naval, podem ser realizadas visitas a navios brasileiros ou viagens de estudos do Curso de Política e Estratégia Marítima; e na área naval da BID, quanto aos negócios bilaterais, a EMGEPRON poderá participar oferecendo soluções para as FA da Nigéria, nas feiras de defesa. Uma outra possibilidade do Poder Naval seria a proposta de implantação de um CFN na Nigéria, fruto da experiência brasileira na Costa africana. O trabalho observou que a ZOPACAS deve ser o principal fórum de discussões e ações do Poder Naval, por possuir os principais países da África, e atender diretamente o objetivo da cooperação entre os países para a paz e o equilíbrio do AS.

Não se pode olvidar que a presença chinesa no AS, principalmente na Costa Oeste africana, é uma realidade, inclusive com a previsão de construção de bases militares. Diante de tal fato, preliminarmente, torna-se mister para a MB conhecer a doutrina naval chinesa. Não menos importante, e com grande impacto na liderança brasileira no AS e na Costa africana, destacou-se a necessidade de o Brasil assumir uma postura ativa no EEB, com envio de tropas para missões de paz da ONU no Continente Africano.

Concluiu-se o trabalho buscando explorar os ensinamentos adquiridos com a GEC, passando pelas oportunidades oferecidas para o Poder Marítimo, pela RFN e destacando alguns desafios para a MB referentes à Segurança Marítima do AS. Destacou-se ainda as 11 propostas estratégicas apresentadas para a MB no final da pesquisa. Por derradeiro, percebe-se que o Brasil possui um Poder Naval crível para assumir uma posição de liderança na Costa Oeste africana, mais precisamente no GdG, por meio do fortalecimento da ZOPACAS, com capacidade de apoiar o desenvolvimento nacional baseado na BID e no mercado de defesa nigeriano e, estreitar os laços de amizade e cooperação com a Nigéria, uma potência africana com perspectiva de crescimento futuro.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua com a sociedade brasileira e com o desenvolvimento da MB, nos assuntos afetos à economia do mar, à manutenção da paz e ao equilíbrio geopolítico do AS.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, A. Hegemony on a shoestring: Nigeria's post-Cold War Foreign Policy. In: ADEBAJO, A.; MUSTAPHA, A. R. (Orgs.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008. Cap. 1, p. 1-37.

A GUERRA Civil que deu origem às tensões entre China e Taiwan. **Revista Guia do Estudante [on-line]**. 2022. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/a-guerra-civil-que-deu-origem-as-tensoes-entre-china-e-taiwan/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

AGUIAR, Junior. **Chineses estariam ameaçando economia e biodiversidade da vida marinha sul-americana com pesca ilegal**. Click Petróleo e Gás (CPG), 2022. Disponível em: <<https://clickpetroleoegas.com.br/chineses-estariam-ameacando-economia-e-biodiversidade-da-vida-marinha-sul-americana-com-pesca-ilegal/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

AKE, Claude. Nigeria. In: KRIEGER, Joel (ed.). **The Oxford Companion to Politics of the World**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993, p.639-640.

AKINTERINWA, B. A. **Nigeria In the World: Issues and Problems for the Sleeping Giant**. Lagos: Pumark Educational Publishers, 2001.

AITALOHI, Gloria; RAJI, Joseph; TIMMIS, Emilija. 2018. **Nigeria biannual economic update: connecting to compete** (English). Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/769551524576691390/nigeria-biannual-economic-update-connecting-to-compete>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ALEXANDRE, Philipe; RIBEIRO, Rodrigo. **O terceiro Navio-Aeródromo da China e suas implicações tecnológicas e estratégicas**. Boletim Geocorrente, N.165, jul. 2022, p.14.

ALVES, André Gustavo M. P. **Os interesses econômicos da China na África**. Boletim de Economia e Política Internacional, IPEA, nº 1, jan. 2010, p. 25-31.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **A importância estratégica da Nigéria para as relações entre o Brasil e a África Subsaariana**. Rio de Janeiro: ESG, 2018. 78 f.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Nigéria: colapso ambiental e fábrica de pobreza?** Ecodebate [on-line], 2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/11/16/nigeria-colapso-ambiental-e-fabrica-de-pobreza-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ALVES, João R. C. S. **As novas configurações da diplomacia do petróleo sino-africana: os casos de Angola e Nigéria.** 2019. 142 f. Dissertação (Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39956>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ARQUITETURA de Yaoundé. 2022. Centro de Coordenação Interregional. Disponível em: <https://icc-gog.org/?page_id=1704&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BAPTISTA, Afonso Mourinho Almeida. **A estratégia de investimento "Going Out" na sua vertente agrícola: motivações e resultados.** 138 f. Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais (Especialização em Estudos Políticos de Área), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/25466>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BAPTISTELLA, Luís Fernando. **A Presença da China na Costa Ocidental da África: Implicações para o Poder Naval Brasileiro.** Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, Afonso. Visão militar sobre a inserção internacional de segurança do Brasil. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.). **Brasil e o mundo.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: FEMAR, 2012.

BONIFACE, P. **L'Anné Stratégique: Analyse des enjeux internationaux.** Hors Collection. Armand Colin, 2021. 368p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de Gestão Embaixada do Brasil em Abuja, República Federal da Nigéria.** Embaixador João André Lima. Abuja, 2018. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7637109&disposition=inline>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

_____. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

_____. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília – DF, 2020a.

_____. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF, 2020b.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília – DF, 2020c.

_____. Marinha do Brasil. **Política Naval**. Estado-Maior da Armada, Brasília - DF, 2020d.

_____. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, RJ: EGN, 2021.

_____. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. **Edição especial: Golfo da Guiné**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, ano 8, Edição Especial, jun. 2022. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/BG%20Especial%20-%20GoG%203.0.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CARLETTI, Anna; KOTZ, Ricardo Lopes; CORREIA, Gabriely Jacques. As novas rotas da seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 2019, p. 216-242. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v14n3.2019.921>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

CASTEX, Raoul. **Teoria Estratégicas**. Buenos Aires, Escuela de Guerra Naval. 1938.

CASTRO, Therezinha de. Oceanopolítica. **A Defesa Nacional**: revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, v. 70, n. 709, p. 107-126, 1983. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/7272>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CHATURVEDI, Sachin. Development cooperation: contours, evolution and scope. In: _____; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth. (eds.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?** Nova York: Zed Books, 2012.

CHEN, Y. *et al.* **Learning from China?** Manufacturing, Investment, and Technology Transfer in Nigeria. IFPRI Discussion Paper 2. Washington, DC, p. 22. 2016. Disponível em: <https://africa.isp.msu.edu/files/8216/3616/4456/WP_2_Chen_Sun_Ukaejiofo_Tang_Brautigam_Tech_Transfer_Nigeria.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CHIAPPINI, Gabriel. **China gerou mais energia renovável em fase mais crítica da pandemia, mas carvão resiste.** EPBR, 2020. Disponível em: <<https://epbr.com.br/china-gerou-mais-energia-renovavel-em-fase-mais-critica-da-pandemia-mas-carvao-resiste/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CHINA. **China's National Defense in the New Era.** Beijing, China, 2019.

CHINA e Nigéria alcançam 7 consensos sobre aprofundamento da cooperação bilateral. People.cn. Portal de Notícias [on-line]. 2021. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2021/0106/c309809-9806489.html>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CHIOZZO, Vitor Deccache. Diplomacia naval: instrumento de política externa no mar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, n. 04/06, p. 31-42, abr. 2018.

CINTRA, Marcos A. M. *et al.* **China em Transformação:** dimensões econômicas e geopolíticas de desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics:** The geography of international relations. Third ed. Lanham, Maryland, EUA: Rowman and Littlefield, 2015.

CORRÊA, Fernanda das Graças. Políticas & aquisições de defesa: uma análise histórica da parceria estratégica França-Brasil nos séculos XX e XXI. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 65, p. 92-116, maio/ago. 2017.

COSTA, Fernando Chaves. **Hard, soft ou smart power?:** a estratégia de política externa dos EUA para o Brasil no período 2018-2022. 2019. [20] f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Assistentes: Cláudio Mello Sobrinho *et al.* 2a. ed. rev. e acrescida de um suplemento, 14a. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 839p.

DE ALMEIDA, Claudio Henrique Mello. **A presença da China na costa ocidental da África o caso da Namíbia**: implicações para o poder naval brasileiro. Tese do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. **Nigéria**: História da Política Externa e das Relações Internacionais. Tese (Curso de Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____.; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. A questão securitária no Golfo da Guiné: identificação de ameaças e implicações para o Atlântico Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 331 – 352, jul./dez. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Desktop/Desktop-PC/Downloads/75-365-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DE OLIVEIRA, Vagner Belarmino. **A evolução da estratégia naval da China nos últimos quarenta anos**: lições para a Marinha do Brasil. Tese do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Pinto Mafra. **Expansão chinesa no Continente Africano: as relações sino-nigerianas no século XXI**. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/CEMOS_012_DIS_CC_FN_MAFRA.pdf>. Acesso em: 01 ago 2022.

DO NASCIMENTO, Maria Côrtez. **A nova rota da seda**: interpretações sobre a ascensão da China para o capitalismo global. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2020.

DOBLER, Gregor. Old ties or new shackles? China in Namibia. In: MELBER, Henning (Ed.). **Transitions in Namibia**: Which Changes for Whom?. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 94-109. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A275566&dswid=6226>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

DOS SANTOS, Almyr Costa. **Entrevista Não Estruturada sobre a República Federativa da Nigéria**. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Entrevista concedida a Aduino Bunheirão. No prelo.

ESPIÚCA, José Luís de Melo. Entrevista Não Estruturada sobre a República Federativa da Nigéria. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Entrevista concedida a Adauto Bunheirão. No prelo.

FALOLA, T.; HEATON, M. M. **A History of Nigeria**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FARIAS, Ana Carolina Vaz. **Capacidade naval estadunidense frente à guerra moderna**. Boletim Geocorrente, n. 165, jul. 2022, p. 06.

FARIAS, Hélio Caetano. **A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014)**. Tese (Curso de Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: 2017.

FLINT, Colin. **Introduction to Geopolitics**. 3a. ed. New York, NY, EUA: Routledge, 2017.

FRANCIS, D. J. **Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006.

FRIEDE, Reis. Colar de pérolas: a estratégia chinesa para dominar o mar do sul da China e a região do oceano Índico. **Revista Marítima Brasileira**, v. 139, jan/mar 2019. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2019.

GALANTE, Alexandre. China entrega primeiro OPV classe P-18N à Marinha da Nigéria. **Revista Poder Naval** [on-line], 2014. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2014/11/28/china-entrega-primeiro-opv-classe-p-18n-a-marinha-da-nigeria/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GAMBARI, I. A. From Balewa to Obasanjo: The theory and practice of Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, A.; MUSTAPHA, A. R. (Orgs.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap. 3, p. 58-80.

GHOSH, A. R.; KIM, J. I.; MENDOZA, E. G.; QUERESHI, M. S. **Fiscal Fatigue, Fiscal Space and Debt Sustainability in Advanced Economies**. 2013. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/econj.12010>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GIRON, Lorena Scavone. Qual a importância global do superporto chinês na Nigéria. **Revista Money Report** [on-line]. 2022. Disponível em: <<https://www.moneyreport.com.br/economia/qual-a-importancia-global-do-porto-chines-na-nigeria/>>. Acesso em: 01 ago. 2022

GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. 1. ed. Nova Iorque, NY, EUA: Oxford University Press, 1999. 413 p.

_____. **Strategy and Politics**. New York, NY: Routledge, 2017.

HILL, Johathan. **Nigeria since Independence: forever Fragile**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

HOLMES, James. R.; YOSHIHARA, Toshi. **Chinese naval strategy in 21st century: the turn to Mahan**. New York: Routledge, 2008. 167 p.

_____; _____. **Red star over the Pacific: China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy**. 2ª edição. Annapolis: Naval Institute Press, 2018. 366p.

HOMEM, Henrique de Castro Pinto. **A geopolítica francesa na África Subsaariana Atlântica: reflexos e concepção de uma estratégia para o poder naval brasileiro**. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

HONG, Yu. Motivation behind China's 'One Belt, One Road': initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p.353-368, 2017.

HUANG, Paul An-hao. **The maritime strategy of China in the Asia-Pacific region: origins, development and impact**. Thesis (Doctor of Philosophy) – School of Social and Political Sciences, Faculty of Arts, The University of Melbourne, Australia, 2009. Disponível em: <<https://rest.neptune-prod.its.unimelb.edu.au/server/api/core/bitstreams/d73270a9-4997-55a6-9181-a442ccc684c5/content>> . Acesso em: 18 jun. 22.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION (IMO). **Nigeria to implement IMO Whole of Government Approach to Maritime Security programme to build on progress made**. [on-line]. 2021. Disponível em: <<https://www.imo.org/en/MediaCentre/PressBriefings/pages/IMOWholeof-Government-Approachto-MaritimeSecurity.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

JOKURA, Tiago. **O que é Economia Azul?** Netzero [on-line]. 2022. Disponível em: <<https://netzero.projtodraft.com/o-que-e-economia-azul/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

JOHNSTON, Lauren A. Nova instalação une os gigantes econômicos e demográficos da Ásia e da África. **Revista Poder Naval** [on-line]. 2022. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2022/07/16/um-porto-chines-na-nigeria-vai-mudar-a-economia-mundial/>>. Acesso em: 20 jul. 22.

JUNQUEIRA, Philipe Alexandre. **A política externa chinesa de Xi Jinping:** a contribuição da iniciativa do cinturão e rota para a inserção internacional da China. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<http://www.btdt.uerj.br/handle/1/17096>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

KENNEDY, Paul. **Grand strategies in war and peace.** 1. ed. Londres, Reino Unido: Yale University Press, 1991.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KNOEMA. **World data atlas - Nigeria.** Knoema, 2022. Disponível em: <<https://knoema.com/atlas/Nigeria>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

LACERDA, Sander Magalhães. Navegação e Portos no Transporte de Contêineres. **Revista do BNDES**, RIO DE JANEIRO, v. 11, n. 22, p. 215-243, dez. 2004. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8462/2/RB%2022%20Navega%C3%A7%C3%A3o%20e%20Portos%20no%20Transporte%20de%20Cont%C3%AAneres_P.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese Foreign Policy: An Introduction.** Londres, Routledge, 2013.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime diplomacy in the 21st century: Drivers and Challenges.** Londres, Routledge. 2014.

LORD, Carnes. China and maritime transformations In: ERICKSON, Andrew S., GOLDSTEIN, Linda e LORD, Carnes (edit.) **China goes to sea:** maritime transformation in comparative perspective. Anapolis: publicação conjunta do China Maritime Studies Institute e Naval Institute Press, 2009, p. 426-456.

LUIZ, Felipe. Clausewitz, Liddel Hart, Beaufre, Foucault: o conceito filosófico de estratégia. **Revista Ítaca**, n. 34, p. 192-204, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufri.br/index.php/Itaca/issue/view/1143>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010.

MAIA, Altair. **O desafio do Atlântico Sul**: Logística Internacional. Editora Altair Maia, 2015. E-book Kindle.

MAIA, André Valente; FERABOLLI, Silvia. O petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. **Monções Revista de Relações Internacionais da UFGD** 9(17):450-475, 2020. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/347177994> O petroleo como elo entre o Su dao do Sul e a China>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MACDONALD, Adam P. China's maritime strategy: a prolonged period of formulation. **Canadian Naval Review**, vol. 8 , n.4 (Winter), 2013, p. 9-13.

McCASLIN, Ian B. **The impact of Xi - era reforms on the Chinese navy**. Washington: National Defense University, 2019.

MANION, Melanie. Politics in China. In: POWELL, Bingham, DALTON, Russel J., STROM, Kaare. **Comparative politics today**: a world view. 10th ed. Longman, Pearson, 2012, p. 380-425.

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias militares dominantes**: sugestões para uma estratégia militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. p. 7-20.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MENEZES, Flaviano Fagner Santos. **A Serpe sobre as águas: a estratégia marítima chinesa e a dinâmica do poder nas disputas no mar do sul da China (2009-2016)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Paraíba. 2017. Disponível: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2019/10/Flaviano-Fagner-Santos-Menezes.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 22.

METZ, Helen C. Nigeria: A Country Study. In: MATHEWS, Martin P. **Nigeria**: Current Issues and Historical Background. New York: Nova Science Publishers, 2002, cap.6, p.81-180.

MILITARY and Security forces. The World Factbook [on-line]. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/nigeria/#military-and-security>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MONTCLOS, Marc-Antoine Pérouse de. **Le Nigeria, une puissance émergente ou un État failli?** Hérodote, n° 159, 2015/4, p. 6-12. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2015-4-page-6.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MONTEIRO, Sandro Baptista. **Entrevista Não Estruturada sobre a República Federativa da Nigéria.** Rio de Janeiro, RJ, 2022. Entrevista concedida a Adauto Bunheirão, no prelo.

NANTULYA, Paul. **Considerações para uma Nova Base Naval Chinesa em África.** Africa center for strategic studies, 2022. Disponível em: <<https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/consideracoes-para-uma-nova-base-naval-chinesa-em-africa/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

NEVES, Miguel Santos. A China e a Índia no Atlântico Sul. **Revista Relações Internacionais.** v. 38, Rio de Janeiro, p. 71-94, 2013. Disponível: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a07.pdf>. Acesso em: 21 jun. 22.

NIGÉRIA: 1,9 mil milhões de dólares em energia. **Mercados Africanos** [on-line]. 2022. Disponível em: <<https://mercadosafricanos.com/nigeria-19-mil-milhoes-de-dolares-em-energia/>>. Acesso em: 26 jul. 22.

NUNES, Ticiana Amaral; FARIAS, Thomas da Costa. China e a cooperação para o desenvolvimento nos financiamentos de infraestrutura na América Central e Caribe. **Revista Monções**, Dourados, MS, v. 10, n.19, jan/jun. 2021. p. 217-246. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13035>>. Acesso em: 04 jul. 22.

NYE JR., Joseph S. **Soft Power: the means to success in world politics.** New York: Public Affairs, 2004.

_____. **The future of power.** United States: Public Affairs, 2011.

OLORUNNIWA, Samuel. **The Nigerian Navy: 2021 in Review.** The Guardian Conscience, Nutured by Truth [on-line], feb., 2022. Disponível em: <<https://guardian.ng/news/the-nigerian-navy-2021-in-review/>>. Acesso em: 02 ago.2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Cinco princípios da coexistência pacífica**. Série de Tratados das Nações Unidas, v. 299, Genebra, 1958. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20299/v299.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 22.

_____. **Chefe da ONU encerra visita ao Sahel buscando investimento para região**. ONU News [on-line]. 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788112>>. Acesso em: 30 jul. 22.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **Conceito Estratégico**. Madrid, 2022. Disponível: <<https://www.nato.int/strategic-concept/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PATROCINIO, BARBARA M. FONSECA. **O Colar de Pérolas como uma estratégia geopolítica**. 2019. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/09/12/o-colar-de-perolas-como-uma-estrategia-geopolitica/amp/>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PERCÍLIA, Eliene. Guerra de Biafra. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-biafra.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PEREIRA, Aniele S. **Relações China-África: a estratégia política e econômica da China no continente africano**. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3023/1/PDF%20-%20Aniele%20de%20Souza%20Pereira.pdf>> . Acesso em: 01 ago. 2022.

PEREIRA, R. P. **A Nova Política da China em África**. Relações Internacionais, Lisboa, p. 19-38, junho de 2006. Disponível em: <<https://www.observatoriodachina.org/images/papers/f.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PESSOA, F. (1934). **Poema O Infante**. Parceria António Maria Pereira. 10ª. Lisboa: Ática, 1972.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Principais Objetivos para 2016 do Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné**. Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://www.historico.portugal.gov.pt/media/19741463/prioridades-pt.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 22.

REIS DA SILVA, A. L. Os países emergentes na política internacional: O grupo next eleven (n-

11) e as convergências com a política externa brasileira. **Estudos Internacionais**: revista de Relações Internacionais da PUC Minas, 1(2), 2013, p. 205-222. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6314>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. O Ocaso e o Renascer da Geopolítica: A força de uma “palavra”? **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ, v. 140, p. 35-49, 2020.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

REUTERS. **Nigéria**: últimas contagens mundiais, gráfico e mapas. Agência de Notícias [online]. 2022. Disponível em: <<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/nigeria/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ROMUALDO, Manoel Luiz Ferreira. **Entrevista Não Estruturada sobre a República Federativa da Nigéria**. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Entrevista concedida a Adauto Bunheirão. No prelo.

RYSDYK, Janaína. **A Política Externa chinesa para a África**: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTIAGO, Emerson. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **Revista Infoescola** [online]. [2022?]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SEGURANÇA alimentar vira tema recorrente na China e gera pânico entre a população. **A Referência**. 2021. Disponível em: <<https://areferencia.com/asia-e-pacifico/beijing-gera-panico-ao-pedir-a-populacao-que-estoque-alimentos-e-outros-itens/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. A arte da estratégia. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, v. 12, n.23, jan-jun 2020, p.163-179.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O bônus demográfico relativo e absoluto no acesso à escola**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1340.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SOUZA, Andre Mello. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics**. The United States and the Balance of Power. Hartcourt Brace and Company. New York, 1942.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed., revisada e atualizada. Londres, RU: Routledge, 2018.

TONG, Jessica Mei. "One belt, one road": a nova rota da seda e a iniciativa chinesa para a integração. **Revista Mapa Mundi**. 2019. Disponível em: <<https://mapamundi.org.br/2019/one-belt-one-road-a-nova-rota-da-seda-e-a-iniciativa-chinesa-para-a-integracao/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Assumptions to the annual energy outlook**. Washington, DC. 2015. Disponível em: <<https://www.nrc.gov/docs/ML1617/ML16172A121.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VASCONCELOS, Daniel de Oliveira. **Por dentro do dragão vermelho: as fontes domésticas da política externa chinesa na era Xi Jinping**. Monografia (Especialista em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Direito Internacional) – CEDIN, Belo Horizonte, 2017.

VELLOSO, Ludovico Alexandre Cunha. **O Brasil e os países da Costa Oeste Africana e a Segurança Marítima no Atlântico Sul: Os desafios do Poder Naval Brasileiro para a Segurança Marítima no Golfo da Guiné: o caso da Nigéria**. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Monografia%20CMG%20%28FN%29%20VELLOSO%20%20C-PEM%202014%20-%20EGN.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

XINHUANET. **China-built Nigerian Navy ship NNS Unity arrives to Lagos**. English News. 2016. Disponível em: <<https://www.navaltoday.com/2016/11/07/china-built-nigerian-navy-ship-nns-unity-arrives-to-lagos/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

WADOVSKI, Rodolfo. **Vulnerabilidades das empresas: melhor conhecê-las** — Análise do Centro de Gravidade. Medium.com. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/businessdrops/vulnerabilidades-das-empresas-melhor->

[conhec%3%AA-las-an%3%A1lise-do-centro-de-gravidade-852870f867bf>](#). Acesso em: 11 jul. 2022.

WANG, J. **What Drives China's Growing Role in Africa?** International Monetary Fund (Working Paper). Washington, D.C., p. 30. 2007. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2007/wp07211.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 22.

WEDIN, Lars. **Estratégia marítima no século XXI** – A contribuição do Almirante Castex. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016.

WENQIAN, Gao. **Zhou Elain: o último revolucionário perfeito**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.

ANEXO A ILUSTRAÇÕES

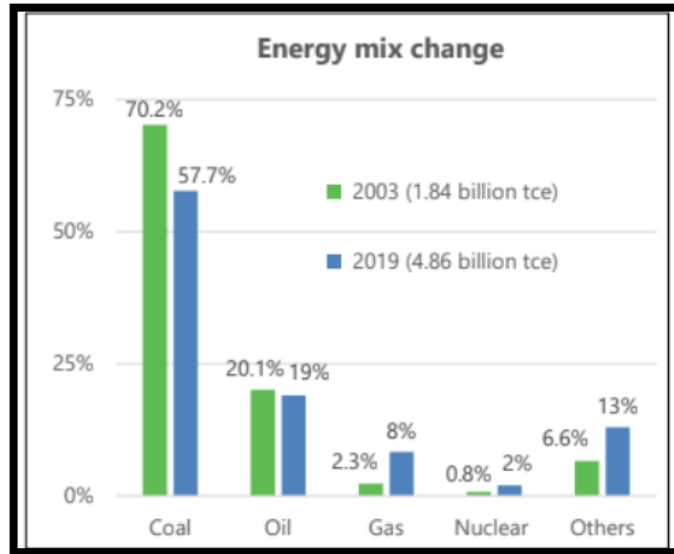


FIGURA 2 - Matriz energética da China 2019
Fonte: CHIAPPINI, 2020.

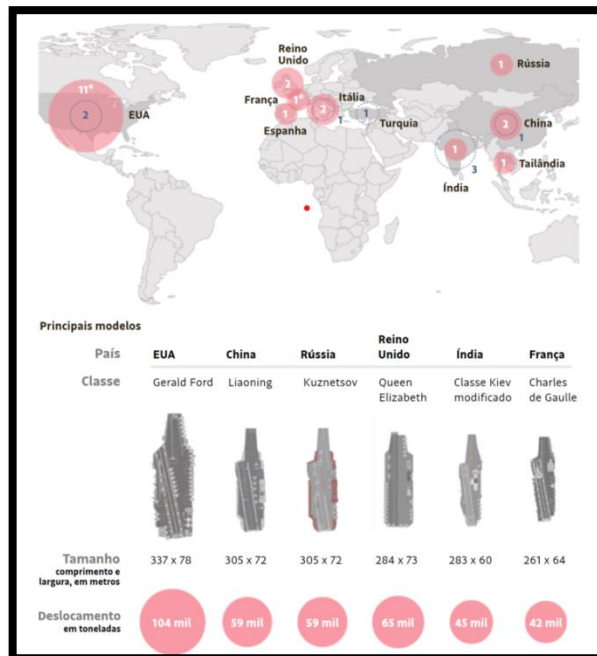


FIGURA 3 - Porta-aviões das principais Marinhas
Fonte: GIELOW, Igor. **China prepara lançamento de terceiro porta-aviões de olho nos EUA.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/china-prepara-lancamento-de-terceiro-porta-avioes-de-olho-nos-eua.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2022.



FIGURA 4 - Mapa dos componentes marítimos e terrestres da BRI original

Fonte: **One Belt, One Road: An Economic Roadmap.** The Economist Corporate Network, 2016. Disponível em: < https://www.iberchina.org/files/2016/obor_economist.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

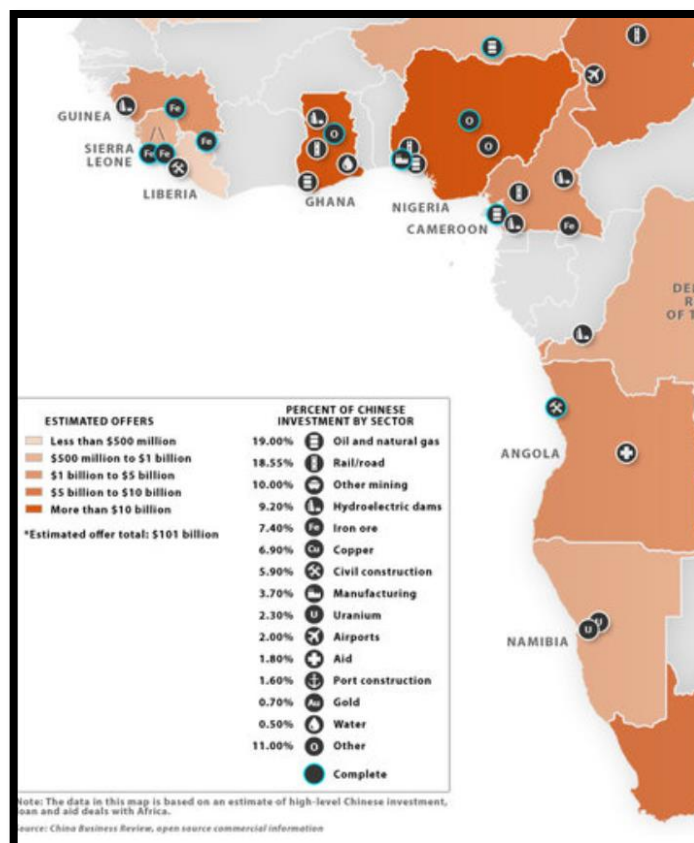


FIGURA 5 - Investimentos na Costa Oeste africana desde 2010

Fonte: *Business insider.*



FIGURA 6 - Mapa 1. Mapa da Nigéria
 Fonte: De Oliveira, 2012.



FIGURA 7 - Concepção do Porto de Leikki
 Fonte: Johnston, 2022.

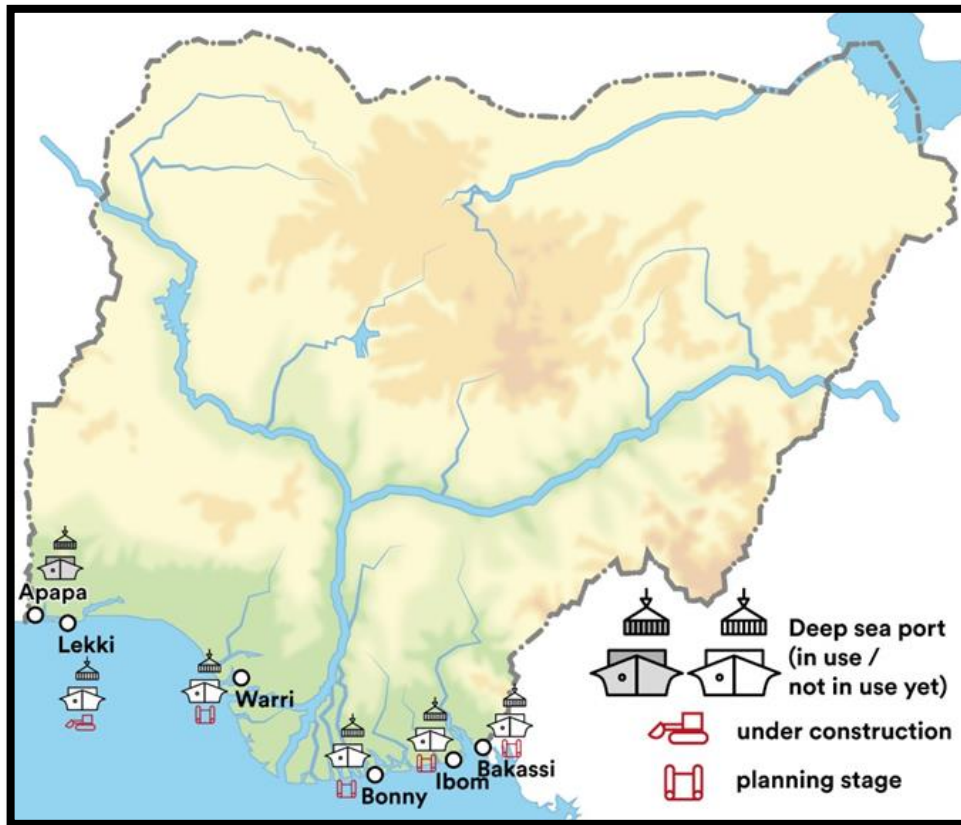


Figura 8 - Principais Portos da Nigéria
 Fonte: Johnston, 2022.



FIGURA 9 - Mapa dos países do Golfo da Guiné
 Fonte: Brasil, 2022, p.5.

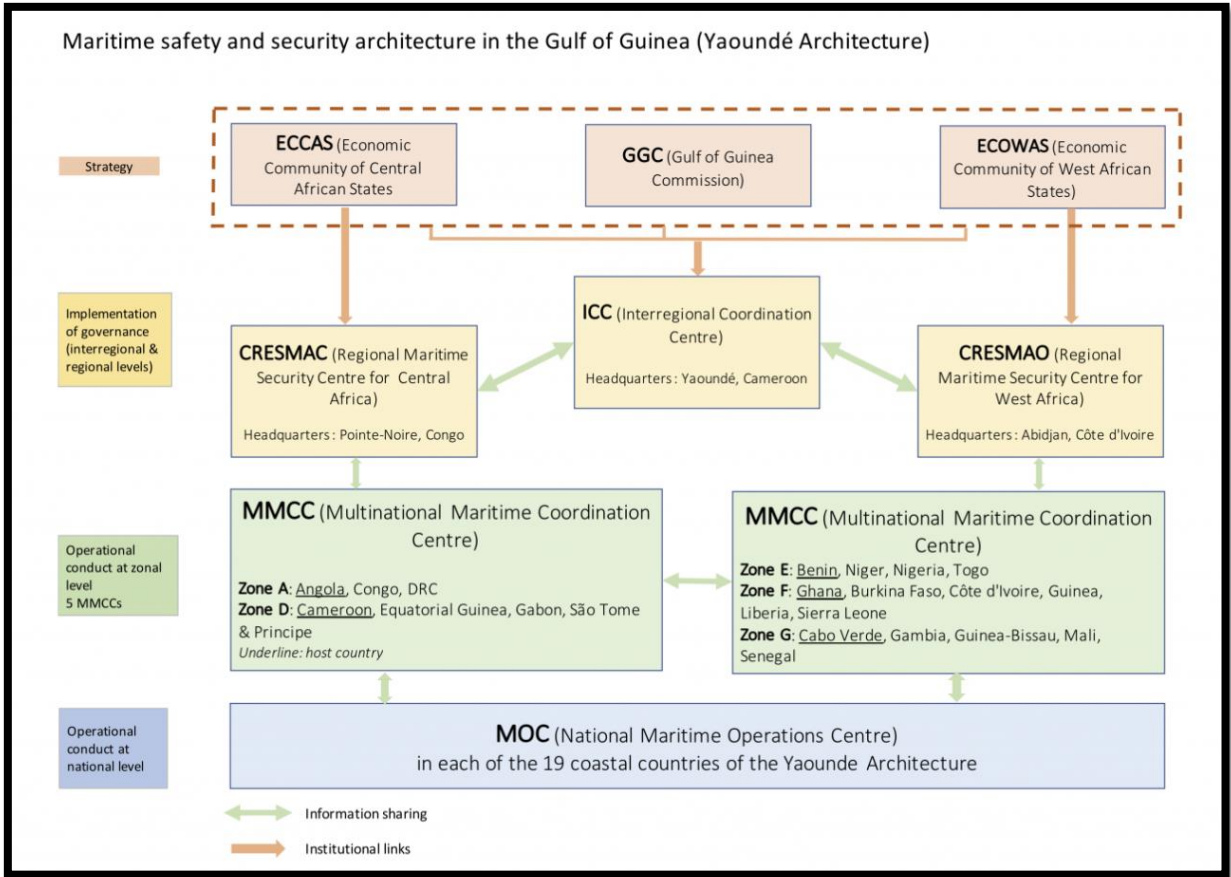


FIGURA 10 - Arquitetura marítima regional do Golfo da Guiné

Fonte: ARQUITETURA de Yaoundé. Centro de Coordenação Interregional [on-line]. 2022. Disponível em: <https://icc-gog.org/?page_id=1704&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

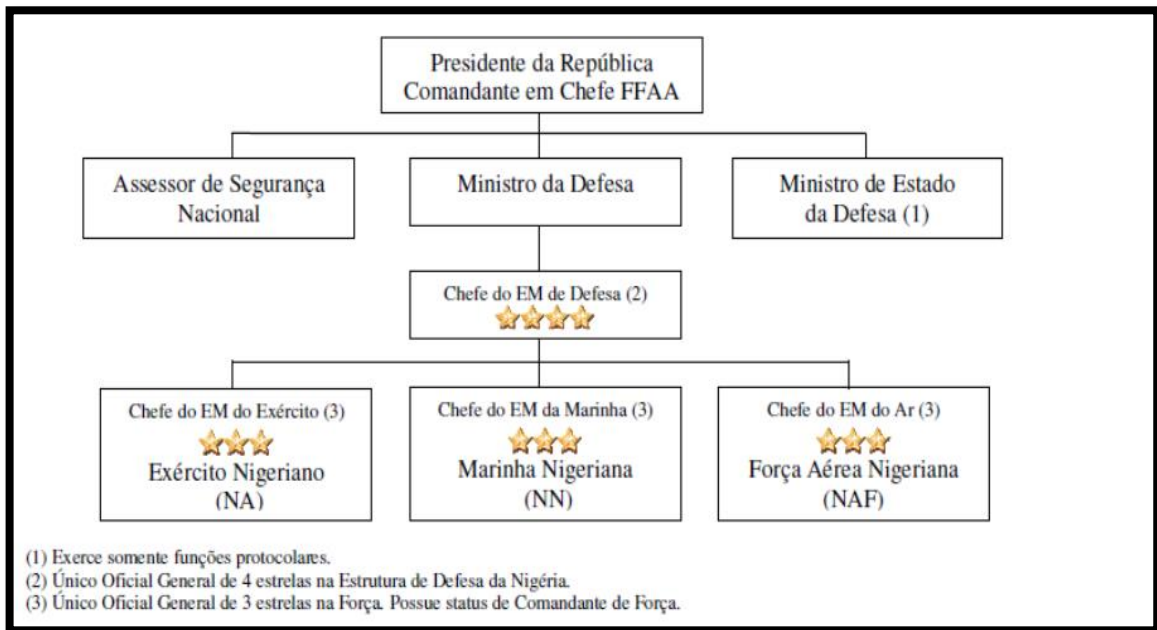


FIGURA 11 - Organograma das Forças Armadas Nigerianas

Fonte: Dos Santos, 2022.

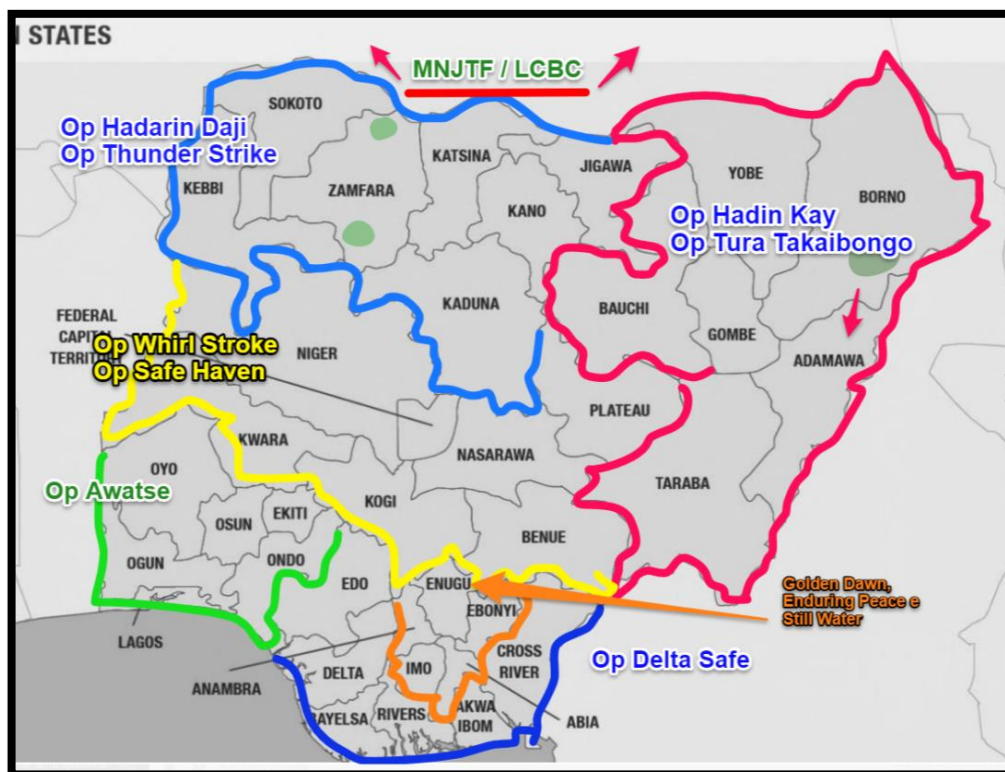


FIGURA 12 - Operações Militares em Curso na Nigéria
Fonte: Romualdo, 2022.



FIGURA 13 - Porto de Lekki
Fonte: Dos Santos, 2022.



FIGURA 14 – Carros de combate de batalha VT-4
Fonte: Romualdo, 2022.



FIGURA 15– Obuses autopropulsados SH-5 e outros equipamentos
Fonte: Romualdo, 2022.



FIGURA 16 – Veículo de Transporte de Pessoal recebido da China
Fonte: Romualdo, 2022.



Figura 17 - Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)
 Fonte: PEM-2040 (BRASIL, 2020b, p. 18).

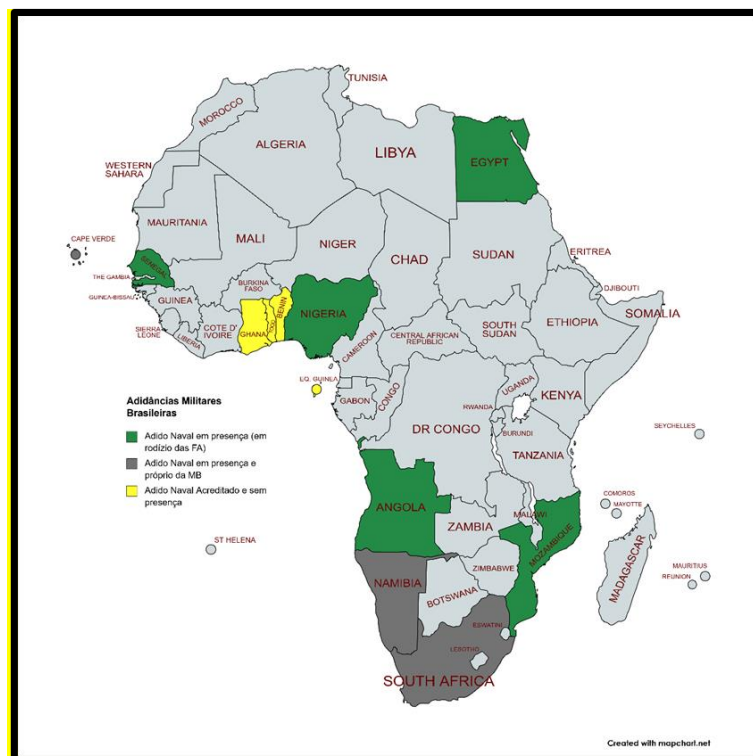


Figura 18 - Adidâncias Navais brasileiras na África
 Fonte: Homem, 2021.

ANEXO B
GRÁFICOS

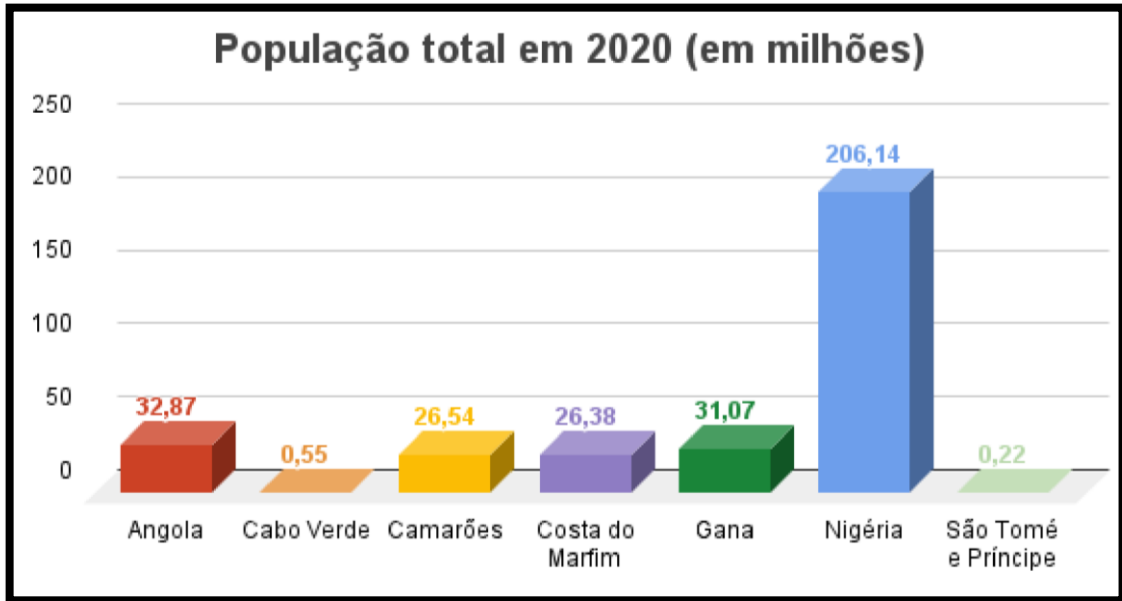


GRÁFICO 1 - Comparação da população dos países do Golfo da Guiné
Fonte: Brasil, 2022, p.6.

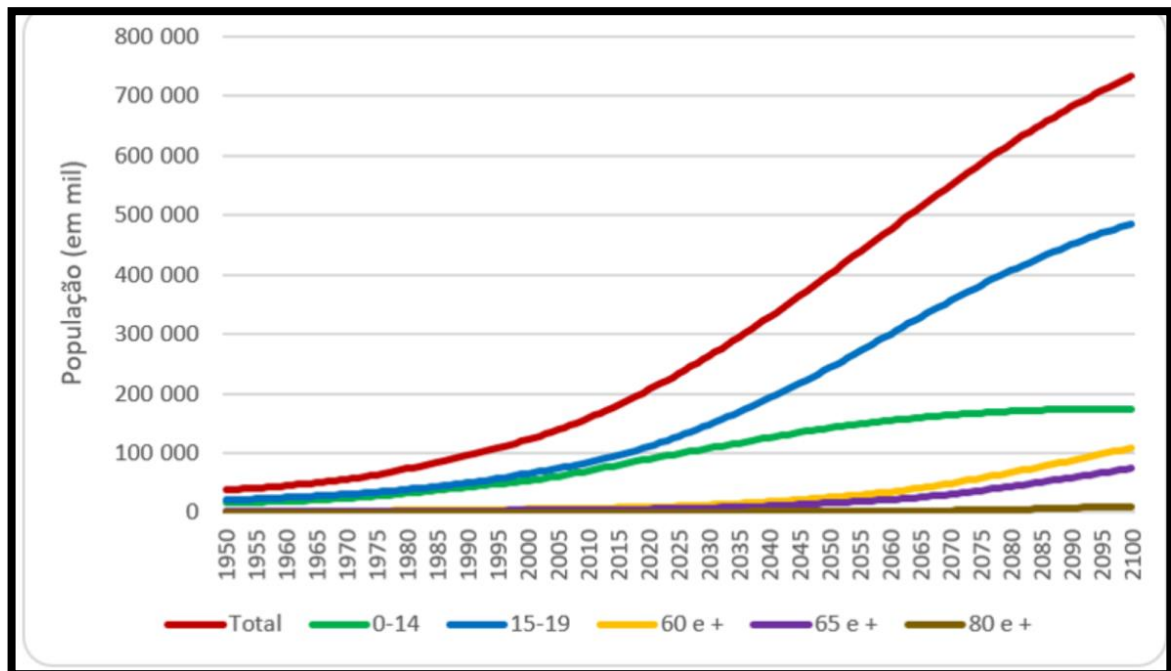


GRÁFICO 2 - População total e por grupo etário, Nigéria: 1950 - 2100
Fonte: José Alves, 2018.

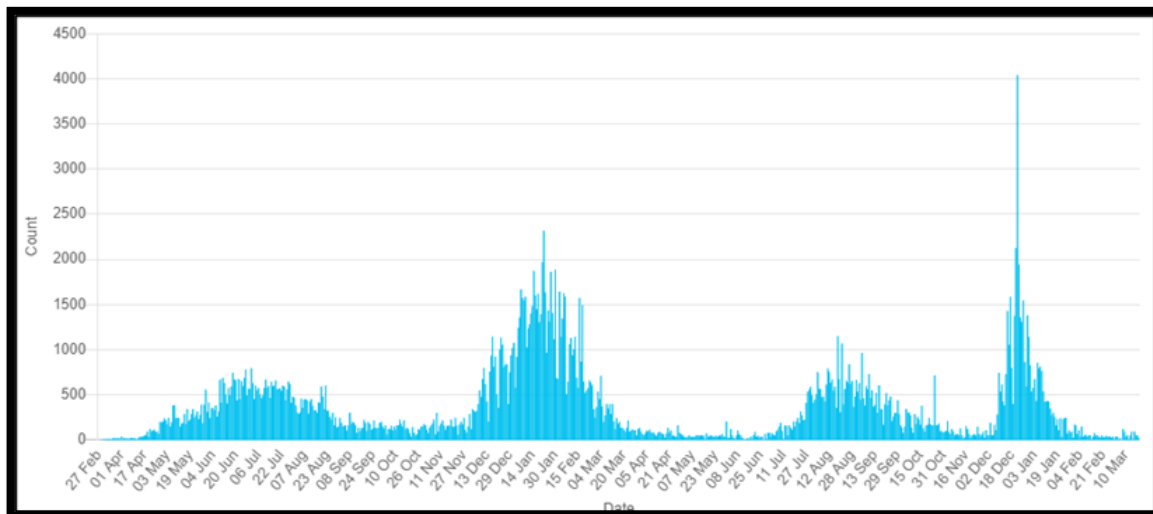


GRÁFICO 3 - Casos da pandemia do Coronavírus na Nigéria
 Fonte: Romualdo, 2022.

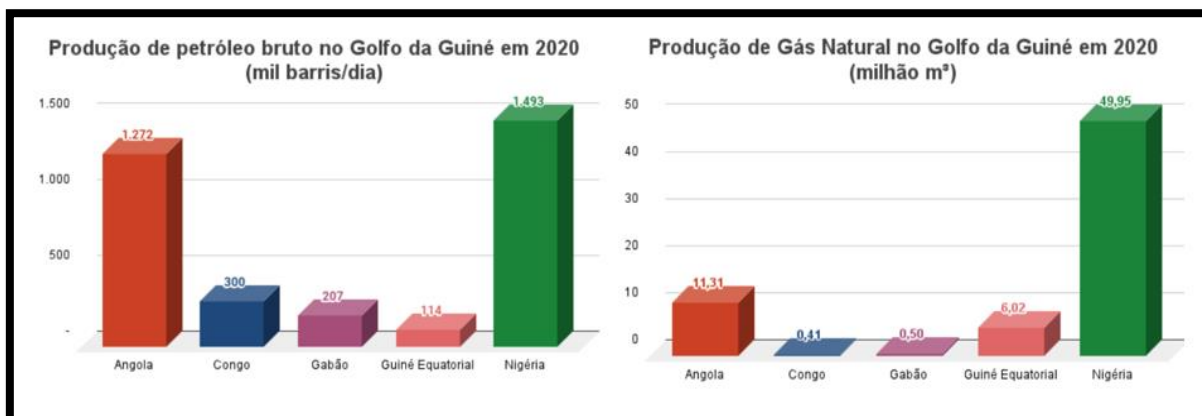


GRÁFICO 4 - Produção de petróleo e gás da Nigéria
 Fonte: Brasil, 2022, p. 11.

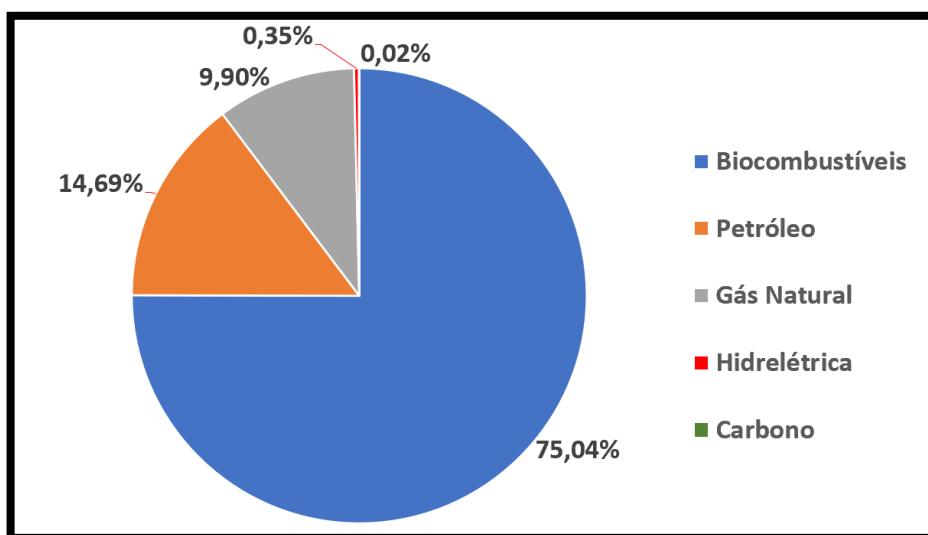


GRÁFICO 5 – Matriz energética da Nigéria
 Fonte: Boniface, 2021.

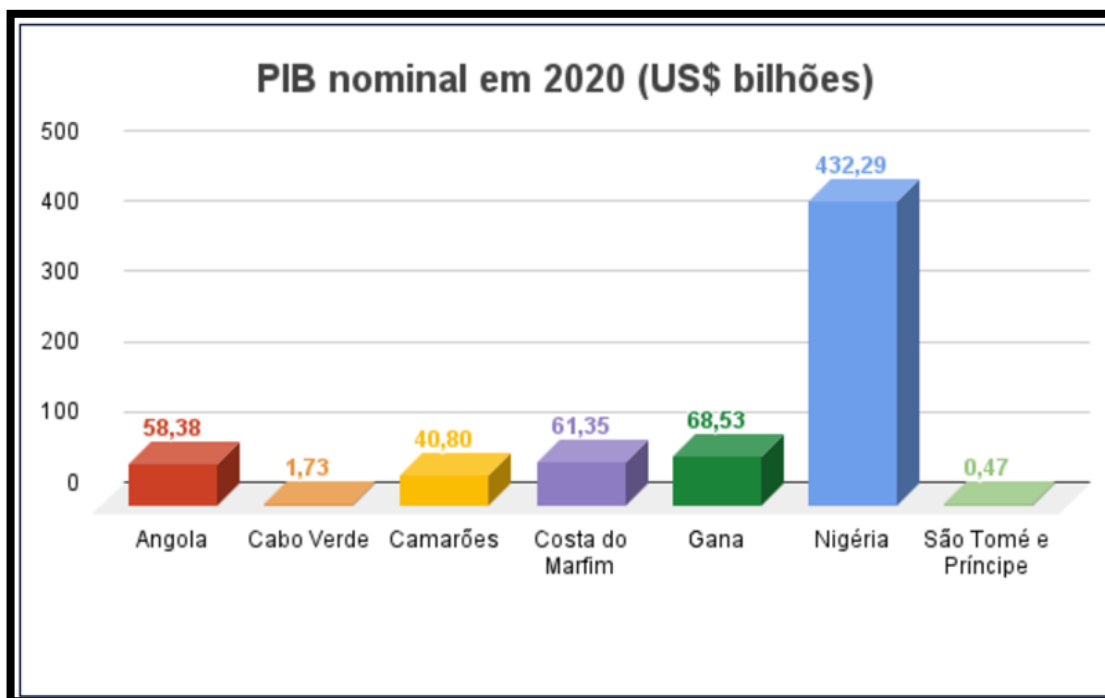


GRÁFICO 6 - Produto Interno Bruto dos países do Golfo da Guiné referente ao ano de 2020
Fonte: Brasil, 2022.

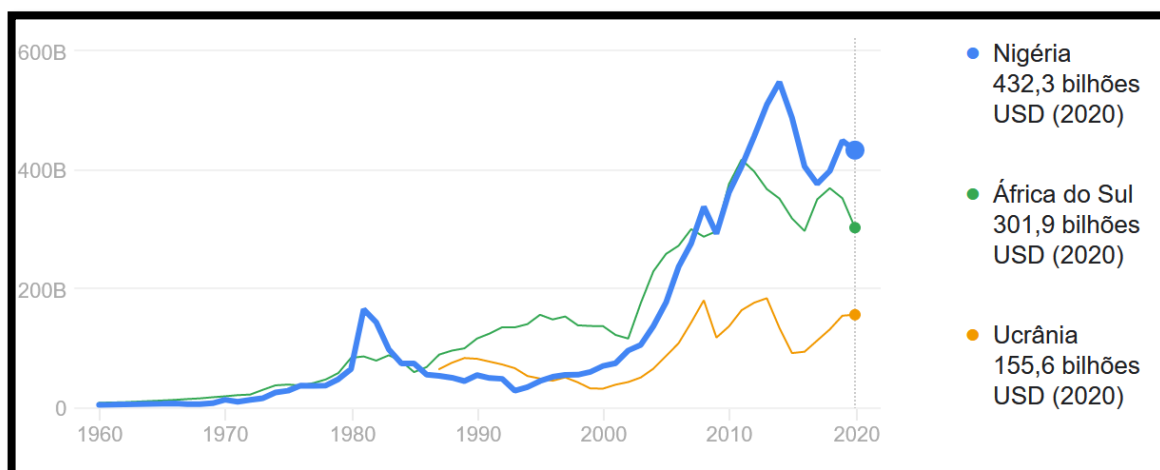


GRÁFICO 7 - Evolução do Produto Interno Bruto da Nigéria em comparação à África do Sul e Ucrânia.
Fonte: THE WORLD bank. Disponível: <<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em: 27 jul. 2022.



GRÁFICO 8 - Orçamento de Defesa dos países do Golfo da Guiné
 Fonte: Brasil, 2022.



GRÁFICO 9 - Militares na ativa por país no Golfo da Guiné
 Fonte: Brasil, 2022.

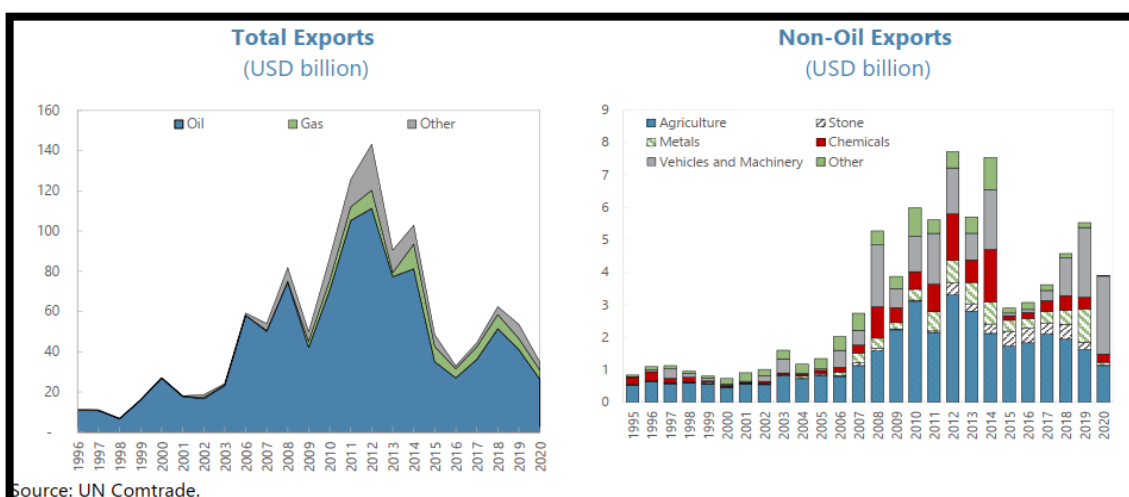


GRÁFICO 10 - Produtos exportados (derivados de petróleo e não derivados)
 Fonte: Romualdo, 2022.

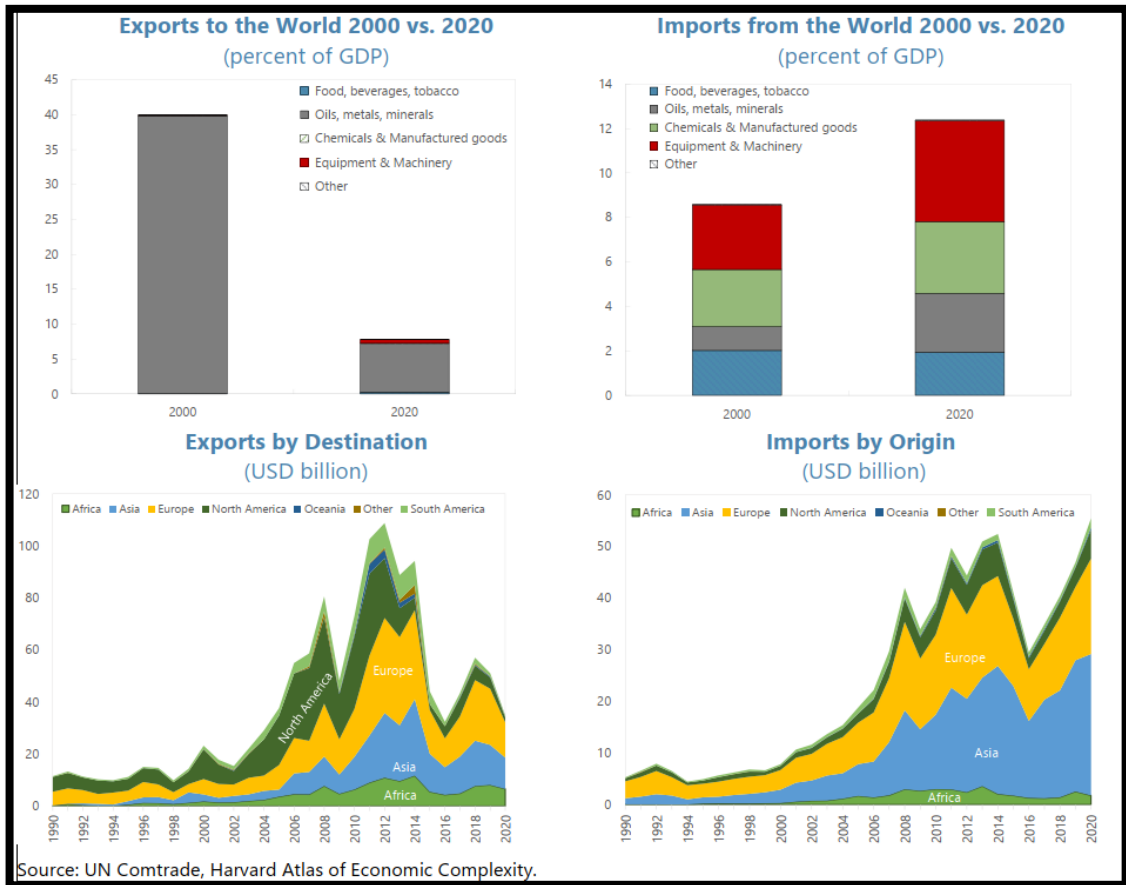


GRÁFICO 11 – Composição do comércio e parceiros
 Fonte: Romualdo, 2022.

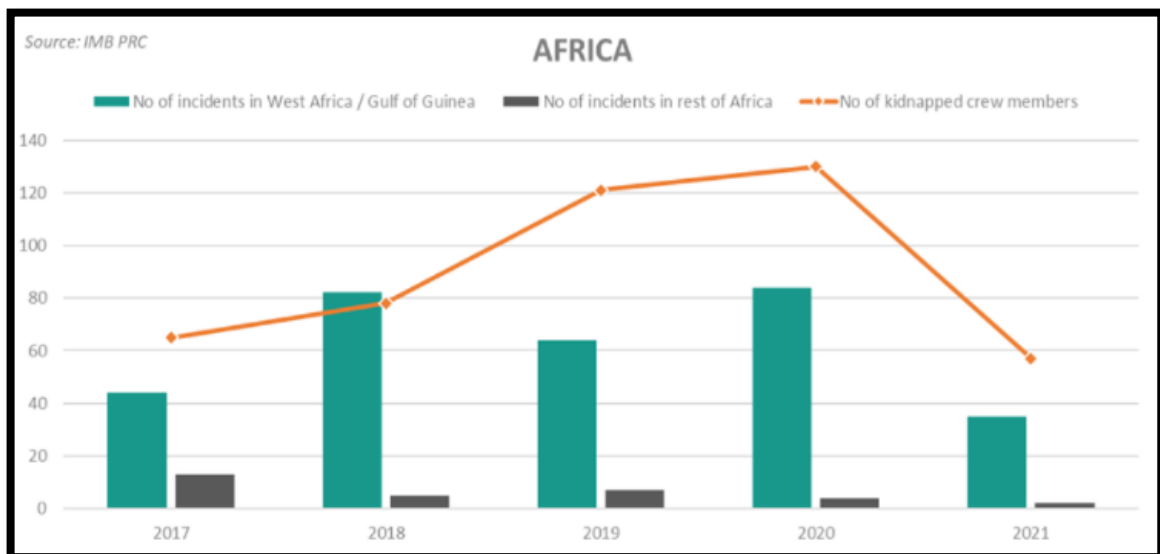



GRÁFICO 12 - Número de incidentes no Golfo da Guiné e no resto do mundo
 Fonte: Romualdo, 2022.

ANEXO C

TABELAS

TABELA 1 - Apresentação geral da Nigéria

PAÍS	DADOS						
	Nome oficial	Capital	Região africana	Área aprox. (10³ km²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República Federal da Nigéria	Abuja	África Ocidental	924	Inglês	Inglesa	1960
Nigéria	Moeda	PIB 2021 (10⁶ USD)	PIB 2021 per capita	População 2021 (10⁶ hab)	População Est. 2030 (10⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km²)	IDH (Índ/Pos-189)
	Naira	440.777	2.073	206/7	269	226,34	0.539/161
	Expectativa de vida ao nascer	Taxa alfabetizados	Consumo calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)
	54,7	62,01%	2.530	República Presid.	45.5/34	50 - Muçumanos 48 - Cristãos	35

Fonte: Homem, 2021.

TABELA 2 - Exportações brasileiras para a Nigéria, Angola e África do Sul

Em dólares estadunidenses	2022 (até julho)	2021	2020
Nigéria	516.036.807	929.679.645	586.017.154
Angola	341.707.358	407.978.405	350.318.260
África do Sul	1.092.668.661	1.186.757.417	989.028.874

Fonte: **Exportação e Importação Geral.** COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Notas: (1) O sítio eletrônico brasileiro COMEX STAT é um portal do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços usado para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil, permitindo consultas detalhadas das exportações e importações, com diversas variáveis da base federal de dados estatísticos.

(2) Dados em dólares estadunidenses *Free on Board*, ou seja, livres de todos os encargos e taxas de transporte.

TABELA 3 - Importações brasileiras da Nigéria, Angola e África do Sul

Em dólares estadunidenses	2022 (até julho)	2021	2020
Nigéria	1.034.699.626	1.014.267.413	426.515.385
Angola	187.485.811	169.473.452	185.149.982
África do Sul	533.435.041	1.003.072.173	612.238.450



Fonte: **Exportação e Importação Geral.** COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Notas: (1) O sítio eletrônico brasileiro COMEX STAT é um portal do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços usado para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil, permitindo consultas detalhadas das exportações e importações, com diversas variáveis da base federal de dados estatísticos.

(2) Dados em dólares estadunidenses *Free on Board*, ou seja, livres de todos os encargos e taxas de transporte.


ANEXO D

GALERIA DE PRESIDENTES DA NIGÉRIA


Nº	Retrato	Nome	Mandato	Partido	Eleição
Primeira República (1960–1966)					
1		Nnamdi Azikiwe (1904-1996)	1º/10/1960 16/01/1966 <i>(Deposto)</i>	NCNC	—
1º Regime Militar (1966–1979)					
2		Johnson Aguiyi-Ironsi (1924-1966)	16/01/1966 29/07/1966 <i>(Assassinado)</i>	<i>Militar</i>	—
3		Yakubu Gowon (n.1934)	29/07/1966 29/07/1975 <i>(Deposto)</i>		


4		Murtala Mohammed (1938-1976)	29/07/1975	13/02/1976		
5		Olusegun Obasanjo (n.1937)	13/02/1976	1°/10/1979		

Segunda República (1979–1983)



6		Shehu Shagari (1925-2018)	1°/10/1979	30/09/1983		1979
			1°/10/1983	31/12/1983 (Deposto)	NPN	1983

2º Regime Militar (1983–1993)


7		Muhammadu Buhari (n.1942)	31/12/1983	27/08/1985 (Deposto)	Militar	—
---	---	---------------------------------	------------	-------------------------	---------	---


<p>8</p> 	<p>Ibrahim Babangida (n.1941)</p>	<p>27/08/1985 26/08/1993 (Renunciou)</p>		
--	---------------------------------------	---	--	--

Terceira República (1993)





<p>—</p> 	<p>Moshood Abiola (1937-1998)</p>	<p>Impedido de tomar posse diante do não reconhecimento de sua vitória eleitoral pelo governo militar de Ibrahim Babangida</p>	<p>SPD</p>	<p>1993</p>
<p>9</p> 	<p>Ernest Shonekan (1936-2022)</p>	<p>26/08/1993 17/11/1993 (Deposto)</p>	<p><i>Independente</i></p>	<p>—</p>

3º Regime Militar (1993–1999)

<p>10</p> 	<p>Sani Abacha (1943-1998)</p>	<p>17/11/1993 08/06/1998 (Morreu no cargo)</p>	<p><i>Militar</i></p>	<p>—</p>
---	------------------------------------	---	-----------------------	----------

11		Abdulsalami Abubakar (n.1942)	8/06/1998	28/05/1999		
----	---	-------------------------------------	-----------	------------	--	--

Quarta República (1999–presente)

12		Olusegun Obasanjo (n.1937)	29/05/1999	28/05/2003		1999
			29/05/2003	28/05/2007		2003
13		Umaru Yar'Adua (1951-2010)	29/05/2007	05/05/2010 <i>(Morreu no cargo)</i>	PDP	2007
14		Goodluck Jonathan (n.1957)	05/05/2010	28/05/2015		2011
15		Muhammadu Buhari (n.1942)	29/05/2015	28/05/2019	APC	2015
			29/05/2019	<i>Presente</i>		2019

Fonte: PRESIDENTE da Nigéria. Wikipédia [on-line]. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente da Nig%C3%A9ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_da_Nig%C3%A9ria)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

APÊNDICE A
ILUSTRAÇÕES

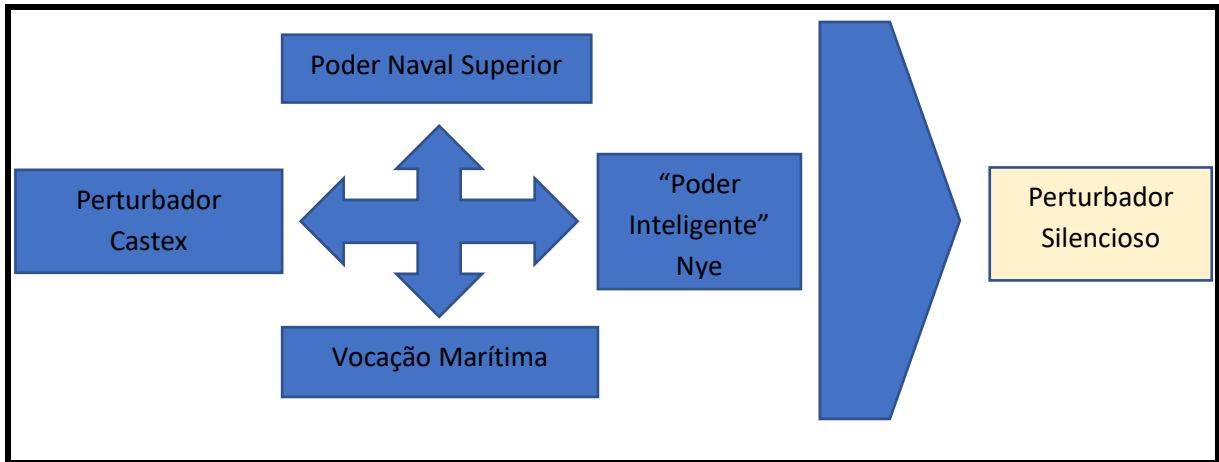


FIGURA 1 - Perturbador Silencioso
Fonte: Elaboração própria, 2022.

APÊNDICE B

QUADRO

QUADRO 1 - Aquisição de meios e instalações da Marinha nigeriana 2021/2022

-
- Lançamento de quatro canhoneiras semibalísticas construídas localmente;
 - Compra de dois novos *High Endurance Offshore Patrol Vessels* com uma empresa israelense;
 - Aquisição de um Navio Desembarque de Carros de Combate, construído nos estaleiros dos Emirados Árabes Unidos, para substituir dois antigos que foram desativados entre 2012 e 2014;
 - Aprovações presidenciais para construção: nova Base Naval em Oguta, nova Base Operacional Avançada em Lekki, nova Escola de Logística da Marinha em Kano, reativação da Base Naval Lago Chade (NBLC), em Baga; e
 - Aquisição da China de 02 Navios de Patrulha Oceânica, NSS Unity e NSS Centenary.
-

Fonte: Elaboração própria⁴³, 2022.

⁴³ Quadro adaptado com base em *MILITARY and Security forces*. The World Factbook [on-line]. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/nigeria/#military-and-security>>. Acesso em: 02 ago. 2022; e OLORUNNIWA, Samuel. **The Nigerian Navy: 2021 in Review**. The Guardian Conscience, Nutured by Truth [on-line], feb. 2022. Disponível em: <<https://guardian.ng/news/the-nigerian-navy-2021-in-review/>>. Acesso em: 02 ago.2022.

APÊNDICE C

ENTREVISTAS

1. Finalidade

O objetivo deste apêndice é apresentar as entrevistas completas realizadas para este trabalho. Os entrevistados são especialistas que possuem relevante conhecimento sobre o tema devido às funções exercidas e à experiência profissional, o que permite ampliar os conhecimentos obtidos pela pesquisa bibliográfica.

2. Composição

O presente apêndice é composto por 4 entrevistas individuais. O primeiro entrevistado foi o Coronel do EB Almyr Costa dos Santos que exerce a função de Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Nigéria e em Gana. A entrevista do Adido busca acrescentar à pesquisa informações atualizadas sobre as relações da China e do Brasil com a Nigéria, preenchendo lacunas observadas durante a pesquisa bibliográfica.

A segunda entrevista foi realizada com o Capitão de Mar e Guerra Sandro Baptista Monteiro que exerce a função de Encarregado da Divisão de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada. A entrevista com o Comandante proporcionou acrescentar à Tese aspectos relacionados à relação da MB com a Nigéria, e a visão da Instituição sobre o tema.

A terceira entrevista foi realizada com o Capitão de Fragata Fuzileiro Naval José Luis Melo Espiúca, encarregado da Divisão de Assuntos Internacionais do Departamento de Doutrina do Comando-Geral do CFN. O intuito da entrevista buscou complementar lacuna da pesquisa bibliográfica referente à relação da MN com o CFN, bem como aspectos atuais sobre o contexto econômico e militar que afetam o EEB.

Por último, foi entrevistado o Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval da reserva remunerada Manoel Luiz Ferreira Romualdo, responsável pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Marinha do Brasil. A entrevista acrescenta ao trabalho alguns aspectos importantes sobre a Nigéria e o Golfo da Guiné de interesse da MB que não constam nas pesquisas bibliográficas.

1) ENTREVISTA DO ADIDO DE DEFESA NA NIGÉRIA E GANA

Entrevistado: Almyr Costa dos Santos – Cel EB

Função: Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Nigéria e em Gana

Data: 18 de junho de 2022

1. Como está estruturada as Forças Armadas da Nigéria?

Estrutura de Defesa – Organização

O Presidente da República é o Comandante em Chefe das FA e exerce o comando e controle por intermédio do Ministro da Defesa e do Chefe do Estado Maior de Defesa (CDS). Pode existir, ainda, o Ministro de Estado para a Defesa, cargo criado para cumprir a obrigação constitucional de prover um ministro para cada Estado da Federação e que possui funções puramente protocolares.

O Quartel General de Defesa atua como centro de coordenação das necessidades comuns das três forças singulares, como cursos no exterior, aquisição de Material de Emprego Militar e instituições compartilhadas como a Escola de Defesa Nacional, a Escola de Comando e Estado-Maior das FA, a Academia Nacional de Defesa etc.

O CDS, que é o único oficial general de quatro estrelas das FA nigerianas, é assessorado por seis oficiais generais de duas estrelas, designados Chefe de Treinamento, Planejamento e Operações; Logística; Administração; Comunicações; Inteligência de Defesa; e Pesquisa e Desenvolvimento.

Os Chefes de Estado-Maior das três Forças são os únicos oficiais generais de três estrelas das mesmas e equivalem aos comandantes de Força Singular no Brasil, tendo acesso direto ao Ministro da Defesa e ao Presidente por meio do Chefe do Estado-Maior de Defesa.

O Ministério da Defesa conta com servidores civis que se encarregam da parte administrativa, de acordo com o seguinte:

- Secretário Permanente (supervisiona toda a administração);
- Diretor do Departamento de Forças Conjuntas; e
- Um diretor para cada uma das forças.

A organização do Estado-Maior de Defesa nigeriano (*Defence Head quarters Departments*) é a seguinte:

a. O Estado-Maior de Defesa (EMD), *Defence Head Quarter* (DHQ), foi criado em 1979, quando a Constituição nigeriana investiu o Presidente da República da autoridade para designar o Chefe do Estado-Maior de Defesa (Ch EMD), *Chief of Defence Staff* (CDS). Em consequência o EMD foi organizado para permitir ao Ch EMD desempenhar suas funções.

b. O EMD é responsável pelo desdobramento, manutenção e repatriamento/desmobilização de qualquer Força no exterior e no território nigeriano.

c. O Ch EMD é um Of Gen de 4 estrelas (Of Gen do quarto posto), de qualquer umas das 3 Forças Singulares (F Sing). É o principal conselheiro militar do governo e o exerce a comando das 3 F Sing, quanto aos aspectos profissionais.

d. Os Cmt F Sing, conforme estabelecido na Política de Defesa Nacional, exercem o comando específico de suas Forças, sendo que, o mesmo documento, determina que o EMD se concentre no processo decisório militar.

e. O EMD coordena as atividades das 3 F Sing e possui um Gabinete (*Office of the CDS*) e 8 Seções (Departamentos/Agências), a saber: Política e Planejamento (*Policy and Plans*), Instrução e Operações (*Training and Operations*), Administração (*Administration*), Logística (*Logistics*), Comunicações (*Communications*), Pesquisa e Desenvolvimento (*Research and Development*), Agência de Inteligência de Defesa (*Defence Intelligence Agency – DIA*) e a Agência Espacial de Defesa (*Defence Space Agency*).

f. Organização do EMD:

1) Gabinete (*Office of the CDS*)

O Gabinete Ch EMD é responsável geral por formular e executar as políticas e programas nos níveis da segurança nacional e operacional das FA. O Ch EMD é assistido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (*Chief of Army Staff – COAS*), pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha (*Chief of the Naval Staff – CNS*) e pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (*Chief of Air Staff – CAS*) (cargos equivalentes, no Brasil, a Cmt Ex, Cmt Mar e Cmt F Ae, respectivamente).

- **Política e Planejamento (*Department of Policy and Plans*)**

Responsável por formular e coordenar as políticas a serem desenvolvidas e implementadas pelo EMD. É considerado o principal Departamento do EMD por ser responsável também pela coordenação de todos os outros Departamentos.

- **Instrução e Operações (*Department of Training and Operations*)**

Responsável pelas atividades de preparação, planejamento e condução das operações conjuntas, pelo processo contínuo de avaliação das mesmas e pela avaliação das possíveis ameaças à defesa nacional.

- **Administração (*Department of Administration*)**

É responsável pelos assuntos administrativos e de pessoal internos do EMD. Suas atribuições incluem, além da administração interna do EMD: bem-estar, disciplina e recursos humanos.

- **Logística (*Department of Logistics*)**

Responsável pela formulação de políticas e pelo planejamento logístico para as operações conjuntas. É também encarregado de prover o apoio logístico ao EMD, os orçamentos e assuntos relativos às licitações e aos contratos.

- **Comunicações (*Department of Defence Communications*)**

Responsável em assegurar a manutenção e operação de um sistema de comunicações e de Tecnologia da Informação (TI) eficiente, seguro, confiável, em tempo de paz ou de guerra.

- **Pesquisa e Desenvolvimento (*Department of Research and Development*)**

Responsável por coordenar e conduzir as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia militar, ou de interesse militar, focando no incremento do uso das fontes locais para apoio das operações militares.

- **Agência de Inteligência de Defesa (*Defence Intelligence Agency – DIA*)**

A Agência deve prover inteligência ao Governo, ao Ministro da Defesa e ao Ch EMD. No nível estratégico, é focada na obtenção de inteligência necessária ao desenvolvimento de campanhas e operações militares nos campos interno e externo.

- **Agência Espacial de Defesa (*Department of Defence Space Agency*).**

Em Conjunto com a Agência Aeroespacial Nacional, é responsável pelo desenvolvimento e aplicação da ciência e da tecnologia espacial na segurança e no bem-estar socioeconômico nigerianos.

Concepção estratégica e missão

A postura estratégica da Nigéria é concebida para garantir a segurança nacional e o progresso, pela dissuasão de ameaças e agressões externas. Enquanto a preocupação primária é evitar a guerra por intermédio da diplomacia e da dissuasão, assegurar-se-à que as FA possuam a capacidade de defender o território e o povo nigeriano. Em vista disso, o

segmento militar será orientado por opções estratégicas selecionadas, que incluem prevenção, proteção, dissuasão, rápida mobilização, projeção de poder e cooperação com aliados.

A missão das FA da Nigéria é defender os interesses territoriais, os recursos vitais e os valores nigerianos.

Em razão dos novos problemas de segurança interna, como os conflitos étnico-religiosos e o terrorismo islâmico, as FA estão buscando adaptar-se aos novos desafios adotando uma concepção mais moderna.

Estruturas militares de paz e de guerra:

Organograma da Estrutura de Defesa da Nigéria em tempo de paz (FIG.11):

As FA da Nigéria não possuem Grandes Comandos Administrativos. Os Grandes Comandos Operacionais não são conjuntos e integram a organização das Forças Singulares. São Comandados por Oficiais Gerais de 2 estrelas.

O Exército Nigeriano está organizado em 08 Grandes Comandos Operacionais (08 Divisões de Exército) e 01 Brigada de Guardas independente.

A Força Aérea Nigeriana possui 04 Grandes Comandos Operacionais (Comando Aéreo Tático, Comando de Mobilidade Aérea, Comando de Treinamento e Comando Logístico).

A MN possui 05 Grandes Comandos Operacionais (Comando Naval Ocidental, Comando Naval Oriental, Comando Naval Central, Comando Naval de Treinamento e Comando Logístico).

O Estado Maior de Defesa é estruturado em Chefias/Departamentos (conforme descrito acima) no nível de Oficial General de 2 estrelas. As Chefias são mobiliadas com militares das 3 Forças Singulares.

Na Estrutura de Defesa da Nigéria não há núcleos de Estado Maior Combinado ou de Comando Operacional Combinado. Não há Comando Conjunto ativado para planejamento político estratégico e/ou estratégico operacional.

O EMD da Nigéria é responsável por elaborar as diretrizes de preparo, adestramento e emprego para as Forças Singulares.

A atual situação da segurança interna na Nigéria determinou a ativação, em caráter excepcional, de Grandes Comandos Operacionais Conjuntos, denominados Forças Tarefas Conjuntas (*Joint Task Force - JTF*), ou, às vezes, de "Operação". As JTF foram

organizadas com elementos dos diversos Grandes Comandos Operacionais existentes nas Forças Singulares e com elementos dos Órgãos de Segurança Pública da Nigéria.

As JTF são, no escalão, Divisão e comandadas por Oficiais Gerais de 2 estrelas. As suas Forças Componentes são comandadas, normalmente, por Oficiais Gerais de 1 estrela. Cada JTF estabeleceu uma Área de Operações em função da missão recebida do EMD.

2. Como está estruturada a MN?

A MN tem como missão constitucional defender o país de agressões externas; manter a integridade territorial e a segurança das fronteiras; atuar contra insurreições e atuar em proveito das autoridades civis, quando convocada pelo Presidente da República, mas sujeito às condições prescritas em ato da Assembleia Nacional. Além dessas missões, a MN tem forte comprometimento com a proteção e o funcionamento do setor petrolífero *offshore*.

A visão de futuro da MN, segundo o seu Comandante, Contra-Almirante Awwal Zubairu Gambo, consiste em aprimorar as áreas de tecnologia, treinamento, trabalho em equipe, sinergia, dentre outras para reenergizar a MN e fortalecê-la como uma Força Naval bem-motivada e pronta para cumprir a sua missão constitucional.

A estrutura de comando da MN consiste no Quartel General baseado em Abuja, dois comandos operacionais em Lagos e Calabar, dois comandos de treinamento sediados em Port Harcourt e Lagos, quatro bases operacionais e dois estaleiros.

No Quartel General, o Chefe do Estado Maior da Marinha, único Almirante de três estrelas da Força, é assistido por sete Assessorias e uma Secretaria chefiadas por Almirantes de duas estrelas, a saber: Política e Planejamento, Treinamento Naval e Operações, Administração, Orçamento e Finanças, Logística, Engenharia Naval, Avaliação e Padrões e a Secretaria da Marinha.

Existem cinco Comandos subordinados na estrutura da MN, todos comandados por Almirantes de 2 estrelas. Três Comandos Navais (Leste, Central e Oeste), um Comando de Treinamento Naval e um Comando Logístico. Os navios desdobrados em cada Comando Naval estão subordinados operacionalmente a um Comandante de Frota, de posto Comodoro (Almirante de uma estrela).

O Comando Naval do Oeste é o mais importante deles, tem sua área de jurisdição na ZEE do país compreendida entre a fronteira com o Benin até os 6° de longitude E, bem como as águas interiores no mesmo setor. Sua sede fica em Lagos.

O Comando Naval de Este abrange a área de jurisdição na ZEE compreendida entre o ponto de longitude 6° E e a fronteira com Camarões, bem como as águas interiores no mesmo setor. Seu QG situa-se em Calabar.

O Comando Naval Central foi criado em 2012 e tem sua jurisdição nos Estados de Anambra, Bayelsa, Delta, Edo e Kogi. Sua sede está na Ilha de Brass, em Bayelsa.

O Comando de Treinamento Naval, sediado em Lagos, enquadra várias escolas e estabelecimentos de treinamento espalhados pelo país. O Comando é encarregado do preparo de oficiais e praças e inclui as divisões navais da Academia de Defesa e da Escola de Comando e Estado Maior das FA.

Há dois estabelecimentos de apoio técnico: Estaleiro Naval de Wilmot Point, Victoria Island, Lagos e o Arsenal Naval em Port Harcourt. O Estaleiro Naval, construído em colaboração com a M/S Blohm & Voss Germany, tem um dique seco que pode receber navios de até 300 DWT e possui instalações adequadas, apesar de a maioria delas estar indisponível. O Arsenal de Port Harcourt encarrega-se da manutenção e reparos dos navios pertencentes ao Comando Naval de Este. Uma oficina, em Calabar, é principalmente utilizada para reparos de barcos de patrulha costeira.

3. A Nigéria possui um Corpo de Fuzileiros Navais?

A MN não possui Fuzileiros Navais, mas tem tropas especiais com as mesmas características e missões de Fuzileiros Navais. Essa força de elite foi criada em 2006 e é conhecida como *Special Boat Service* (SBS). O SBS representa a resposta da Marinha nigeriana aos desafios de segurança contemporâneos do terrorismo, insurgência, tomada de reféns e pirataria.

4. O senhor percebe algum interesse da Alta Administração das FA da Nigéria em ter uma política de cooperação com as FA do Brasil?

A MN mantém laços de cooperação e amizade com todos os países parceiros que tenham interesse, por exemplo, em manter um alto nível de segurança no Golfo da Guiné. Com o Brasil, não é diferente. Há uma aproximação natural da Nigéria com o Brasil, por

conta da proximidade geográfica, dos laços históricos e culturais e da profunda relação diplomática entre os dois países.

Anualmente, a MN convida integrantes da MB para participar, juntamente com outras Marinhas do mundo, da *Internacional Maritime Security and the Regional Maritime Exercise* (IMCREMEX). Este ano, por exemplo, não foi possível participar do Exercício Regional, mas a MB enviou o Contra-Almirante CANTARIN, representando o Comandante da Marinha para o evento que foi sediado na cidade de Port Harcourt no estado de Rivers.

5. Existem pedidos das FA da Nigéria para participação de militares em cursos no Brasil?

Anualmente, o EB disponibiliza cursos para Oficiais e Sargentos nigerianos.

Os cursos mais recorrentes são:

Curso Internacional de Estudo estratégicos para oficiais superiores. Este curso é realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Geralmente, a Nigéria envia 02 (dois) oficiais por ano e o curso dura 04 (quatro) meses.

Curso Internacional de Operações na Selva. Este curso tem duração de 05 (cinco) semanas e é realizado no Centro de Instrução de Guerra na Selva (Manaus/AM). Normalmente, a Nigéria envia 01 (um) oficial e 01 (um) ou 02 (dois) sargentos.

Este ano, a MB ofereceu um curso de Operações de Paz exclusivo para militares do segmento feminino. Não há um número de vagas definido e este pedido ainda está sendo providenciado pelas FA Nigerianas.

6. Como o senhor visualiza o relacionamento da MB com a MN? Realizam algum tipo de parceria ou operações?

Além da IMCREMEX, como citado no item 5, a MN participou do Exercício GUINEX-I, com atracação da Fragata Independência em Lagos e a realização de exercícios de manobras táticas, abordagem não cooperativa e de socorro e salvamento com 5 navios da MN. Este ano, em julho, será realizada a Operação GUINEX II, com os mesmos objetivos.

7. O Brasil possui algum militar estudando em cursos de altos estudos militares na Nigéria?

Não, mas o EMA está estudando a possibilidade de enviar, a partir de 2023, um oficial superior para realizar o curso de altos estudos na NDC.

8. Como o senhor observa os interesses nigerianos no Brasil, mais especificamente nos campos da expressão do PN (econômico, militar, psicossocial e político/diplomático)?

Quanto à expressão militar do PN, o Brasil tem enorme interesse na Nigéria por considerar a região do AS, mais precisamente o GdG, como sendo parte do EEB. A MB, por exemplo, inseriu, no seu PEM 2040, o incremento da presença naval brasileira nessa região em missões operativas combinadas no GdG com outros países, na busca por melhorar mecanismos de vigilância e defesa de suas linhas de comunicação marítimas no AS.

No campo econômico, convém ressaltar que o Brasil está entre os principais parceiros comerciais da Nigéria. Em 2017, por exemplo, o Brasil comprou USD 829 milhões de Gás Natural Liquefeito (GNL) nigeriano e vendeu para o país africano USD 737 milhões em *commodities* de açúcar, tabaco e tiras de alumínio.

No mesmo período, o Brasil era o décimo sexto maior fornecedor de produtos para a Nigéria e seu nono maior comprador. Em 2021, foi iniciada a exportação de ureia nigeriana para o Brasil e ainda que a produção de petróleo continue sendo vital para o *superavit* nigeriano, o setor de fertilizantes deu um salto em sua produção, sendo capaz de suplantar a exportação do óleo combustível, em novembro de 2021. É esperado que, em 2022, a ureia passe a liderar as exportações vindas do país africano. A produção de fertilizantes da Dangote é capaz, por exemplo, de produzir um terço do total consumido no Brasil. E eles estão tentando concentrar toda sua exportação para o mercado brasileiro, o que vai beneficiar um maior fluxo marítimo.

Além das relações já existentes, o Governo Brasileiro, por intermédio da Embaixada do Brasil, em Abuja, vem promovendo eventos para aproximar as empresas da base industrial de defesa brasileira do Governo da Nigéria. Este ano, por exemplo, será realizada a terceira edição do *Aviation, Defence and Security Forum*, com a presença das seguintes companhias: Embraer, Avibrás, Condor, Atech, Akaer, IVECO e IGT Motors.

Brasil e Nigéria lançaram, em 2019, o *Green Imperative*. Trata-se do maior projeto agropecuário da África, com um financiamento inicial de US\$ 1,1 bilhão, divididos entre o BNDES e o *Deutsche Bank*. A estratégia permitirá, em um primeiro momento, a exportação de 10 mil tratores e cerca de 50 mil máquinas. O projeto envolve todos os elos da cadeia produtiva deste país e tem por objetivo maximizar produção, distribuição, armazenagem, vendas e uso de insumos por parte de produtores e agroindústrias.

No campo político, o Ministério das Relações está finalizando as discussões, para a celebração de um acordo de defesa entre os dois países que deve ser assinado ainda em 2022.

9. Na sua avaliação, como ocorre a presença chinesa na Nigéria?

Os investimentos chineses na Nigéria são substanciais. De acordo com um relatório de 2019 emitido pela embaixada chinesa, a Nigéria abriga 70 empresas de construção, 40 investimentos e 30 empresas comerciais chinesas. Somente em 2018 as empresas chinesas receberam 175 contratos de construção na Nigéria, no valor de USD 17 bilhões, alguns desses projetos empregaram diretamente um número significativo de jovens nigerianos. Assim, desde o estabelecimento dos laços diplomáticos em 1971 e da parceria estratégica em 2005, entre a China e a Nigéria, as relações entre os dois países têm mantido um sólido impulso de desenvolvimento.

A Nigéria se beneficiou de vários projetos da BRI. Os mais importantes incluem a linha ferroviária Abuja/Kaduna que liga a capital do país Abuja a Kaduna, um centro de comércio e centro de transporte no Noroeste da Nigéria, a linha ferroviária Lagos/Ibadan que liga Lagos, a capital econômica da Nigéria a Ibadan, a antiga capital administrativa do Sudoeste da Nigéria, e a ferrovia Lagos/Kano, que é um projeto ambicioso que conecta as duas cidades mais populosas do Sul e do Norte da Nigéria.

Em dezembro de 2020, a supracitada linha férrea, entre Lagos e Ibadan, entrou em operação. Tem extensão de 156 quilômetros e é avaliada em USD 1,5 bilhão. Sua inauguração foi vista como outra vitória para o desenvolvimento da Nigéria.

Além das ferrovias, a China está executando outros projetos tais como: novos terminais de aeroportos internacionais em Abuja, Port Harcourt, na região rica em petróleo do Delta do Níger e na antiga cidade de Kano.

Nas últimas duas décadas, o investimento da China nas indústrias nigerianas e, especialmente no transporte, ofereceu à Nigéria acesso à capital e experiência para o desenvolvimento extremamente necessário, em níveis nunca vistos desde que a Grã-Bretanha colonial construiu ferrovias africanas.

Da mesma forma, a *China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC)* iniciou a construção da primeira fase do projeto da Linha Vermelha de Trânsito de Massa Ferroviária de Lagos (LRMT) em Lagos, Nigéria. O projeto LRMT *Red Line*, classificado como

um projeto da BRI, envolve a construção de um sistema de transporte coletivo de 28 km a um custo estimado de US\$ 680 milhões, segundo o banco de dados *Infrastructure 360* da *Refinitiv*.

O projeto irá interligar com o Terminal Rodoviário Estadual de Lagos existente e a Estação Ferroviária Lagos-Ibadan, bem como o Aeroporto. O projeto LRMT RedLine é o segundo projeto ferroviário leve que o CCECC implementou no estado de Lagos, após o projeto LRMT *Blue Line*, e espera-se aliviar o congestionamento do tráfego e melhorar a eficiência do transporte na capital econômica do país.

A Nigéria é o primeiro país africano a ser designado “parceiro estratégico” pela China. “A maioria dos parceiros estratégicos da China está na Ásia, onde quase todos os vizinhos da China (com a notável exceção do Japão) são designados como parceiros de algum tipo.” A relação bilateral entre a Nigéria e a China aumentou o comércio de US\$ 1,9 bilhão em 2013 para cerca de US\$ 20 bilhões em 2020.

Em resumo, a presença chinesa na região é muito forte e a Nigéria depende dos investimentos do gigante asiático para melhorar a sua infraestrutura que é muito deficitária. No entanto, essa relação pode ser prejudicial para Nigéria, pois, em algum momento (como o atual), a China pode exigir o pagamento de seus empréstimos, impondo algumas condições que ameacem à soberania e a independência deste país.

E a exigência dos empréstimos pode ser requerida pela China, no curto prazo, uma vez que alguns fundamentos da economia chinesa vêm se deteriorando, desde o início da pandemia, e essa contração pode desequilibrar as contas públicas, forçando uma exigência de pagamentos de empréstimos concedidos a países africanos.

10. O senhor tem conhecimento de alguma construção chinesa de infraestrutura portuária ou para extração de petróleo do Golfo da Guiné?

Em 09 de novembro de 2010, as autoridades nigerianas concederam a concessão do principal terminal de contêineres do porto de Tincan (*Tincan Island Container Terminal Ltd. – TICT*) a um consórcio formado pela Bolloré Ports e uma parceria chinesa formada pela *China Merchants Holding International (CMHI)* e *China Africa Development Fundo (CADF)*. A TICT tem feito investimentos significativos em obras e equipamentos de infraestruturas e emprega cerca de 625 pessoas, com o objetivo de fazer de Tincan o terminal mais eficiente

da capital econômica da Nigéria, com ligações diretas às principais autoestradas da área metropolitana e aos seus centros industriais.

A *Lekki Port LFTZ Enterprise Limited* (LPLEL) recebeu a concessão por 45 anos da Autoridade Portuária da Nigéria (NPA, da sigla em inglês) com base em Build, Own, Operate and Transfer (BOOT). De acordo com este contrato, a LPLEL é obrigada a desenvolver, financiar, construir, operar e, ao final do prazo da concessão, transferir o porto para a NPA. A LPLEL obterá receitas através das operações do porto. Após a conclusão, o Porto de Lekki terá um total de 3 berços de contêineres, 1 berço de granéis secos e 3 berços de líquidos.

Em 2011, a LPLEL celebrou um Contrato de Concessão com a NPA para os direitos de construção e operação de um porto de águas profundas em Ibeju Lekki, Nigéria. Esta Concessão é concedida sob a Lei da Autoridade Portuária da Nigéria de 2004. A Concessão e a Lei da Autoridade Portuária da Nigéria de 2004 formam a base legal e regulatória para a construção e operação do Porto de Lekki (FIG. 13).

De acordo com o *site* oficial do projeto Lekki, a instalação também deve contribuir com mais de US\$ 200 bilhões para as finanças do governo e criar 170.000 empregos. Entregue pelo Tolaram Group de Cingapura e pela *China Harbour Engineering Company*, ajudará os portos nigerianos a atender à demanda futura por contêineres, que deverá aumentar 12,9% até 2025. O projeto está em curso com previsão de entrega em março de 2023.

11. Existe a presença militar chinesa na Nigéria, como adidos, militares cursando e/ou exercícios militares combinados?

A China mantém missões diplomáticas em Abuja e há dois militares (Adido de Defesa e seu adjunto) servindo no país. Não tenho conhecimento de militares chineses fazendo cursos e/ou sendo instrutores nas escolas das FA nigerianas.

12. Existem relações entre as Marinhas da China e da Nigéria?

A MN tem uma vasta rede de relacionamento com as mais importantes Marinhas ao redor do mundo. As Forças Navais estrangeiras reconhecem a importância estratégica da região do GdG e frequentemente destacam que a MN possui as melhores capacidades, dentre as Marinhas da região, para fazer frente às ameaças.

Este Adido tem acompanhado as presenças de diversas marinhas do mundo na região do GdG, em especial na área “E”, mas nesses últimos anos, em consulta aos *sites* e

mídias sociais da MN, este adido não identificou a presença direta (exercício com embarcações) da Marinha da China na Nigéria, a menos que eles não tenham publicado esses eventos.

13. Referente à presença da China, o senhor visualiza algum tipo de parceria chinesa com a Nigéria que afeta os interesses brasileiros?

Sim. A presença da China pode sim prejudicar os interesses brasileiros em particular na área de defesa, por exemplo, se uma base militar chinesa for ativada neste país. Penso que isso é pouco provável, mas pode ser uma moeda de troca nas negociações atuais e futuras de investimentos e empréstimos.

Na área econômica, a China pode desenvolver parcerias no agronegócio, desenvolvendo culturas na Nigéria que atualmente são produzidas no Brasil, impactando a nossa balança comercial.

14. Com a experiência da função, como a MB poderia incrementar a sua presença na Nigéria?

Há inúmeras possibilidades de cooperação entre as duas Marinhas. Entende-se que, no curto prazo, seria interessante a participação de oficiais alunos brasileiros na NDC. A MB poderia oferecer também cursos de altos estudos aos Oficiais da MN. Porém, convém destacar que há uma barreira linguística que limita sobremaneira a participação dos nigerianos em cursos no Brasil, uma vez que eles, na grande maioria, não falam português.

Porém, é possível, se for julgado oportuno e conveniente, oferecer cursos, no Brasil, na língua inglesa, o que poderá atrair não só alunos da África, mas também, de outros países. Para se ter uma ideia, o EB já vem ofertando cursos com esse formato e, como exemplos, citam-se: o Curso de Operações na Selva, no Centro Internacional de Guerra na Selva (CIGS), e o Curso Internacional de Estudos Estratégicos, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Outra possibilidade de interação, pode se dar por intermédio da realização de fóruns. Este ano, a embaixada do Brasil na Nigéria, promoverá, em junho de 2022, o 3º Fórum de Aviação e Defesa na cidade de Abuja. O evento já entrou no calendário de negócios bilaterais e poderia contar com a participação da EMGEPRON, oferecendo soluções para as FA da Nigéria, em especial para a MN.

Pode-se ainda intensificar as visitas entre os dois países. Em maio de 2022, por exemplo, um grupo de aproximadamente trinta alunos da NDC visitou o Brasil, cumprindo o cronograma de visitas a países que, na visão do referido instituto de ensino, são relevantes para este país.

2) ENTREVISTA DO ENCARREGADO DA DIVISÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Entrevistado: CMG Sandro Baptista Monteiro

Função: Encarregado da Divisão de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada

Data: 22 de junho de 2022

1. Qual é a sua visão do relacionamento da MB com a Nigéria?

O relacionamento entre a MB e a MN é considerado pequeno. Não há um fórum de interlocução entre as Marinhas, como as Reuniões de Estado-Maior, porém, os temas de cooperação são tratados via Adido Naval do Brasil na Nigéria (sempre um oficial do EB) ou pelo Adido Naval junto à Embaixada da Nigéria no Brasil. Os últimos temas de cooperação entre as Marinhas foram os seguintes:

- Convite para um GM ou oficial da MN participar da XXXVI Viagem de Instrução de Guardas-Marinha no NE Brasil – ainda não houve resposta;

- Previsão de participação de meios da MN no Exercício GUINEX-II com a Fragata União;

- Convite para o Curso de Operações de Paz com foco na Mulher, a ser realizado em agosto de 2022, no Centro de Operações de Paz Naval (COPazNav) no Rio de Janeiro, com todos os custos a cargo do Ministério da Defesa (MD);

- Participação de um Of Gen da MB, em maio de 2022, na Conferência de Segurança Marítima Internacional e Exercício Marítimo Regional em comemoração ao Aniversário da MN, em Port Harcourt;

- Viagem de Estudos Geoestratégicos ao Brasil, em maio de 2022, de 28 alunos do NDC da Nigéria;

- Participação da MN no exercício GUINEX-I em 2021, com atracação da FlIndependencia em Lagos e realização de exercícios de manobras táticas, abordagem não

cooperativa e desocorro e salvamento com 5 navios da MN; e

- Participação da Nigéria no 1º Simpósio Marítimo da ZOPACAS. Estava prevista a participação, inclusive, como palestrante, no entanto, o Diretor da NIMASA, Dr. Bashir Jamoh, teve problemas de conexão e não proferiu sua palestra.

2. Existe algum militar da MB cursando na Nigéria? Qual é o curso?

Não há. No entanto, está sendo realizado um estudo interno ao EMA para avaliar a possibilidade de participação de um oficial da MB em curso equivalente ao C-PEM no NDC, na Nigéria, para 2022 ou 2023.

3. Existe algum militar da Nigéria cursando na MB? Qual é o curso?

Não há. No entanto, conforme consta na resposta à pergunta 1, foi realizado convite para que uma militar da MN realize o Curso de Operações de Paz com foco na Mulher, a ser realizado em agosto de 2022, no COpPazNav no Rio de Janeiro, com todos os custos a cargo do MD. O curso é feito no idioma inglês.

4. Quais as(os) últimas(os) operações/exercícios conjuntos/combinado da MB com a MN?

Resposta no item 1. Cabe acrescentar que a MB tem incrementado sua presença no GdG, com envio de navios para os exercícios GUINEX, OBANGAME EXPRESS e GRANAFRICAN NEMO, em que há participação de meios navais da MN.

5. Existe alguma previsão de realização de algum intercâmbio e/ou operação/exercício com a Nigéria?

Resposta no item 1.

6. Na sua opinião, considerando o cenário geopolítico e a Nigéria sendo o principal país africano no GdG, o senhor considera importante o incremento das relações da MB com a Nigéria? Justifique?

A Nigéria está no entorno estratégico do Brasil, é membro da ZOPACAS, é um ator estatal relevante em termos políticos e econômicos na costa oeste da África e exerce um papel de liderança perante os demais países no combate à pirataria marítima na região. Cabe mencionar que, em 10 de junho de 2021, foi criado o projeto *Deep Blue*, com

patrocínio dos EUA e Israel, com o propósito de garantir a Segurança Marítima na ZEE da Nigéria. Desde que essa iniciativa foi lançada, os resultados alcançados foram expressivos, pois houve uma grande redução do número de atividades ilícitas na ZEE da Nigéria, obrigando os piratas a migrarem para outras zonas.

O Brasil tem especial interesse na segurança marítima da região, uma vez que 95% do comércio exterior do Brasil é feito por via marítima. Dessa forma, alinhada aos documentos de alto nível de planejamento da Defesa e da Força (END, PND, PEM-2040, Política Naval etc.), a MB vem incrementando sua presença no GdG por meio de diversas ações junto aos países da costa oeste da África, como o envio de meios para participação em exercícios na região, participação de oficiais da MB em fóruns e simpósios sobre temas afetos à segurança marítima da região, participação ativa no G7++FoGG, ações para fortalecimento da ZOPACAS, presença de militares em Missões de Assessoria Naval e Grupos de Apoio Técnico de FN, presença permanente com um oficial no Centro Interregional de Coordenação da Arquitetura de Yaoundé, em Camarões, e outros.

Em face do exposto, considero de grande importância o incremento das relações entre a MB e a MN.

3) ENTREVISTA DO ENCARREGADO DA DIVISÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE DOCTRINA DO COMANDO-GERAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Entrevistado: CF (FN) José Luís de Melo Espiúca

Função: Encarregado da Divisão de Assuntos Internacionais do Departamento de Doutrina do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Data: 15 de julho de 2022

1. Existe relacionamento entre CFN e a Nigéria?

No que se refere aos Programas componentes do Programa de Representações (PAREP) em vigor, não há intercâmbios, conclaves ou afins envolvendo o CFN e a Nigéria.

2. Existe algum militar do CFN cursando na Nigéria?

Particularmente no que se refere ao Programa de Cursos no Exterior do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), não há militares do CFN realizando

cursos na Nigéria atualmente.

3. Existe algum militar da Nigéria cursando no CFN?

Não há militares da Nigéria realizando cursos no CFN atualmente.

4. Quais as(os) últimas(os) operações/exercícios conjuntos/combinado do CFN com a MN?

Não há registros de relacionamentos com a Nigéria que tenham sido lançados no PAREP deste Órgão de Direção Setorial (ODS).

5. Existe alguma previsão de realização de algum(a) intercâmbio e/ou operação/exercício com a Nigéria?

Não há previsão no Programa de Intercâmbios do CGCFN de realização de intercâmbios ou exercícios de curta duração envolvendo militares deste ODS e militares da Nigéria.

6. Com a inexistência de um CFN da Nigéria, como seria visualizada a implementação de um Grupo de Apoio Técnico (GAT) no país, nos modelos que foram realizados com a Namíbia?

Em junho de 2013, os líderes da CEDEAO, da ECCAS e da Comissão do Golfo da Guiné (GGC) reuniram-se em Yaoundé, Camarões, para lançar as bases de uma estratégia regional comum para prevenir e processar atividades ilícitas nas águas do GdG. A Arquitetura de Yaoundé é o mais recente e abrangente fórum regional de enfrentamento à crise de segurança marítima no GdG.

O GdG é a região de maior produção de hidrocarbonetos da África subsaariana e tem, na prospecção de petróleo e gás natural, sua principal atividade econômica. A Nigéria, país que possui as maiores reservas petrolíferas da região, também é o principal exportador de petróleo da África para o Brasil.

Um dos pressupostos que regem a Estratégia Marítima da MB para o GdG de modo a atender aos interesses oceanopolíticos do Brasil e sua atuação no entorno estratégico é a consolidação do Brasil como ator regional relevante. Dessa forma, a ampliação da influência da MB no GdG contribuirá para a estabilidade regional e para segurança marítima no GdG, assim como para o incremento da projeção e protagonismo internacional do Brasil no GdG.

A MB possui experiência de apoio a Marinhas Amigas (MA) com o

estabelecimento de Missões de Assessoria Naval (MAN) e de GAT-FN, possuindo atualmente militares em Cabo Verde, Namíbia e São Tomé e Príncipe. Particularmente, o CFN possui GAT-FN nos dois últimos países, contribuindo, por exemplo, na formação de Soldados Fuzileiros Navais e na especialização em Infantaria, além de outras contribuições em assessorias nas áreas de instrução e adestramento para os militares daquelas MA. Nesse diapasão, considerando os Objetivos Nacionais de Defesa, traduzidos para o âmbito do GdG, “Contribuir para a estabilidade regional, paz e segurança internacionais” e “Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”, bem como dos Objetivos Navais “Contribuir para a Defesa da Pátria e “Apoio à Política Externa”, definidos, respectivamente, na PND e na Política Naval, identifica-se a importância do estreitamento do relacionamento internacional da MB e, neste caso, do CFN, com os países que fazem parte do GdG.

A implementação de um GAT-FN na Nigéria contribuiria para a criação e desenvolvimento de um CFN naquele país amigo, o que contribuirá para a estabilidade regional do GdG, ampliando a projeção do Brasil no cenário internacional, particularmente no AS.

4) ENTREVISTA DO ASSESSOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA MARINHA DO BRASIL

Entrevistado: CMG (FN RM1) Manoel Luiz Ferreira Romualdo

Função: Assessor de Assuntos Internacionais da Marinha do Brasil

Data: 20 de julho de 2022

1. No que tange às expressões do PN (Militar, Econômico, Político e Psicossocial), poderia comentar sobre a Nigéria?

Militar

A prioridade das FA Nigerianas continua voltada ao combate a todas as formas de ameaças que geram insegurança no país. Essa ideia é reiterada em todas as ocasiões pelo Presidente da República e reverberada pelos Comandantes das Forças Singulares que têm atuado de forma sinérgica para levar a cabo a intenção do Chefe do Executivo. A crise de insegurança vem afetando seriamente todos os campos do poder e as forças políticas entendem que combater essa ameaça é, antes de tudo, garantir bons desempenhos

eleitorais nos pleitos que se realizarão em fevereiro de 2023.

Nesse contexto, as FA estão desdobradas em todas as regiões do país, bem como na Bacia e no Lago Chade na *Multi National Task Force*, envolvendo países como Camarões, Chade e Niger. A Fig. 12 evidencia o esforço das Forças de Segurança no sentido de trazer o país a um estado aceitável de normalidade.

Em 26 de fevereiro de 2022, o Comandante do Exército da Nigéria – Tenente-Coronel Faruk Yahaya inaugurou um moderno Centro de Operações no Quartel General localizado na capital Abuja. Essa nova instalação tem por finalidade coordenar e controlar todas as operações da Força Terrestre Nigeriana em atuação em todo o país.

O Chefe de Operações (Exército), Major-General Olufemi Akinjobi, disse que o centro está equipado com instalações de última geração que lhe permitiriam servir as funções tripartidas de centro de comando, sala de situação e instalação de *briefing* de operações. Ele destacou ainda que as informações produzidas por esse centro podem ser compartilhadas em favor das demais agências de segurança da Nigéria.

Os principais grupos extremistas atuantes na Nigéria são o *Boko Haram*, o Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP, sigla em inglês) e a Vanguarda para a Proteção dos Muçulmanos na África Negra (ANSARU). O ISWAP é um desdobramento do *Boko Haram*, com o qual possui uma rivalidade violenta.

Ademais, as ações de milícias armadas, especializadas em sequestros e roubos em geral, contribuem para a insegurança no país, com atuação na região Noroeste e Central do país. No Sul, há um movimento separatista, conhecido como Povos Indígenas de Biafra (IPOB, sigla em inglês).

Além disso, Os Vingadores do Delta do Níger (NDA, sigla em inglês) é um grupo militante na região do Delta do Níger. Os conflitos entre criadores de gado nômades da etnia *fulanie* fazendeiros, os assassinatos de pessoas para fins religiosos (rituais), a brutalidade de algumas Agências de Segurança/Força Policial, os ataques de piratas no GdG, dentre outros fatores, contribuem para a violência na Nigéria.

Operações de segurança e contraterroristas estão sendo realizadas pelas FA e pelas Forças de Segurança nigerianas em áreas dominadas pelos terroristas. Contudo, as células remanescentes reorganizam-se e mesclam-se com grupos *jihadistas* ou de mercenários oriundos de outros países, como Níger, Chade, Camarões e Líbia. Recentemente, verificou-se que estão sendo construídas alianças, na região Noroeste, entre

terroristas e criminosos especializados em sequestros.

De acordo com o Índice Global do Terrorismo (GTI, sigla em inglês), a Nigéria ocupa a 6ª colocação, com pontuação composta pelos indicadores de incidentes, fatalidades, lesões e danos materiais, gerados pelo terrorismo.

Psicossocial

A epidemia do Coronavírus, sob a perspectiva da saúde, tem sido relativamente branda no país. O número de casos registrado até a conclusão desse relatório foi de 255.296, sendo que destes, 249.495 estão recuperados, 2.659 estão ativos e somente 3.142 (1,2%) foram a óbito.

Desde o início da pandemia (2020), a Nigéria enfrentou quatro ondas (GRÁFICO 3). A primeira começou em abril de 2021, a segunda e maior se estendeu de novembro de 2020 a março de 2021 e última, mais leve, porém mais persistente, durou aproximadamente 5 meses, de julho a novembro de 2021, conectando-se com a quarta onda que durou menos, encerrando em fevereiro de 2022. Mais de dois terços dos casos foram registrados em Lagos, centro comercial e epicentro da COVID-19 na Nigéria.

Em relação à vacinação, a Nigéria aplicou, até 27 de março de 2022, 29,6 milhões de doses. Como a população do país é de mais de 212 milhões, até o momento, 14% da população está completamente vacinada.

Na Nigéria, em janeiro de 2022, foram confirmados 211 casos de Febre do rato (*Feverlassa*), com 40 mortes confirmadas, o que corresponde a uma taxa de mortalidade de 19%. 14 dos 36 estados nigerianos e do Território da Capital Federal relataram casos da doença.

Outra doença que continua assolando a Nigéria é a Cólera. Segundo o Centro de Controle de Doenças da Nigéria (NCDC), a cólera já matou mais vidas na Nigéria do que a pandemia do Coronavírus, especialmente em 2021. O diretor-geral do centro, Ifedayo Adetifa, disse que o país registrou “um pouco mais de 3.600” mortes por cólera nos últimos 11 meses, enquanto o total de mortes registradas por Coronavírus desde 2020 é de 3.142.

A Malária é outro fantasma que assombra a população da Nigéria, pois 93% dos casos de Malária no mundo ocorrem nos países da África subsaariana, e 96% acabam em mortes. Cerca de 80% das mortes na região ocorrem entre crianças menores de 5 anos. Quatro países africanos foram responsáveis por pouco mais da metade de todas as mortes

por Malária em todo o mundo: Nigéria (31,9%), República Democrática do Congo (13,2%), República Unida da Tanzânia (4,1%) e Moçambique (3,8%).

A corrupção é outra chaga que se alastra no país. Em 25 de janeiro de 2022, foi divulgado pela Transparência Internacional que a Nigéria caiu cinco posições no Índice de Percepção de Corrupção de 2021, como segundo país mais corrupto da África Ocidental, atrás da Guiné.

Econômico

Petróleo e gás bruto continuam a dominar as exportações da Nigéria, e a composição das exportações de não derivados de petróleo mudaram pouco nas últimas décadas (GRÁFICO 10). A participação do petróleo nas exportações totais tem permanecido persistentemente alto acima de 90% desde o início dos anos 1980. Em comparação, as demais exportações são bastante baixas (US\$ 4 bilhões em 2020, 11% do total das exportações).

Medido como porcentagem do PIB, o comércio exterior da Nigéria diminuiu ao longo do tempo (GRÁFICO 11). Nas últimas duas décadas, as exportações caíram de 40% para 8% do PIB, enquanto as importações aumentaram apenas modestamente de 9 a 12 por cento do PIB. O principal destino de exportação para produtos nigerianos (principalmente petróleo bruto) são Índia, EUA e Espanha. Mais de um terço de todas as importações vêm da China, seguida pela Holanda e Índia.

Segundo o relatório do FMI, a Nigéria alcançou pouca diversificação das exportações nas últimas décadas. A diversificação pode ser alcançada pela inclusão de novas *commodities* no portfólio de exportação, alterando a participação das *commodities* existentes.

Foram adicionados apenas 47 novos produtos ao seu portfólio de exportação durante um período de 30 anos, entre 1990 e 2020. O relatório apontou que isso é diferente de outros países (incluindo Tanzânia e Camarões) que adicionaram 95 novos produtos durante o mesmo período em análise.

No ano de 2020, a Nigéria exportou apenas 205 produtos. Isso é muito inferior à média de 258 registrada nos países da África Subsaariana. O FMI observou ainda que países como Índia, Malásia e Indonésia começaram a verificar uma melhora significativa em seu PIB per capita depois de diversificar amplamente suas exportações.

A organização multilateral, portanto, recomendou que a Nigéria aumente o número de produtos que exporta, observando que “diversificar a gama de bens produzidos cria maiores possibilidades de comércio intrarregional e oportunidades de crescimento”.

A balança comercial externa da Nigéria piorou em 2021, à medida que o país continuou em sua trajetória de enormes *déficits* comerciais que se estenderam entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2021. De acordo com dados fornecidos pelo *National Bureau of Statistics*, a conta de importação da Nigéria aumentou 51,1%, para US\$ 19,3 bilhões. (NGN 8,15 trilhões) no terceiro trimestre de 2021, representando o nível mais alto já registrado.

Quanto aos fertilizantes, o bilionário nigeriano Aliko Dangote inaugurou uma usina de fertilizantes, de 2,5 bilhões de dólares, que produzirá 3 milhões de toneladas métricas de ureia por ano. Inclusive, a Nigéria já vem exportando, desde outubro, para o Brasil mais de USD 100 milhões desse insumo.

2. Sobre a presença chinesa na Nigéria, o setor possui dados relevantes?

As relações diplomáticas entre a Nigéria e a China remontam a 1971, um ano depois que os países africanos desempenharam um papel importante em ajudar o país asiático a se juntar às Nações Unidas. As relações amistosas construídas, com base na estratégia de desenvolvimento econômico compartilhado, têm sido consumadas por ambos os países há cinco décadas.

A Nigéria, como a maior economia e o país mais populoso da África, possui importantes influências internacionais e regionais, com muitos atrativos para os negócios chineses, apesar de ter sido o primeiro país africano a ser designado pela China como “Parceiro Estratégico”.

As relações amistosas entre os dois países atingiram outro marco com a visita do ministro chinês das Relações Exteriores à Nigéria, no início de 2022, quando os dois países chegaram a um consenso em sete áreas-chave.

Em primeiro lugar, no reforço contínuo da cooperação na luta contra a pandemia de COVID-19, até que seja superada. Além disso, os dois países concordaram em avançar na cooperação e promoção conjunta da construção da BRI, considerado o esforço de investimento em infraestrutura, por meio do qual a China pretende impulsionar o comércio e a conectividade em escala transcontinental. A Nigéria assinou o documento de adesão em

setembro de 2018, em uma reunião bilateral entre os presidentes MUHAMMADU BUHARI e XI JINPING, realizada durante o FOCAC, em Pequim. As autoridades chinesas argumentam que embora a BRI seja uma iniciativa do governo chinês, todas as decisões sobre seus projetos são tomadas em conjunto pelos países participantes.

Além disso, os dois países concordaram em expandir conjuntamente a cooperação em áreas como economia digital e economia verde, para alcançar um desenvolvimento diversificado, bem como aprofundar a cooperação militar e de segurança nos esforços para aumentar a capacidade da Nigéria em salvaguardar a segurança nacional.

Concordaram ainda em coordenar estreitamente os assuntos internacionais e regionais, praticar o multilateralismo e salvaguardar os interesses comuns dos países em desenvolvimento, além de prosseguir com a cooperação econômica na forma de empréstimos, ajudas e investimentos estrangeiros diretos na área de segurança. Ressalta-se que a China tem sido um aliado que vem prestando grande apoio militar para a Nigéria, contribuindo na luta contra os insurgentes, sequestradores e criminosos. A cooperação militar bilateral entre os dois países foi levada a um nível mais profundo na luta contra o terrorismo, quando foi assinado o Protocolo sobre a prestação de assistência militar gratuita da China à Nigéria, em 2020, abrangendo intercâmbios diplomáticos, aquisição de defesa e capacitação por meio de treinamento, com o compromisso no combate ao terrorismo no país.

Observa-se que a China obtém vantagens em suas relações comerciais, sem exigir elevado desenvolvimento democrático e de liberdade individual nos países parceiros, não se importando com as suas questões internas.

As relações econômicas existentes no continente africano tornam a China a principal compradora de petróleo e a maior credora da África Subsaariana, representando 80% da dívida bilateral total dos países. Gana, Níger, Camarões e Guiné Equatorial já teriam recebido, individualmente, mais de USD 2,5 bilhões em investimentos, tendo Angola alcançado a cifra de USD 20 bilhões. Empresas chinesas têm construído uma ampla rede de infraestrutura na região, sendo os principais portos o de *Pepel* (Serra Leoa), *Abidjan* (Costa do Marfim) e *Pointe-Noire* (Congo). A maioria dos projetos chineses seria de transporte, navegação e portos (52,8%); energia (17,6%); imóveis (14,3%); e mineração (7,7%).

Ademais, a China coopera militarmente no continente africano: com a União Africana, fornecendo recursos para financiar a Força de Reserva da organização; com a ONU,

envolvendo-se em cinco missões de paz (MINURSO, MINUSMA, UNAMID, UNMISS e MONUSCO); e, bilateralmente, com alguns países da região, por meio de exercícios conjuntos, fornecimento de armamentos e intercâmbios de informações.

Segundo a aduana chinesa, em 2021, o comércio entre a China e a África atingiu o recorde histórico de USD 254 bilhões, com incremento anual de 35%, sendo que as exportações chinesas totalizaram USD 148 bilhões e as importações USD 106 bilhões, gerando um *superavit* chinês de USD 42 bilhões. Os principais parceiros comerciais da China no continente foram a África do Sul (USD 54 bilhões), Nigéria (USD 26 bilhões), Angola (USD 23 bilhões), Egito (USD 19 bilhões) e República Democrática do Congo (USD 14 bilhões).

Os chineses estariam desenvolvendo um processo constante de investimentos em diversas áreas nos países africanos, aumentando sua influência na região, tendo por base a atuação do FOCAC, do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países da Cooperação dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) (Fórum de Macau) e a expansão das atividades político-econômicas por meio do seu projeto da “Nova Rota da Seda” (BRI).

Segundo recente estudo do *Center for Global Development*, sobre parcerias público-privadas na África subsaariana, a China teria aportado na região mais do que o dobro dos investimentos combinados dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Japão e Alemanha. No período entre 2007 e 2020, o *China Exim Bank* e o *China Development Bank* teriam oferecido USD 23 bilhões, ao passo em que instituições similares de países desenvolvidos desembolsaram USD 9,1 bilhões. Em comparação, os EUA concederam USD 1,9 bilhão, valor inferior ao Japão (USD 2,4 bilhões) e à Alemanha (USD 2,2 bilhões).

Observa-se que as relações chinesas desenvolvidas com os países africanos têm sido baseadas na política de não interferência e de respeito pela escolha dos países sobre o caminho a trilhar para o desenvolvimento. Dentro desse contexto, os países africanos, na maioria dos casos, têm reconhecido o fato de que a China é o representante oficial do povo chinês, apesar da existência de *Taiwan*.

No tocante aos investimentos em infraestrutura, a atuação chinesa tem sido marcante. É certo que a presença chinesa na África continuará crescendo e se solidificará com aportes financeiros vultosos, os quais tendem a possibilitar o atendimento dos seus objetivos estratégicos, inclusive com uma presença militar no AS para resguardar os seus interesses comerciais.

- Principais empresas chinesas presentes na Nigéria

Os investimentos chineses na Nigéria são substanciais. De acordo com o relatório de 2019, emitido pela embaixada chinesa, a Nigéria abrigaria 70 empresas de construção, 40 de investimentos e 30 empresas comerciais chinesas. Somente em 2018, as empresas chinesas receberam 175 contratos de construção na Nigéria, no valor de USD 17 bilhões, em que alguns desses projetos empregaram diretamente um número significativo de jovens nigerianos. Assim, desde o estabelecimento dos laços diplomáticos em 1971 e da parceria estratégica em 2005, entre a China e a Nigéria, as relações entre os dois países têm mantido um sólido impulso de desenvolvimento.

As empresas listadas abaixo, principalmente as de construção, são as principais empresas chinesas com um bom desempenho no país:

a) *Lekki Free Zone*

Empresa sino-nigeriana que está sendo desenvolvida como um modelo de cooperação entre os dois países, para fins de benefícios mútuos e relação bilateral.

b) *China Civil Engineering Construction Corporation Ltd. (CCECC)*

Essa empresa prestadora de serviços de construção e engenharia é uma das empresas chinesas mais bem-sucedidas da Nigéria. Tem sido responsável pela construção de ferrovias e empreendimentos imobiliários, entre outros importantes serviços de engenharia no país.

c) Construtora El Alan

Localizada em *Ikoyi Lagos, El-alan*, é conhecida por fornecer soluções de construção integradas de alta qualidade para seus clientes governamentais e cidadãos. Com 39 anos de trabalho no país, é seguro dizer que é uma das empresas chinesas de maior sucesso.

d) Chinaville restaurante chinês

Com uma reputação de oferecer cozinha autêntica e oriental de classe mundial, esse restaurante de propriedade chinesa, na Ilha *Victoria*, tornou-se um ponto para os apreciadores da cozinha chinesa. Esse estabelecimento também é conhecido pela sua gastronomia requintada e ambiente privado.

e) *North China construction Nigeria limited*

Como uma divisão da renomada *North China Construction Group Co. Limited* de Pequim, essa empresa é conhecida por realizar projetos complexos de engenharia e projetos

de construção no país. As operações realizadas incluem estradas, portos marítimos, aeroportos, portos, estádios e outros.

f) *Vitex China Nigeria Limited*

Incorporada na Nigéria em 2002, a empresa é de propriedade nigeriana/chinesa, com uma longa história em vendas, montagem, fabricação e comercialização de tratores VT-D12 na região da ECOWAS.

g) Global Chinesa de Desenvolvimento e Construção

A *Chinese Global Development and Construction Company* (CGDCC) é uma empresa chinesa de construção de estradas em *Ibadan*, que fornece serviços de engenharia civil e construção no setor de energia, mineração, aviação, água, saúde, agricultura, transporte, engenharia civil, máquinas e suprimentos completos para plantas. Possui sede em Pequim e filiais espalhadas pela Ásia, Europa, América, Oriente Médio e África.

h) *China Harbour Engineering Company Nigeria Limited* (CHEC)

É uma subsidiária da *China Communication Construction Company Limited*, especializada em engenharia naval, aeroportos, dragagem, proteção ambiental, estradas e pontes, ferrovias e obras municipais e plantas completas.

i) *Chinese Technology Services Nigeria Ltd.*

Fabricante de máquinas agrícolas em *Kaduna*, também é uma das empresas de engenharia de propriedade chinesa mais bem-sucedida no país, especializada em vendas e aluguel de implementos ou máquinas agrícolas e de engenharia de pequeno e grande porte.

j) *Jiu Hua Nigeria Co. Ltd*

Com sede em diferentes partes do país, está sediada na Nigéria, e tem parceria com outras empresas chinesas para oferecer serviços relacionados a investimentos e desenvolvimento de materiais. A empresa é mais conhecida pela produção de portas, vidro, alumínio, aço inoxidável, ferro forjado, móveis e sofá.

k) Logística Tugrow1688

Essa empresa de propriedade chinesa, sediada na Nigéria, está comprometida em adquirir mercadorias da China e enviá-las para clientes nigerianos. Localizada em *Ikeja*, essa empresa de logística chinesa oferece serviços que vão desde compras na China, pagamentos de fornecedores, rastreamento de pedidos e envios para a China.

l) *Huawei Technologies Company Nigeria Limited*

A *Huawei*, empresa de telecomunicações chinesa com filial em Lagos, é um dos

fornecedores de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, bem como dispositivos inteligentes da Nigéria.

- Indústria de defesa e acordos militares

Em janeiro de 2019, o governo chinês prometeu USD 4 milhões em equipamentos militares e treinamento, em apoio às operações de contra-insurgência na região nordeste da Nigéria. O Embaixador da China na Nigéria à época, ZHOU PINGJUAN, fez a divulgação durante a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) com o Ministro da Defesa nigeriano, Mansur Muhammad Dan Ali.

Em 25 de março de 2020, o Exército da Nigéria recebeu carros de combate de batalha VT-4 (FIG.14), obuses autopropulsados SH-5 e outros equipamentos da China (FIG.15), em um esforço para fortalecer suas forças terrestres na batalha contra militantes do *Boko Haram*. Os equipamentos foram adquiridos da empresa chinesa NORINCO e teriam custado cerca de USD 152 milhões, conforme as informações contidas no contrato.

Em outubro de 2021, a Nigéria também recebeu 60 veículos blindados de transporte de pessoal (do tipo Z) da China (FIG. 16). Os veículos foram destinados à Escola de Infantaria do Exército. O Comandante da Escola, em seu discurso, destacou a importância da empresa chinesa NORINCO, responsável pela produção e entrega dos carros de combate no país.

Em dezembro de 2021, a China se ofereceu para enviar especialistas em investigação criminal à Nigéria, para ajudar a resolver os problemas de segurança do país. O embaixador chinês na Nigéria, CUI JIANCHUN, divulgou a oferta durante um evento na Universidade *Ahmadu Bello*, em *Zaria*, para celebrar um programa de bolsas de estudo financiado pela China.

- Aspectos comerciais

Em 2013, o presidente chinês XI JINPING anunciou a iniciativa *Belt and Road Initiative* (BRI), focada no desenvolvimento de infraestrutura rodoviária e marítima para impulsionar o comércio. A Nigéria teria se beneficiado de vários projetos do BRI. Os mais importantes incluem a linha ferroviária *Abuja/Kaduna*, que liga a capital do país *Abuja* a *Kaduna*; um centro de comércio e um centro de transporte no Noroeste da Nigéria; a linha ferroviária *Lagos/Ibadan*, que liga Lagos, à capital econômica da Nigéria, *Ibadan*, a antiga

capital administrativa do Sudoeste da Nigéria; e a ferrovia *Lagos/Kano*, que é um projeto ambicioso que conecta as duas cidades mais populosas do Sul e do Norte da Nigéria.

Em dezembro de 2020, a supracitada linha férrea, entre *Lagos* e *Ibadan*, entrou em operação. Ela correu 156 quilômetros de extensão e teve custos que somaram USD 1,5 bilhão. Sua inauguração foi vista como outra vitória para o desenvolvimento da Nigéria.

Além das ferrovias, a China está executando outros projetos, tais como novos terminais de aeroportos internacionais em *Abuja*, *Port Harcourt* (na rica região em petróleo do Delta do Níger) e na antiga cidade de *Kano*.

Nas últimas duas décadas, o investimento da China nas indústrias nigerianas, e especialmente no transporte, permitiu à Nigéria acesso a capital e experiência para o desenvolvimento necessário, em níveis nunca vistos desde que a Grã-Bretanha colonial construiu ferrovias africanas.

A CCECC iniciou a construção da primeira fase do projeto da LRMT, em *Lagos*. O LRMT *Red Line*, classificado como um projeto da BRI, envolve a construção de um sistema de transporte coletivo de 28 km a um custo estimado de USD 680 milhões, segundo o banco de dados *Infrastructure 360*, da *Refinitiv*. O projeto interligará o Terminal Rodoviário Estadual de Lagos existente e a Estação Ferroviária *Lagos-Ibadan*, bem como o Aeroporto. O projeto é o segundo que o CCECC implementou no estado de *Lagos*, após o projeto LRMT *Blue Line*, e espera-se aliviar o congestionamento do tráfego e melhorar a eficiência do transporte na capital econômica do país.

A Nigéria é o primeiro país africano a ser designado “parceiro estratégico” pela China. A maioria dos parceiros estratégicos da China está na Ásia, onde quase todos os vizinhos da China (com exceção do Japão) são designados como parceiros de algum tipo. A relação bilateral entre a Nigéria e a China aumentou o comércio de USD 1,9 bilhão, em 2013, para cerca de USD 20 bilhões atualmente.

- Investimentos chineses em portos na Nigéria

Em 09 de novembro de 2010, as autoridades nigerianas concederam a concessão do principal terminal de contêineres do porto de *Tincan* (TICT) a um consórcio formado pela *Bolloré Ports* e uma parceria chinesa formada pela CMHI e CADF. A TICT tem feito investimentos significativos em obras e equipamentos de infraestruturas e emprega cerca de 625 pessoas, com o objetivo de ser o terminal mais eficiente da capital econômica da

Nigéria, com ligações diretas às principais autoestradas da área metropolitana e aos seus centros industriais.

A LPLEL recebeu a concessão por 45 anos da Autoridade Portuária da Nigéria (NPA, da sigla em inglês) com base em BOOT. De acordo com esse contrato, a LPLEL é obrigada a desenvolver, financiar, construir, operar e, ao final do prazo da concessão, transferir o porto para a NPA. A LPLEL obterá receitas por meio das operações do porto. Após a conclusão, o Porto de *Lekki* terá um total de 3 berços para contêineres, 1 berço para graneis secos e 3 berços para líquidos, com previsão de ser o maior porto marítimo da Nigéria e um dos maiores da África Ocidental. De acordo com o *site* oficial do projeto *Lekki*, a instalação também deve contribuir com mais de USD 200 bilhões para as finanças do governo e criar 170.000 empregos. O projeto, que está sendo desenvolvido pelo *Tolaram Group* de Cingapura e pela *China Harbour Engineering Company*, ajudará os portos nigerianos a atender à demanda futura por contêineres, que deverá aumentar 12,9% até 2025. A previsão de entrega do porto será em março de 2023.

3. Referente ao GdG, principalmente sobre as questões de segurança, quais dados relevantes poderiam ser destacados?

Os números globais de pirataria e assaltos à mão armada diminuíram em 2021, de acordo com o Centro de Relatórios de Pirataria do Bureau Marítimo Internacional (IMB, da sigla em inglês). Seu último relatório anual mostra uma queda de 32% nos ataques gerais em 2021 em comparação com 2020. A queda é atribuída principalmente à diminuição da atividade na região do GdG e nas águas nigerianas em particular.

Uma olhada nos números também revela que apenas dois incidentes foram registrados no continente africano fora da região do GdG, em comparação com quatro em 2020 (GRÁFICO 12). A redução dos incidentes notificados a nível regional é bem-vinda, mas persistem grandes problemas. As águas ao largo da África Ocidental continuam a ser um *hotspot* de pirataria.

O aumento da presença de navios de guerra e a cooperação entre autoridades regionais no GdG teve um impacto positivo na atividade reportada naquela região – resultando numa queda de 60% nos incidentes registrados em relação a 2020. No entanto, apesar da diminuição do número total de incidentes no GdG em 2021, o IMB alerta que a ameaça aos marítimos persiste.

A Nigéria não registrou incidentes de sequestro em 2021 e o número total de incidentes em suas águas caiu mais de 80% em relação a 2020. O país continua sendo um dos cinco principais locais de incidentes registrados no Golfo da Guiné em 2021, juntamente com Gana, São Tomé e Príncipe, Angola e Gabão.

No escopo da insegurança na Nigéria, enquadram-se as atividades relacionadas à pirataria, com ênfase nos crimes marítimos no GdG, que é uma região estratégica na geopolítica internacional, do ponto de vista econômico, em especial quanto à estabilidade energética global, possuindo cerca de 8% das reservas de petróleo do mundo, segundo dados oficiais, bem como atividades pesqueiras e tráfego marítimo significativos.

Nos últimos anos, essa região tem sofrido com inúmeras atividades criminosas ou ilícitas, tais como pirataria, sequestros, roubo armado em alto-mar, tráfico de drogas, de seres humanos, madeiras, armas e resíduos tóxicos, bem como pesca ilegal e roubo de óleo. A ONU tem condenado firmemente os atos de assassinato e sequestros por piratas e incentivado parcerias bilaterais e multilaterais, a fim de incrementar as capacidades antipirataria dos Estados e das organizações regionais, em termos de pessoal, recursos financeiros, tecnologia, treinamento e equipamentos.

Nesse contexto, os ataques de pirataria na região do GdG seriam perpetrados por Organizações Criminosas (ORCRIM) locais, com ligações ao MEND⁴⁴, objetivando buscar retorno financeiro para suas ações. Tais organizações atuariam não só na pirataria dos produtos roubados dos navios cargueiros, principalmente de embarcações que transportam óleo e combustíveis, como também no contrabando, tráfico de drogas e em outras atividades criminosas que prosperam na região.

Essas ORCRIM locais estariam, em sua maioria, estabelecidas em uma cadeia de canais localizados ao longo do Delta do Rio Níger, na Nigéria. Outras ORCRIM regionais também estariam envolvidas, em menor grau e complexidade, a partir de países como Camarões, Gana, Benin e Togo. Há também indícios da projeção de influência do grupo terrorista *Jama'at Nusrat al-Islam wal Muslimin (JNIM, sigla em inglês)* junto ao GdG,

⁴⁴ O MEND é uma coalizão de grupos militantes que surgiu em 2005 no Delta do Níger, na Nigéria, que exigiam maior participação na receita da exploração de petróleo na região. Em 2006, surgiu o Conselho Revolucionário Conjunto, como uma organização que abrigaria o MEND e outros grupos dissidentes. O MEND é um grupo dominante e coeso que afirma lutar por interesses “comunitários”, mas a criminalidade intensa tem dominado a sua existência, prática e atividades. Esse movimento ganhou visibilidade em nível estratégico pelos ataques realizados às instalações críticas no Delta do Níger, começando com oleodutos em terra e depois expandindo para plataformas de petróleo *offshore*. Trabalhadores expatriados têm sido regularmente sequestrados por ativistas do MEND por resgate em áreas ou eixos de controle de uma subunidade ou grupo dissidente. O governo federal da Nigéria respondeu com o estabelecimento de uma força-tarefa conjunta de agências de segurança para combater a insurgência. Apesar da robustez da força-tarefa conjunta, o MEND continuou a ser letal, envolvendo as forças do governo em confrontos.

particularmente na Costa do Marfim e Senegal.

Tanto as ORCRIM regionais, como majoritariamente as da Nigéria, também atuavam na prática de sequestros em território nacional, conhecido como *Kidnaping For Ransom* (KFR). O KFR de tripulações de navios abordados estaria sendo praticado de forma crescente, aproveitando-se da infraestrutura em terra já estabelecida anteriormente. A prática de KFR de tripulações seria algo com grande incremento na atualidade, uma vez que o foco inicial das ações era a extração da carga dos navios abordados, para posterior contrabando e venda no mercado negro. Como exemplo da densidade dessas atividades na região, dos 135 casos de sequestros marítimos registrados no mundo pelo *International Maritime Bureau* (IMB), em 2020, 130 ocorreram no GdG, o que representou mais de 95% do total.

A vulnerabilidade dos Estados lindeiros, a falta de meios para monitorar o tráfego marítimo e a falta de capacidades efetivas de fiscalização em terra são elementos que contribuem para o crescimento da pirataria no GdG e que ameaçam significativamente os interesses econômicos dos países envolvidos.

Após pressão de vários armadores, o Conselho Europeu aprovou, no final de janeiro de 2021, o lançamento do primeiro projeto piloto para estabelecer as Presenças Marítimas Coordenadas (*Coordinated Maritime Presences - CMP*) na região, estabelecendo um mecanismo para aumentar a capacidade da União Europeia (UE) como parceiro confiável e provedor de segurança marítima, oferecendo maior engajamento, garantindo presença marítima coordenada e permanente nas Áreas de Interesse Marítimo, além do compartilhamento de informações de inteligência e fornecimento de recursos.

Apesar de haver comparação com a costa da Somália, onde medidas implementadas apresentaram sucesso na redução dos casos de pirataria de maneira rápida, a solução para o GdG é mais complexa, principalmente pela quantidade de países pertencentes à região, potencializando problemas como provável envolvimento ou omissão de autoridades, instabilidades políticas e econômicas, dificuldades jurídicas na punição dos envolvidos, provável envolvimento de organizações extremistas, resistência de presença militar estrangeira em suas águas jurisdicionais, entre outros, dificultando o estabelecimento de uma unidade entre eles e os países extrarregionais com interesses na região.

O envolvimento da Organização Marítima Internacional (IMO, sigla em inglês) na coordenação de ações na região reforça a incapacidade dos países da região de enfrentar de

forma isolada o problema e a necessidade de implementação de ações coordenadas e multilaterais, diante do aumento de casos e da capacidade dos piratas, podendo dar suporte a iniciativas como a da UE, com o objetivo de assegurar a coordenação e a presença permanente de missões navais europeias na região.

Segundo o banco de dados de pirataria e roubo à mão armada do *Global Integrated Shipping Information System* (GISIS), gerenciado pela IMO, em 2020, o GdG foi responsável por 39% dos casos notificados de pirataria no mundo. Em 2021, esse índice caiu para 22%. Soma-se a esse fato a redução em 57,7% dos casos notificados de pirataria na região, de 2020 para 2021. Observa-se, dessa forma, que os incidentes de pirataria no GdG diminuíram significativamente no ano de 2021, o que também está sendo observado nesses meses iniciais de 2022. De janeiro a março, houve 37 incidentes no mundo, sendo 7 ocorridos na região. Em comparação com o mesmo período do ano passado (2021), na região, aconteceram 16 incidentes de um total de 38 em todo o mundo.

Alguns fatores poderiam explicar essa tendência de redução. Gana aprovou uma legislação antipirataria, bem como Togo e Nigéria têm desfrutado do mesmo entendimento em relação ao tema. Os projetos *Deep Blue* e *Falcon Eye* da Nigéria estão operacionais e patrulhando por mar e ar os afluentes do Delta do Níger, de onde grupos piratas tradicionalmente operam. Alinhado a isso, o novo centro C4I da Nigéria, localizado em Lagos, foi criado e projetado para coordenar as ações levantadas pela inteligência daquele país. Essas iniciativas podem fornecer dissuasão e aplicação baseada em inteligência.

Em 2021, foram observados Navios de guerra brasileiros, norte-americanos, britânicos, franceses, italianos, espanhóis, portugueses, russos, dentre outros, operando no GdG e propiciando segurança marítima àquela área conflituosa. As Presenças Marítimas Coordenadas da União Europeia têm prestado apoio contínuo à região, enquanto os exercícios navais liderados por atores externos à região, como França, Estados Unidos e o próprio Brasil, concentram-se no desenvolvimento de capacidades e na interoperabilidade.

Os Amigos do GdG do G7++, junto com o Fórum de Colaboração Marítima do GdG sobre Conscientização Compartilhada, têm propiciado fóruns internacionais para coordenar o apoio não regional.

Como parte desse esforço, a IMO teria facilitado reuniões de alto nível de especialistas, com o objetivo de atualizar o Código de Conduta de *Yaoundé*, uma arquitetura de segurança marítima regional adotada por países da África Ocidental e Central, desde

2013. Em verdade, a região requer uma arquitetura *Yaoundé* eficiente e operacional, onde as lideranças regionais devem coordenar e integrar com eficiência todas as operações de combate à pirataria em um mecanismo coeso de dissuasão e resposta. Além disso, a coordenação eficaz também servirá para tratar de outras questões marítimas significativas, que vão desde a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, até o roubo de petróleo.

Acrescenta-se a esses dados, o fato de a IMO também estar apoiando o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança Marítima na Nigéria, por meio de uma abordagem de todo o governo. Esse processo buscaria entregar uma estratégia nacional comprovada e acordada, identificando lacunas críticas e sobreposições, capacitando os líderes a moldar e utilizar os recursos de forma mais eficaz. Essas iniciativas apoiadas pela IMO, focadas em estruturas sustentáveis e lideradas por países da região, podem aproveitar o momento atual, com a recente queda nos incidentes relatados.

Observa-se que as atividades ilícitas no GdG têm afetado diversos atores extrarregionais importantes, forçando uma militarização do AS para a proteção das linhas marítimas de interesse dos Estados envolvidos. Nesse cenário, torna-se possível, por exemplo, uma atuação da China com os seus meios navais, algo que ainda não ocorreu, motivando ainda mais seu interesse na construção de uma base militar para a presença permanente de uma força naval no AS, gerando um desbalanceamento de meios navais no EEB e possível escalada de forças.

APÊNDICE D

PESQUISA

1. FINALIDADE

O objetivo desta pesquisa foi identificar, no público interno militar, o conhecimento e a percepção sobre o tema do trabalho; entender como o assunto é divulgado nas Forças; e se os militares possuem contato com o tema na execução de suas tarefas, nos Centros de ensino, em exercícios, em operações militares ou em leitura de documentos internos.

2. COMPOSIÇÃO

A presente pesquisa foi realizada com 600 militares de diferentes Forças e com diferentes postos e graduações (desde praças até oficiais gerais). Foram feitas seis perguntas que identificaram o nível de escolaridade, percepção da importância da Nigéria e a visão da influência da China no AS.

3. MARGEM DE ERRO DA PESQUISA

Para o cálculo da margem de erro, foi utilizada a plataforma *Survey Monkey*. 4% foi o resultado do cálculo da margem de erro da pesquisa. Pode-se dizer que 95% desse resultado a plataforma considerou como grau de confiança. A fim de atingir esse resultado, foram necessários, dos 350 mil homens das FA brasileiras, 600 militares para responder à pesquisa, ou seja, a amostra da pesquisa.

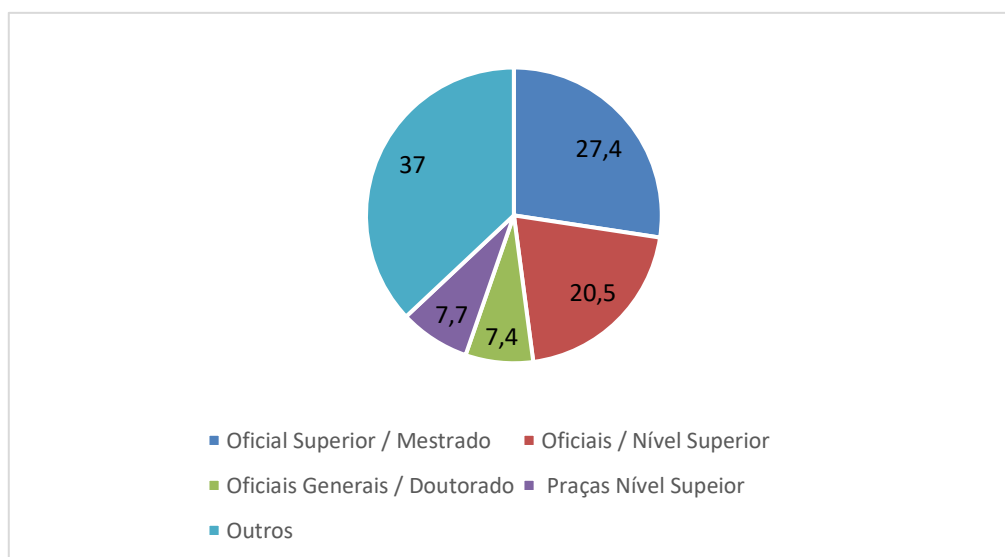


The image shows a screenshot of the SurveyMonkey margin of error calculator. It features three input fields at the top: 'Tamanho da população' (Population size) with the value 350000, 'Grau de confiança (%)' (Confidence level) with a dropdown menu set to 95, and 'Tamanho da amostra' (Sample size) with the value 600. Below these fields, the text 'Margem de erro' (Margin of error) is displayed in a smaller font, followed by a large, bold green '4%' indicating the calculated margin of error.

Fonte: **Cálculo da Margem de Erro**. Survey Monkey [on-line]. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

4. RESULTADO DA PESQUISA

1. Qual é o seu nível de formação?

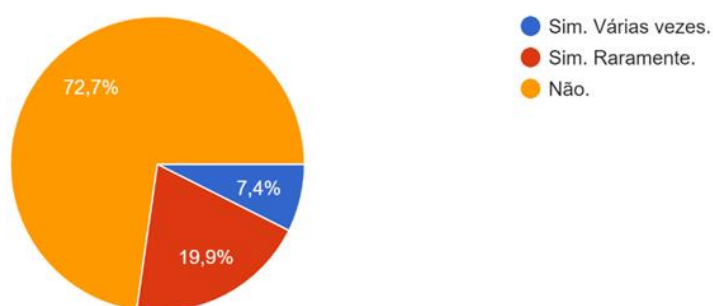


Análise 1 :

Os militares que responderam ao questionário possuem um bom nível de escolaridade e experiência nas Forças, sendo que 34.8% dos entrevistados oficiais possuem mestrado e doutorado e 20.5% dos entrevistados oficiais possuem nível superior. Isso caracteriza que mais da metade dos entrevistados possuem nível superior, no mínimo.

A parte colorida do gráfico – 37% dos entrevistados, considerados 'outros' na pesquisa – representa os professores civis, alunos civis que estudam o tema Defesa, e alunos militares do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo. Destaca-se a participação das Praças na pesquisa, correspondendo 7,7%, percentual que traz variedade de opinião, fruto das experiências e operações realizadas nas Forças.

2. Durante o exercício da função ou em contato com algum estudo ou documento, o(a) senhor(a) teve contato com a importância da Nigéria para o EEB?

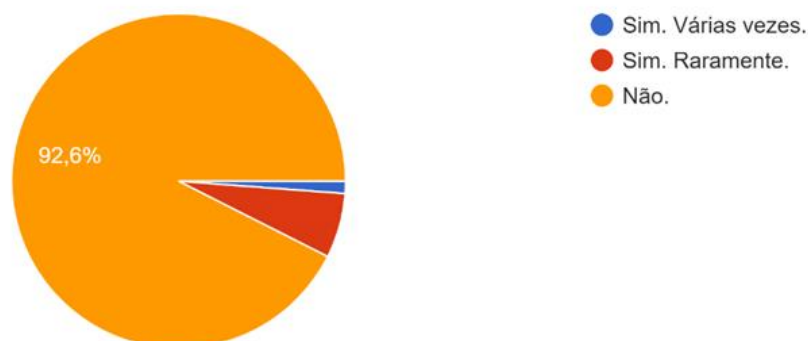


Análise 2:

Observa-se que mais de 70% dos entrevistados nunca tiveram contato com a importância da Nigéria para o EEB; e quase 20% trataram do tema pontualmente, totalizando mais de 90% dos entrevistados possuem a percepção da importância da RFN como ator interno no AS. É lícito afirmar a importância da inserção do tema

Geopolítica e Oceanopolítica em todos os níveis do Sistema de Ensino Naval com o objetivo da correta percepção dos atores que compõe o EEB.

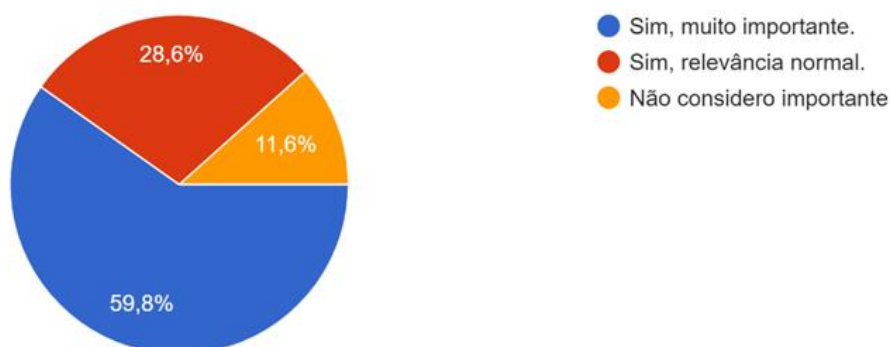
3. O(A) senhor(a), no exercício da função, participou de algum exercício, operação militar ou qualquer atividade cooperativa com as FA da Nigéria ou qualquer outro ator governamental desse país?



Análise 3:

O resultado da pesquisa identificou que mais de 90% dos entrevistados nunca tiveram contato com nenhuma atividade governamental com a Nigéria. Esse resultado demonstra, no âmbito da MB, que as ações de diplomacia naval devem ser incrementadas, tais como operações militares conjuntas, intercâmbios de militares, visitas de navios da MB, dentre outras medidas.

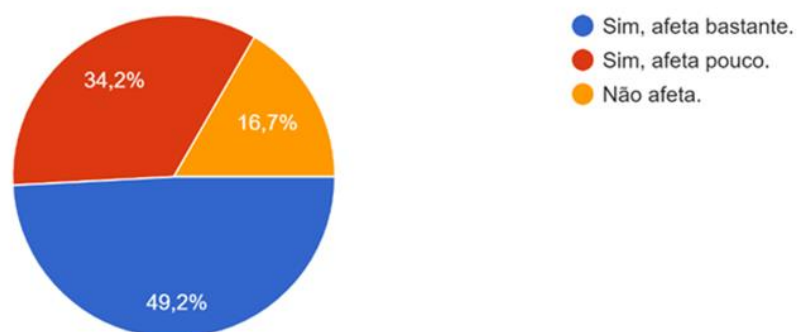
4. Sabendo que a Nigéria é o principal país do GdG, produtor de petróleo, sendo o principal PIB Africano e com a previsão de ser o 3º país em população mundial até 2050, no conceito de Diplomacia Naval, o(a) senhor(a) considera importante a presença da MB e das FA em ações com a RFN?



Análise 4:

Após entenderem a realidade e o potencial de crescimento da RFN como ator do AS, aproximadamente 60% dos entrevistados consideraram muito importante a presença da MB na Nigéria ou em atividades em parceria com o referido ator regional. Observa-se que o entendimento do EEB e seus principais atores respaldam as ações da MB. Conclui-se que a MB deve expandir o conceito da Diplomacia Naval para a sociedade amparado pelos conceitos da Geopolítica e a Oceanopolítica. Como exemplo de ações, pode-se citar entrevistas, mídias sociais e *podcasts* sobre o tema, dentre outras ações.

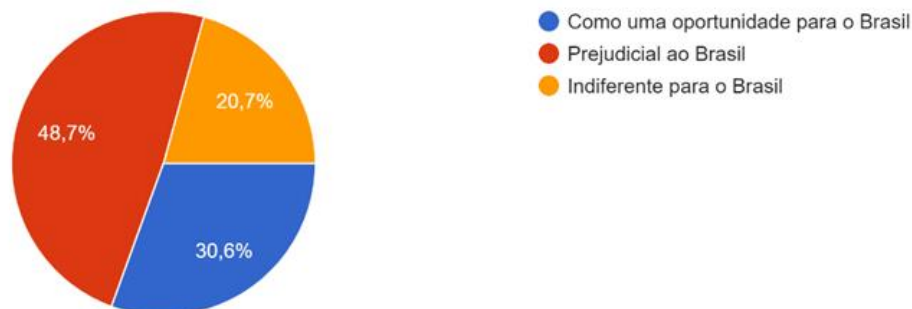
5. Considerando a presença da China no AS em busca de reservas energéticas e alimentares, em especial na Nigéria, o(a) senhor(a) visualiza que essa presença afeta os interesses brasileiros na região do GdG?



Análise 5:

A percepção dos entrevistados apontam que a presença da China na RFN afeta os interesses brasileiros na região do GdG. Portanto, a MB deve realizar estudos para verificar quais os impactos que a presença desse ator global estão gerando no GdG, e identificar quais ações devem ser tomadas para mitigar esses impactos, e, ao mesmo tempo, identificar oportunidades de parcerias.

6. Como o(a) senhor(a) visualiza a presença da China no AS, no EEB?



Análise 6:

A percepção dos entrevistados apontam que a presença da China no AS afeta os interesses brasileiros no EEB. Conclui-se que a MB deve realizar estudos para verificar quais os impactos que a presença desse ator global estão gerando no EEB, e identificar quais ações devem ser tomadas para mitigar esses impactos, e, ao mesmo tempo, identificar oportunidades de parcerias.

APÊNDICE E

OBJETIVO NAVAL X – CONTRIBUIR PARA A PAZ DO EEB E AÇÕES ESTRATÉGICAS NAVAIS CORRESPONDENTES

1. Finalidade

O objetivo deste apêndice é uma proposta dos OBNAV e suas respectivas AEN para apreciação na revisão dos documentos estruturantes da MB.

2. Definição

Por definição, os OBNAV representam a Política Naval e são os objetivos de mais alto nível que orientam o Planejamento Estratégico da MB, com farol na visão de futuro da Instituição (BRASIL, 2020d). Durante a pesquisa, foi observado que a MB não possui um OBNAV preocupado exclusivamente com o Poder Militar no EEB, fora das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). O trabalho julga que o OBNAV 4.5 deveria ser desmembrado em dois OBNAV, um orientado para a especificidade da Força e do Poder Naval, e outro, podendo continuar como o próprio OBNAV 4.5, voltado para tratar dos aspectos da Diplomacia Naval e apoio à política externa, tais como:

1. OBNAV 4.5 – Apoiar a política externa – seria responsável pelas Ações Estratégicas afetas à Diplomacia Naval, com foco na participação da MB em fóruns, visitas oficiais, participação de tropas em Operações de Paz e estreitamento de laços com os países limdeiros e marinhas amigas do AS; e

2. OBNAV X – Contribuir para a paz do EEB – seria responsável pelas Ações Estratégicas Navais referentes à expressão do Poder Militar da Força Naval, visando a participação de exercícios conjuntos, presença de marinhas globais no EEB e ações militares da Força Naval fora das AJB, com o objetivo de manter a paz e de uma posição de liderança no AS.

A seguir, será apresenta a descrição de uma proposta para avaliação, com o intuito de ajudar a próxima revisão dos documentos estruturantes da MB.

3. OBNAV X – Contribuir para a Paz do Entorno Estratégico Brasileiro

O Brasil, por sua posição relativa e pela grande extensão litorânea, possui posição de destaque no AS. Em consequência, a MB deve exercer uma posição de protagonismo militar na cooperação da paz no entorno estratégico, estando preparada para atender possíveis demandas de participação em operações conjuntas de exercícios militares com marinhas amigas, e manter a Segurança Marítima do AS, sempre em consonância com os princípios e as prioridades da política externa e de Defesa do Brasil.

O país se insere no contexto internacional como um ator global, com responsabilidades primordialmente sobre seu entorno estratégico de interesse. Em decorrência desse potencial estratégico, a MB poderá ser demandada a colaborar com a proteção marítima do AS. A interação das forças navais com interesses comuns nessa área é um importante fator para mantê-lo como uma zona de paz, livre de perturbações estratégicas e de ameaças irregulares. Assim, a busca por um ambiente de cooperação com as marinhas amigas e órgãos de segurança dos países vizinhos e limítrofes ao AS é a postura estratégica a ser adotada.

4. Ações Estratégicas Navais decorrentes do OBNAV X

4.1 AEN Contribuir para a Paz do EEB – 1 – Presença de Marinhas Globais exógenas do Atlântico Sul

Descrição: Realizar ações que busquem maior interação com as marinhas globais identificadas e que incentivem a cooperação e soluções por meio de parcerias globais. As relações entre os países devem ser incrementadas por meio de intercâmbios, exercícios conjuntos e participação em cursos de altos estudos para absorção da doutrina.

4.2 AEN Contribuir para a Paz do EEB – 2 – Incremento da Cooperação Militar com as Principais Marinhas das Áreas de Interesse do AS

Descrição: Identificar e realizar ações que busquem maior interação com as marinhas dos principais atores internos do AS, por meio de exercícios conjuntos, bilaterais, buscando padronização de procedimentos, estreitamento de laços e formação de uma Força Naval crível e conjunta para a manutenção da paz do EEB.

5. Mapa Estratégico

